



FACULDADE DE ARQUITECTURA

UNIVERSIDADE DE LISBOA

TIPOLOGIAS POLIVALENTES PARA RE-HABITAR A COLINA DE MONTEMOR-O-VELHO

O projecto de arquitectura como instrumento para uma política urbana
participada

Patrícia Laurinda Forte Matos

(Licenciada)

Projecto para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador científico: Professor Doutor João Francisco Figueira

Júri:

Presidente: Professor Doutor Carlos Lameiro

Vogal: Professor Doutor Hugo Farias

Vogal: Professor Doutor João Francisco Figueira

Lisboa, Dezembro de 2014

Título: TIPOLOGIAS POLIVALENTES PARA RE-HABITAR A COLINA DE MONTERMOR-O-VELHO. O projecto de arquitectura como instrumento para uma política urbana participada.

Aluna: Patrícia Laurinda Forte Matos

Orientador: Professor Doutor João Francisco Figueira

Mestrado: Mestrado Integrado em Arquitectura

Data: Dezembro 2014

RESUMO

A presente proposta destina-se à colina de Montemor-o-Velho, área expectante que adquiere uma nova centralidade na sequência da construção do Percurso Pedonal Assistido entre a Rua Dr. José Galvão e a base do Castelo (para a qual Siza Vieira desenvolve uma proposta projectual). Situada entre tecidos residenciais, propõe-se um programa habitacional, capaz de receber outros usos compatíveis, para o que se propõe, tipologias polivalentes.

Desenvolvendo-se a proposta para Montemor-o-Velho onde, há uma década, tem vindo a ocorrer um amplo processo de modernização da vila e concelho (nos seus aspectos arquitectónicos, mas também sócio-económicos) liderado pelo arquitecto Miguel Figueira e desenvolvido em estreita articulação com as forças vivas locais, parece-nos que a nossa proposta não poderia alhear-se da perspectiva da participação. Assim, esta configura-se como uma hipótese preliminar a submeter ao escritório público.

O reconhecimento do território e da acção do arquitecto Miguel Figueira em Montemor-o-Velho, investigação em torno das temáticas da polivalência e da participação, constituem as principais linhas de pesquisa que informam o projecto.

Palavras-chave: Montemor-o-Velho, Miguel Figueira, polivalência, participação.

Title: POLYVALENT TYPOLOGIES FOR RE-INHABITING MONTEMOR-O-VELHO'S HILL. The project of architecture as an instrument for a participated urban policy.

Student: Patrícia Laurinda Forte Matos

Supervisor: Professor Doctor João Francisco Figueira

Program: Master in Architecture

Date: December 2014

ABSTRACT

This proposition invests a derelict area in Montemor-o-Velho's hill that recently has gained a new centrality due to the construction of the Assisted Pedestrian Path (mechanical + normal escalator) connecting Rua Dr. José Galvão to the base of the castle (for which Siza Vieira is currently developing a proposition). For the core of a residential area we are proposing a housing program and polyvalent typologies.

For the past decade architect Miguel Figueira has been developing a vast program for the modernization of Montemor-o-Velho, considering both the architectural aspects and socio-economic, as a participated process. In the same line, our proposition is shaped as participated process, a preliminary hypothesis to be submitted to the public.

The recognition of Montemor-o-Velho territory and of the action of architect Miguel Figueira, research around the themes of polyvalence and participation, are the main lines of research of this project.

Key-words: Montemor-o-Velho, Miguel Figueira, polyvalence, participation.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. MONTEMOR-O-VELHO	3
1.1. Morfologia Urbana	5
1.2. Génese Urbana	7
1.3. Localização e enquadramento sócio-económico	11
1.4. A Montemor-o-Velho contemporânea (pós 1997)	15
1.4.1. Renovação dos Espaços Públicos	17
1.4.2. Equipamentos Públicos	19
1.4.3. Centro de Alto Rendimento	25
1.4.4. Ciclovia do Vale de Mondego	29
1.4.5. Percurso Pedonal Assistido	31
1.5. De área expectante a oportunidade	35
1.6. Um programa para a colina	36
2. TIPOLOGIAS POLIVALENTES	41
2.1. Ideias de polivalência	43
2.2. Casos de estudo	51
2.2.1. A Casa Schroder	53
2.2.2. Shigeru Ban - A Furniture House	57
3. RE-HABITAR A COLINA	59
4. ARQUITECTURA /PARTICIPAÇÃO	71
4.1. Arquitectura e participação	72
4.2. A construção do projecto de arquitectura e a participação	73
4.3. Giancarlo de Carlo, os exemplos de Terni, Urbino e Mazzorbo	75
4.3.1. O caso de Terni	79
4.3.2. O Caso de Urbino	81
4.3.3. O caso de Mazzorbo	84
4.4. Eilfried Huth, na Áustria, com projectos participados e experiências nas escolas	86
4.5. A construção de Montemor-o-Velho contemporânea:	90
5. CONCLUSÃO	95
6. BIBLIOGRAFIA	97
7. CRÉDITO DAS FIGURAS	100
8. COMPONENTES COMPLEMENTARES DO PROJECTO FINAL DE MESTRADO	106

AGRADECIMENTOS

Ao Professor João Francisco Figueira, pela anterior e presente orientação. Sem a sua dedicação este trabalho não teria sido possível.

A todos os meus colegas e em especial à Isabel, à Mafalda, à Vânia e à Maura. A toda a amizade que guardo com grande estima.

À minha Mãe, mano Nuno, mano Rogério, prima Laura, tia Zé, tio Tó, tia Teresa, tio Mário, primo Bruno, e em especial à minha prima Nádia, que nos últimos meses da realização deste trabalho fez-me acreditar que tudo é possível.

Aos amigos, à Carina, ao Flávio, à Carla, à Laurinha, ao Sérgio, à Rute, ao Tiago, à Mari, ao Luís, à Ivete, ao Arnaldo, avô Arnaldo e Custódia, por todo o apoio.

Ao João, por acreditar e fazer-me acreditar.

Por último, em memória de meu Pai...

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objecto de estudo tipologias polivalentes em contexto urbano - histórico, e a arquitectura participativa através do projecto. Estes temas são explorados num contexto urbano específico, na vila de Montemor-o-Velho, onde durante os primeiros capítulos damos a conhecer, a nível morfológico, a sua génese urbana, e quais foram as transformações que esta vila teve nos últimos anos, recebendo alguns prémios de distinção.

Em Setembro de 2013, foi inaugurado o Percurso Pedonal Assistido de Montemor--Velho, constituído por três tramos de escadas rolantes entre a rua principal na cota mais baixa da vila, e a plataforma no topo da colina, onde se situa o imponente castelo de Montemor-o-Velho. Atravessando a área urbana degradada, expectante, de meia colina, o Percurso Pedonal Assistido constitui uma oportunidade para a renovação/restruturação desta zona central, desfrutando de excelentes vistas e condições de insolação.

Em meados dos anos 90, foi criado um Gabinete Técnico Local, que em conjunto com a administração, desenvolveram ideias e projectos, de forma a colocar Montemor-o-Velho, num merecido lugar de destaque. Ocorrem projectos de grande importância para a reestruturação da vila, passando a serem encarados como uma oportunidade para a modernizar. Este trabalho segue a lógica deste novo pensamento que habita a vila, levantando questões sobre como potenciar uma zona mal consolidada de meia colina, que faz surgir assim, não lugares, lugares descaracterizados e degradados.

As questões de trabalho subdividem-se entre o desenvolvimento do trabalho prático, com a investigação de carácter teórico e as que surgem na charneira de ambas. Criar uma morfologia do conjunto e a sua boa inserção urbana no contexto preexistente, potenciar um sistema de percursos num conjunto urbano poroso e amarrando-o de forma natural ao Percurso Pedonal Assistido. Através de uma análise do contexto e de casos de estudo similares, propor para re-habitar a colina tipologias polivalentes. Como o projecto de arquitectura pode servir de base para o desenvolvimento de um processo participativo, e como isto funciona na vila de Montemor-o-Velho.

Assim, o primeiro capítulo, pretende contextualizar a Vila de Montemor-o-Velho, compreender a sua história, e dar a conhecer os projectos aqui realizados. No segundo capítulo, procura-se uma reflexão sobre o conceito da polivalência associado ao habitar, e como este é o melhor caminho para responder às diferentes

necessidades dos vários grupos que habitam um espaço. No terceiro capítulo, é onde será desenvolvido o projecto prático resultante das reflexões e perspectivas apresentadas. O último capítulo, será dirigido ao que diz respeito sobre a problemática arquitectura/ participação, colocando como casos de estudo, o trabalho de Giancarlo de Carlo na Itália, e de Eilfried Huth na Áustria. Estes colocados como termos de comparação relevantes para a actividade que o arquitecto Miguel Figueira tem vindo a desenvolver em Montemor-o-Velho, onde o projecto de arquitectura é o lugar em que se imaginam estratégias e programas para a transformação do território e um instrumento chave para a sua viabilização.

A participação é o espaço onde essa política é delineada. E o interesse do método é que, desta forma, técnicos, utentes e administradores são co-responsabilizados pela prossecução das acções gizadas. A formalização da política urbanística, a sua tradução em planos, tem, pois, um interesse relativo. O que se torna crucial é o recurso ao projecto de arquitectura, às prefigurações, porque estas suscitam o interesse e a discussão.¹

¹ J. FIGUEIRA, *Da Ordem do Discurso. Desenho urbano na Europa nos anos 80 e 90*, p.72.

1. MONTEMOR-O-VELHO

Morfologia e G nese Urbana - Montemor histórica e Contempor nea

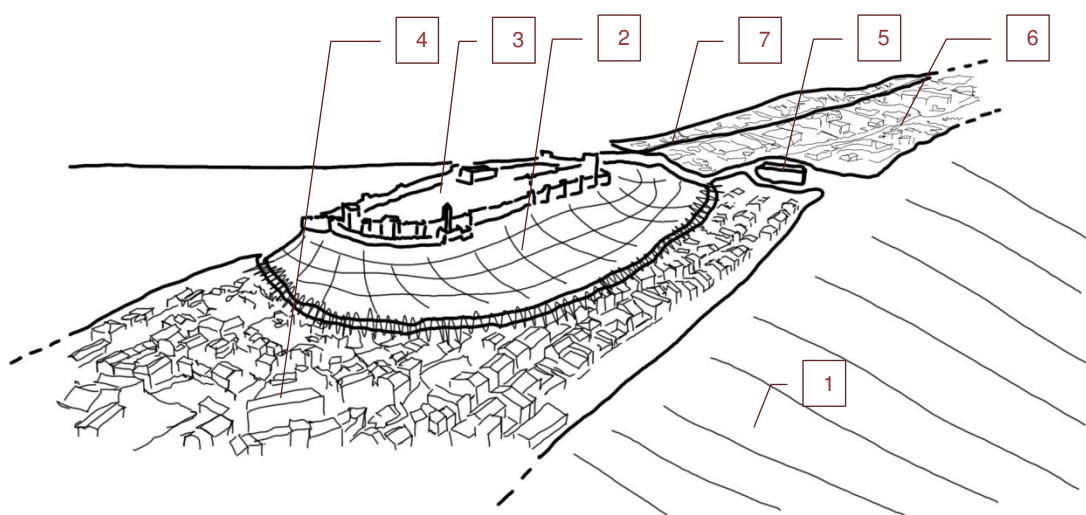


Figura 1: Montemor -o-Velho, morfologia urbana.

- 1- Vale
- 2- Colina
- 3- Castelo
- 4- Vila
- 5- Convento de Nossa Senhora dos Anjos
- 6- A vila moderna (pós anos 70)
- 7- Estrada Nacional EN 111

1.1. Morfologia Urbana

Caracterizada pela sua importância histórica e cultural, esta vila remonta aos tempos 400 ou 500 a.C., como João Cunha Matos refere em «*Montemor-o-Velho, its history, its art*»:

Alguns afirmam, simplesmente, que foi fundada no ano 400 ou 500 a.C., com o nome de Mirobriga.²

Situado no meio das planícies do Vale do Mondego (1), a vila de Montemor-o-Velho é marcada pelo Castelo (3) no cimo da colina (2). É a partir do Castelo que a vila (4) terá tido origem, descendo a colina até à sua base, que se apresenta como charneira entre a colina e o vale. Hoje a vila apresenta-se como uma estrutura mais densa, compacta e melhor organizada. No limite a nordeste da Vila, encontra-se o Convento de Nossa Senhora dos Anjos (5), a seguir, a nascente, a acompanhar a estrada nacional (7), encontra-se a vila moderna (pós anos 70).

A vila antiga consolida-se a sul no sopé da colina, acompanhando o eixo de crescimento, constituído pela actual Rua Dr. José Galvão. Ela está moldada pelas edificações destinadas ao comércio local e serviços públicos, uma "rua corredor" que desenvolve-se desde o Convento de Nossa Senhora dos Anjos. Passando pela Praça da República até à Ponte da Barca. Esta rua era bastante movimentada até à construção da nova estrada nacional que passa por trás da vila, a EN 111. Depois desta nova alternativa, esta rua perdeu todo o seu movimento e também parte da sua importância, contudo reganhando-a como rua principal da vila, quando esta foi objecto de projecto de requalificação, no quadro do GTL, como se referirá mais adiante.

No século passado, o núcleo urbano desenvolve-se para além do Convento, com a Avenida dos Bombeiros, onde se situa o Hospital da Misericórdia, de 1932. Com o novo traçado da estrada nacional, a vila moderna prolifera, acompanhando-o, com habitações unifamiliares, da década de 70 e 80. É neste novo núcleo urbano que se encontra as escolas, a Escola Básica 2º e 3º Ciclo Jorge Montemor, a Escola Secundária de Montemor-o-Velho e a Escola Profissional de Montemor-o-Velho. Trata-se de uma vila com todos os serviços necessários, desde bancos, correios, o Tribunal Judicial, os Bombeiros, vários supermercados, serviços de saúde, associações, etc..

² "And others affirm that it was simply founded in the year 400 or 500 B.C., with the name of Mirobriga (this gallo-celtic word means town or settlement of Miro)", in J. CUNHA MATOS, *Montemor-o-Velho, its history, its art*, p.7.

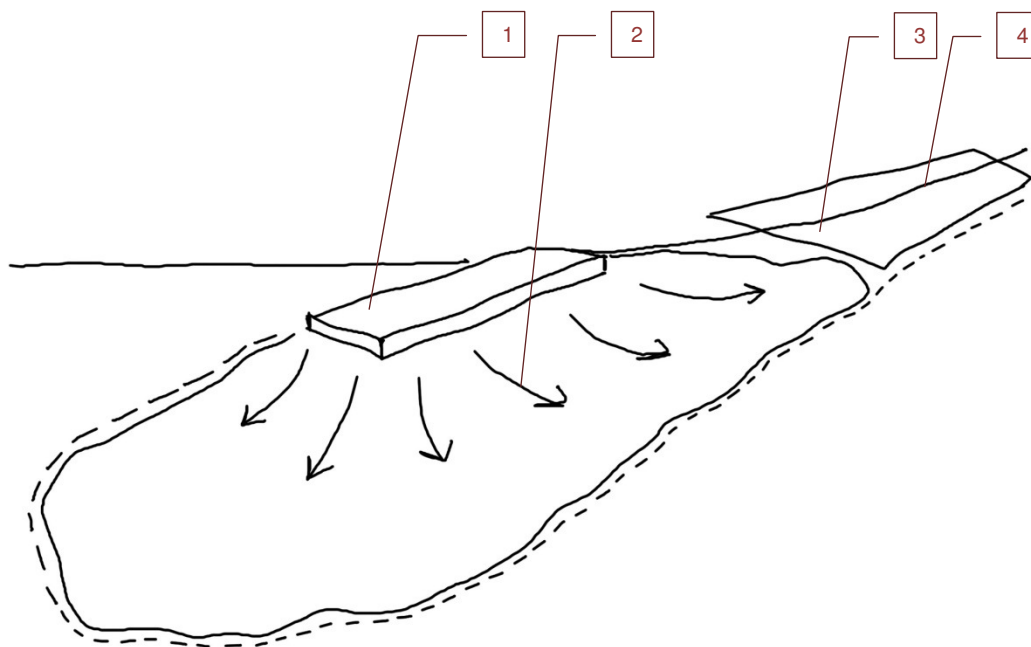


Figura 2: Montemor -o-Velho, Gênese urbana.

- 1- Castelo
- 2- Colina
- 3- Cidade moderna (pós anos 70)
- 4- Novo troço da estrada nacional (EN 111)

1.2. Génese Urbana

A seguir ao cruzamento (...) Avistam-se as serras distantes e os campos de Montemor, que, a pouca distância, nos dá a surpresa do seu castelo, com os seus cubelos, ameias e panos de muralha, emergindo sobre as copas modestas e pacíficas das oliveiras.³

Santana Dionísio, no *Guia de Portugal*, descreve a vila como se de um quadro se tratasse, comparando a certos "quadros de primitivos italianos"⁴. Vai descrevendo o seu percurso pela vila, atravessando a Rua Dr. José Galvão, que tem o seu início no largo da Câmara, a actual Praça da República, "uma edificação vasta, mas de gosto discutível"⁵.

Maravilha-se com o castelo a ocupar o topo da colina, que serve de "varandim sobre os campos do Mondego"⁶, actualmente, quem está de visita e pretende conhecer o castelo, pode fazê-lo por duas opções. Quem está de carro, tem acesso do lado Nascente, pela porta da Peste. Desde há pouco tempo, quem se encontra a pé na vila, pode facilmente subir pelas escadas rolantes, chegando à cerca do castelo, e entrar pela porta do Sol, que fica no lado oposto da anterior, a poente. Esta nova ligação permite uma subida confortável da colina, e oferece uma união mais directa entre a vila e o castelo, que antes não tinha. Até há bem pouco tempo, era mais fácil um visitante conquistar o castelo do que o próprio habitante da vila, com este novo percurso o sentido das coisas foi alterado.

Ao acedermos ao castelo, encontramos um grande terreiro encerrado pelas suas grossas muralhas, como destaque encontramos a Igreja de Santa Maria de Alcáçova, uma igreja de composição simples, mandada edificar em 1090⁷, e nas ruínas do Paço de Alcáçova, descobre-se a Casa de Chá, do arquitecto João Mendes Ribeiro. Uma caixa de vidro minimalista em forma de paralelepípedo que se mistura tanto com as suas ruínas envolventes como a paisagem ao longe, infelizmente, hoje, encontra-se de portas fechadas. Apenas podemos observar o seu espaço vazio, e imaginar, fruirmos deste espaço, bebendo um chá, embrenhados pelas suas sublimes ruínas (fig. 3) e uma paisagem sem fim.

As opções de implantação revelam, por um lado, a intenção de sublinhar os perímetros noroeste, nordeste e sudeste da ruína, abrindo a sudoeste uma frente

³ S. DIONÍSIO, *Guia de Portugal. Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta*, p. 141.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Site da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, in http://www.cm-montemorvelho.pt/patrimonio_historico.asp?, [29.06.2014]

de esplanada, protegida pelo paramento menos arruinado. Por outro lado, pretende-se sugerir a antiga entrada principal do Castelo, assumindo um percurso de ligação ao Paço, adoçado à cortina de muralha sudeste.⁸



Figura 3: Montemor-o-Velho: ruínas da Alcáçova Real, Palácio das Infantas.

Ao subirmos as muralhas do castelo, podemos admirar as extraordinárias e belas paisagens, dos ricos e extensos campos do baixo Mondego.

É um panorama admirável. Júlio Dantas, no inquérito, aberto, há bastantes anos, pelos *Serões* sobre a paisagem portuguesa, particularizava-o como incomparavelmente belo.

O que mais me tem impressionado de tudo quanto conheço de paisagem de terra:
- os campos de Coimbra, vistos do velho castelo de Montemor, pela ruína de uma das janelas da alcáçova das Infantas. São uma maravilha.⁹



Figura 4: Montemor-o-Velho: vista do castelo para os campos do baixo Mondego.

Na sua descrição da visita a Montemor-o-Velho, Santana Dionísio, descreve outros inúmeros elementos de incomparável riqueza arquitectónica. Cerca do século XII foi construída a igreja de S. Martinho¹⁰ (actual matriz), é partir desta zona, que começa a evolução urbana, que apresenta condições favoráveis para a fixação humana. Esta evolução cresce axialmente a partir do Castelo (fig. 5), descendo a colina axialmente,

⁸ J. MENDES RIBEIRO, «Casa de Chá», p.42.

⁹ S. DIONÍSIO, *Guia de Portugal. Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta*, p. 144.

¹⁰ Site da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, in http://www.cm-montemorvelho.pt/roteiro_medieval_igreja_s_martinho.htm [29.06.2014]

mais tarde, no século XIX, aparece até ao sopé da colina a sul outras edificações, que se agarraram ao eixo que define a base da colina, que é hoje, a actual Rua Dr. José Galvão, no cimo desta rua, a poente temos o Convento de Nossa Senhora dos Anjos, fundada em 1494, por intermédio de Papa Alexandre IV¹¹. Este serve de charneira entre a vila antiga e a vila moderna, que se agarrou, mais tarde, à EN 111, como já se referiu anteriormente.



Figura 5: Montemor-o-Velho: evolução da Vila.

¹¹ Site da Direcção Geral de Arquivos, in <http://www.digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4379840> [01.11.2013]



Figura 6: Montemor-o-Velho: localização.

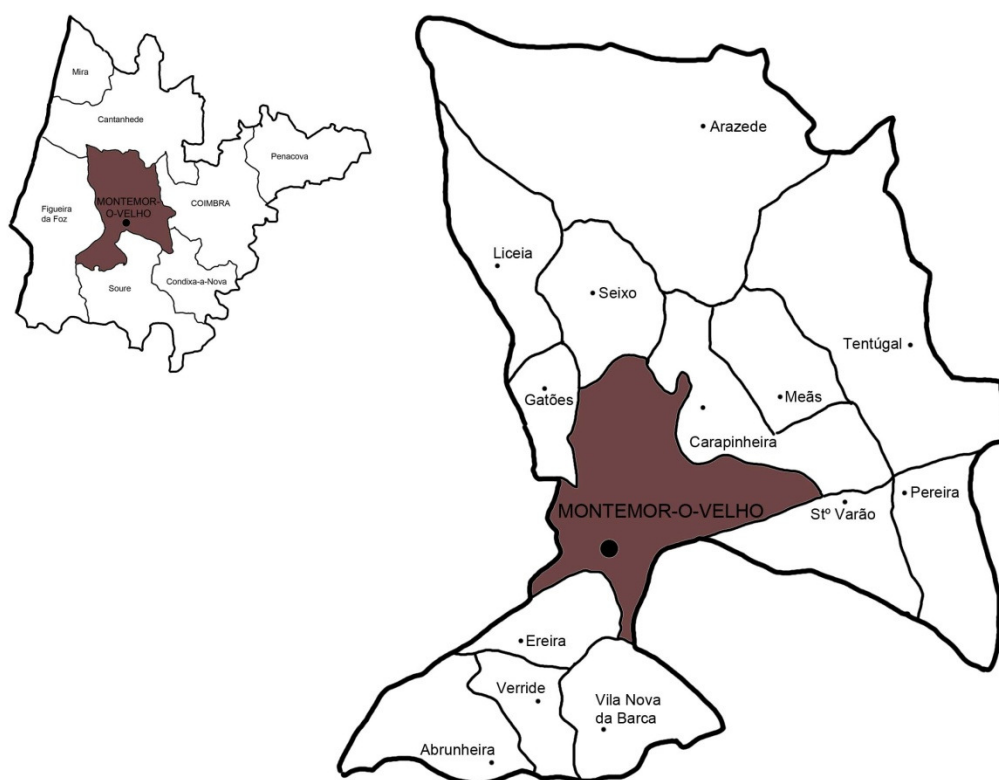


Figura 7: Montemor-o-Velho: localização na região Baixo Mondego e mapa das freguesias.

1.3. Localização e enquadramento sócio-económico

Situado nos campos férteis do rio Mondego, na região do Baixo Mondego, a vila de Montemor-o-Velho fica entre a cidade de Coimbra e da Figueira da Foz, a uma distância de aproximadamente 25 Km e 16 Km, respectivamente (fig. 6).

O concelho de Montemor-o-Velho é composto por catorze freguesias (fig. 7), onde desde o ano de 1991 até ao ano de 2011 (últimos censos realizados), existiu um decréscimo de 26.375 para 26.171 habitantes. Através destes dados¹², podemos aferir que o número populacional tende para descer, mas curiosamente, e ao contrário do que acontece no restante concelho, a freguesia onde se localiza a área de intervenção, os números cresceram (fig. 8). Em 1991, o número era de 2.396 habitantes, em 2001, o número cresce 16%, para 2.853 habitantes, e os últimos dados revelam novo crescimento para os 3.670 habitantes¹³.

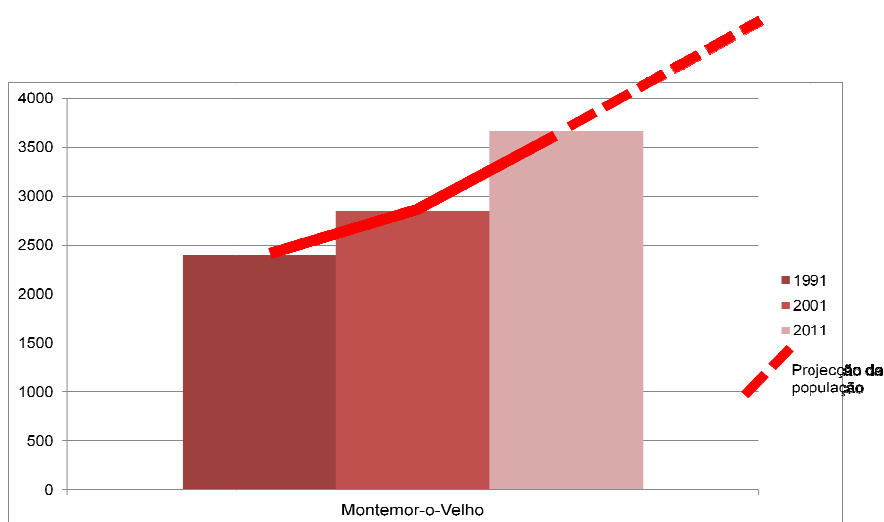


Figura 8: Montemor-o-Velho: Evolução e projecção de Montemor-o-Velho.

¹² INE, recenseamento geral da população e habitação, 1991, 2001 e 2011.

¹³ Apesar de, nos censos de 2011, a população da freguesia de Montemor-o-Velho estar agregada à freguesia de Gatões, que em 1991 tinham 569 habitantes e em 2001 tinham 541 habitantes.

Para se saber qual a faixa etária predominante que habita o concelho de Montemor-o-Velho, recorreu-se a uma leitura do diagrama dos grupos etários:

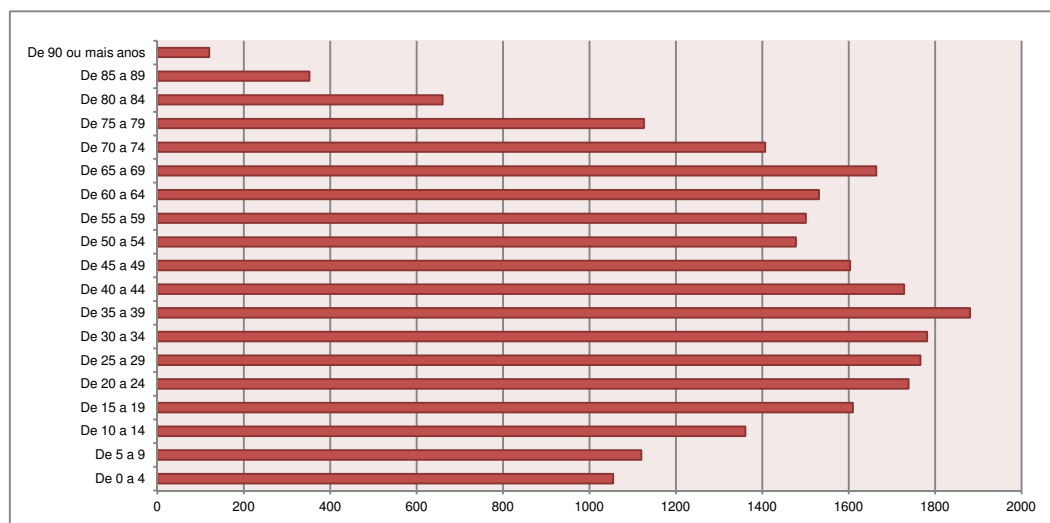


Figura 9: Montemor-o-Velho: Distribuição da população, segundo grupos etários.

Este tipo de gráfico, chama-se pirâmide constritiva, onde existe baixos números de população jovem, ou seja, o crescimento da população é negativo. Também reflecte um grande número de adultos e uma maior esperança média de vida.

A leitura deste gráfico é importante, no âmbito de se conhecer qual é o habitante de Montemor-o-Velho, vendo isto, apesar de o número de crianças ser baixo, o número de idosos ainda é mais baixo. Apesar de tudo, a análise é positiva, existe um número elevado de adultos que vai desde os 20 anos aos 49. Ao contrário, do que acontece em muitas vilas em Portugal, em que a população é envelhecida, isto revela que Montemor-o-Velho desfruta de características benéficas para se viver.

Realizando uma análise SWOT, identificamos os pontos fortes (strenghts), os pontos fracos (weaknesses), as oportunidades (opportunities) e as ameaças (threats). Montemor-o-Velho tem como pontos fortes: um rico património histórico e cultural, trata-se de um local privilegiado pelas suas paisagens naturais, teve uma recente reabilitação do centro histórico, criando novas infraestruturas e boas acessibilidades. Entre os seus pontos fracos contar-se-ão crescimento negativo da população, situação entre duas cidades com fortes atractividades. As oportunidades que a vila apresenta são: as novas infraestruturas, tal como o Percurso Pedonal Assistido que potencia uma articulação directa entre a vila e o castelo, e que traz novos turistas à vila; ou o Centro de Alto Rendimento, com a capacidade para atrair novos habitantes; o Castelo constitui ainda um importante activo. Por outro lado, a colina do Castelo encontra-se

praticamente abandonada e o isolamento da população devido à topografia da colina, constituem claros problemas não resolvidos, criando assim uma ameaça.



Figura 10: Montemor-o-Velho: Vista área da Vila.

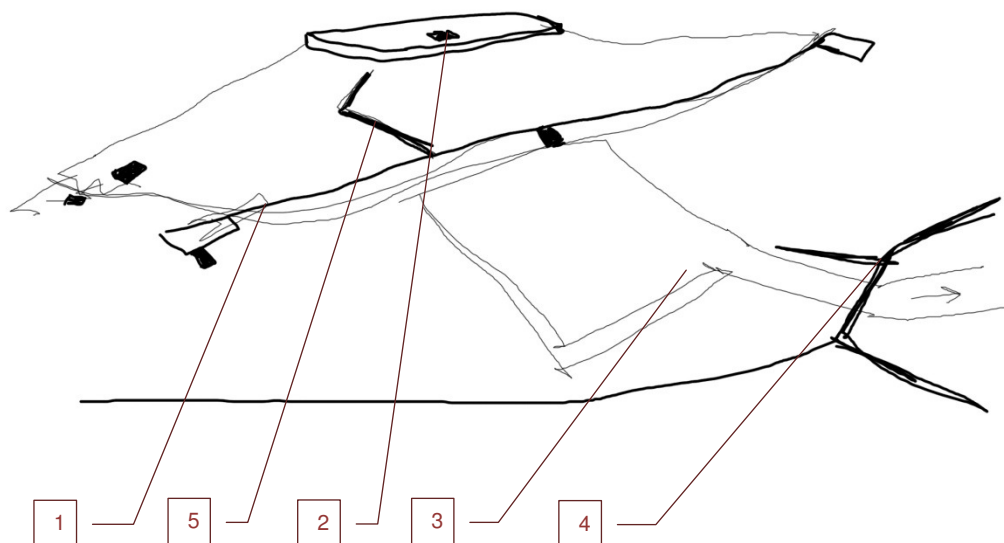


Figura 11: Montemor -o-Velho contemporânea (pós 1997).

1. Renovação espaços públicos (GTL, 2001)
2. Recuperação e criação de novos equipamentos públicos:
Teatro Esther de Carvalho (requalificação, arquitecto José António Bandeirinha, 1998)
Casa de Chá (arquitecto João Mendes Ribeiro, 2000)
Novo Mercado Municipal (1999)
Biblioteca Municipal (reestruturação, arquitecto Pedro Maurício Borges, 2001)
Galeria Municipal (antigo mercado, GTL, 2002)
3. Centro de Alto Rendimento/ Centro Náutico (GTL, 2008)
4. Ciclovia do Vale do Mondego (arquitecto Miguel Figueira, 2004-08)
5. Percurso Pedonal Assistido (arquitecto Miguel Figueira, 2011)
6. Reabilitação da envolvente sul do castelo (arquitecto Álvaro Siza Vieira, 2013, projecto)

1.4. A Montemor-o-Velho contemporânea (pós 1997)

Em meados dos anos 90, a vila encontrava-se num deplorável estado de abandono. A nova Câmara Municipal que tomou posse em 1997 decidiu criar um Gabinete Técnico Local (GTL), com a incumbência de proceder à redacção de um Plano de Salvaguarda do Centro Histórico. Este plano foi finalizado em Setembro de 2001, com a coordenação do arquitecto Miguel Figueira.

A reconstrução de infra-estruturas básicas, tais como, redes de água e esgotos, iluminação pública, etc, foi encarada pelo GTL como uma oportunidade para modernizar a vila. Ocorrem projetos de grande importância para a reestruturação da vila - a reabilitação do Teatro Esther de Carvalho pelo arquiteto José António Bandeirinha (1998); a construção da Casa de Chá do Paço das Infantas, pelo arquiteto João Mendes Ribeiro (2000); a reestruturação do Solar dos Alarcões para a nova Biblioteca Municipal, pelo arquiteto Pedro Maurício Borges (2001). Através do GTL, são elaborados vários projetos: a renovação/ reestruturação de espaço público e infraestruturas urbanas (2001), a reabilitação do antigo mercado com o espaço polivalente, que é a Galeria Municipal (2002), um espaço em ruínas onde se realizam encontros culturais (a Sala B), a construção do Centro de Alto-Rendimento/ Centro Náutico (2008), (onde atualmente treinam os vencedores da medalha olímpica de Remo de 2012) e, por último, já inaugurado, o Percorso Pedonal Assistido (2011), entre a Rua Dr. José Galvão e a plataforma na base da muralha do Castelo. Por fim, em 2012, foi adjudicado ao arquitecto Álvaro Siza Vieira, um projecto de requalificação da envolvente sul do Castelo, um projecto que prevê não só a reabilitação do espaço público, como a recuperação da igreja de Santa Maria (localizada no interior do Castelo), da capela de Santo António (onde as ruínas se assentam na encosta sul do Castelo) e a abertura de uma nova porta do castelo.



Figura 12: M. Figueira, Reabilitação espaços públicos, 2003, Largo Macedo Souto Mayor (poente).



Figura 13: M. Figueira, Reabilitação espaços públicos, 2003, Praça da República (centro).



Figura 14: M. Figueira, Reabilitação espaços públicos, 2003, envolvente do Convento de Nossa Senhora dos Anjos (nascente).

1.4.1. Renovação dos Espaços Públicos

Antes da constituição do GTL, já se sentia a necessidade da requalificação do espaço público. Eram espaços descaracterizados, a Rua Dr. José Galvão já havia perdido a função de estrada nacional, mas ainda faltava torná-la como a rua principal da vila, ou seja, faltava a modernização da praça, da rua, do largo como palco da vida social de Montemor-o-Velho. Estamos em 1999, portanto no imediato pós Expo 98, em que a importância do espaço público surge com grande destaque.

Esta intervenção abrange uma área de cerca de 32 000 m², a frente urbana da vila, começando no Largo Macedo Souto Mayor (fig. 12), o limite a poente da vila, a Praça da República (fig. 13), onde existe a Câmara Municipal, a extensão da Rua Dr. José Galvão, e por fim, também no fim desta rua, a envolvente do Convento de Nossa Senhora dos Anjos (fig. 14), ou seja, numa extensão de 1 quilómetro. Este projecto ocorre no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, e restitui as legítimas funções da praça, da rua e do largo de Montemor-o-Velho.

Não se trata aqui de promover a *batalha panfletária* anti-automóvel, e do *politicamente correcto* elogio das zonas pedonais; trata-se de reorganizar acessibilidades, distinguir tipos de tráfego e orientar fluxos de forma a potenciar ou recuperar outras apropriações.¹⁴

Os principais objectivos deste projecto, não era tirar o uso do carro, mas mudá-lo para uma localização melhor. Na rua principal, passou a existir uma só via de um sentido, e foi retirado o tráfego da Praça da República. A nova circulação e estacionamento passou a ser feito na rua atrás desta, oferecendo melhores condições que as anteriores. Com isto, foram criados melhores acessos para a vila, optimizou-se a articulação do centro histórico com a vila moderna, e criaram-se pendentes para resolver os problemas das drenagens. O uso de diferentes materiais, determinam as diferentes funções de cada espaço, como se trata de espaço público, o granito foi o material predominante, os diferentes acabamentos e tamanhos das peças exprimem o cuidado que se deve ter quando se desenha espaço público. A fig. 13, referente à Praça da República, revela que esta é configurada com edifícios importantes, tal como a Câmara Municipal, através do desenho constrói-se uma praça, lugar de estar e de encontro, o uso e contraste de diferentes materiais confere ao lugar um cariz central.

¹⁴ D. SEIXAS LOPES, «Intervenção no espaço urbano de Montemor-o-Velho», p. 76.



Figura 15: Montemor -o-Velho, localização dos principais equipamentos públicos no centro histórico.

- 1- Teatro Esther de Carvalho
- 2- Biblioteca Municipal
- 3- Casa de Chá
- 4- Galeria Municipal
- 5- Sala B

1.4.2. Equipamentos Públicos

No âmbito do Plano de Urbanização de Salvaguarda do Centro Histórico de Montemor-o-Velho (PUSCHMV), foram realizados inúmeros projectos de requalificação e revitalização de alguns equipamentos públicos e também alguns que ficaram apenas no papel.

Este foi um dos primeiros passos num processo de modernização da vila, para os seus habitantes e também, como veremos, com estes. O projecto de Montemor-o-Velho ganhará um justo reconhecimento nacional e também algum destaque internacional.

Em 1998, foi realizado um projecto de reabilitação para o Teatro Esther de Carvalho (fig.19), da autoria do arquitecto José António Bandeirinha. Em 1997, foi classificado como Imóvel de Interesse Público¹⁵. Actualmente, o Teatro serve a comunidade, e constitui o palco principal do festival CITEMOR.

Em 2000, no terreiro do Castelo ficou finalizada a obra de João Mendes Ribeiro, a Casa de Chá (fig. 16), situada no interior das ruínas do que restam a casa real Paço de Infantas, é uma obra inúmeras vezes premiada, a partir de 1997, em que foi Prémio Architecti, ainda a obra não estava completa.

É, assim, nossa intenção ocupar a parte central da ruína do Paço das Infantas com uma edificação leve, tornada perfeitamente inócua pelo modo geometrizado como se solta das paredes das referidas ruínas.¹⁶



Figura 16: Arquitecto João Mendes Ribeiro, Casa de Chá, Ruínas do Paço das Infantas, Castelo de Montemor-o-Velho, 2000.



Figura 17: Arquitecto João Mendes Ribeiro, Casa de Chá, interior da casa de chá, Castelo de Montemor-o-Velho, 2000.

¹⁵ Site de Informação para o Património Arquitectónico, in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx [29.06.2014]

¹⁶ J. MENDES RIBEIRO, «Projecto para uma Casa de Chá no Castelo de Montemor-o-Velho», p.177.

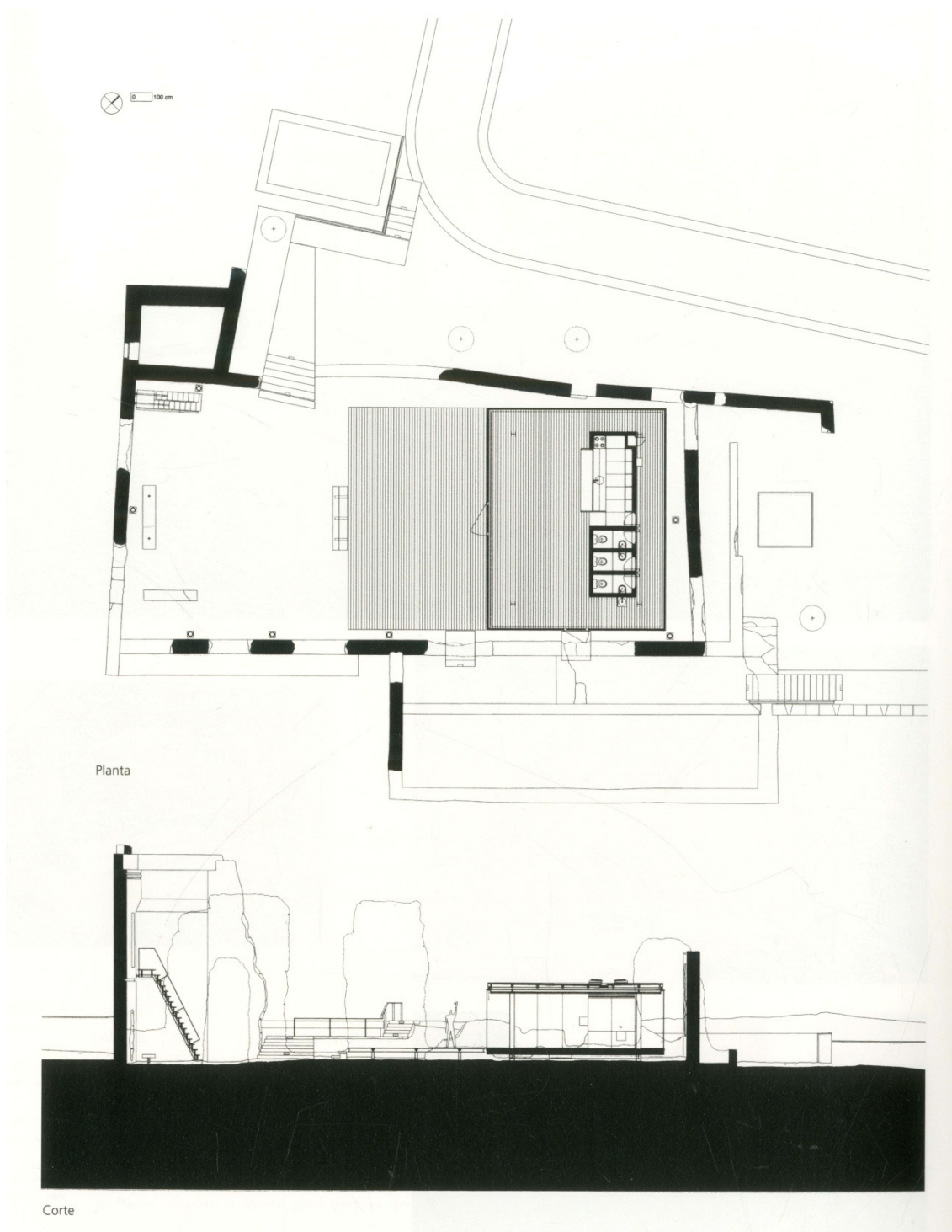


Figura 18: Arquitecto João Mendes Ribeiro, Casa de Chá, Planta e corte, Castelo de Montemor-o-Velho, 2007.

É de referir que em 2001, foi nomeado para o prémio European Union Prize for Contemporary Architecture - Mies Van der Rohe, o que consagra a importância que esta vila levou para além fronteiras. Uma obra que se enquadra no perfil que a vila estava a desencadear, como uma alavanca para o que se seguiria.

Os projectos de reabilitação do Teatro e a edificação da Casa de Chá foram, respectivamente, iniciativas do IPPAR e do CITEC (associação que organiza o Citemor), foram processos que decorreram autonomamente em relação ao Plano e acção do GTL. Não obstante, o Plano adopta-os enquanto peças válidas de um projecto que privilegia o desenvolvimento de equipamentos culturais na vila.



Figura 19: Teatro Esther de Carvalho, projecto de reabilitação, arquitecto José António Bandeirinha, 1998.

Em 2001, foi concluído o projecto de reabilitação e Restruturação do Solar dos Alarcões para Biblioteca Municipal de Montemor-o-Velho (fig. 20). Projecto realizado pelos arquitectos Pedro Maurício Borges, Armando Rabaça e Paulo Fonseca. Tratava-se de um edifício histórico do século XVII¹⁷.



Figura 20: Biblioteca Municipal, ex-Solar da Família Alarcão, projecto de reabilitação e reestruturação, arquitecto Pedro Maurício Borges, 1998.

¹⁷ Site de Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, in http://www.cm-montemorvelho.pt/biblioteca_municipal.htm [29.06.2014]

O antigo Mercado Municipal (fig. 22), é hoje um espaço multiusos, com particular vocação para eventos culturais e sociais. Chama-se Galeria Municipal e está situada num local estratégico, na Praça da Republica, face à Câmara Municipal. A Antiga Capela, posteriormente mercado e agora um espaço polivalente para exposições, a adaptabilidade desta antiga tipologia surpreende e funciona.

No espaço ocupado por uma antiga Capela, no início do século XX, foi construído o edifício do Mercado Municipal. A manutenção do mesmo programa durante um século obrigou a algumas alterações ao edifício original. A transferência de uso para um novo espaço criou a oportunidade para a sua recuperação.¹⁸

O Teatro, Biblioteca e Galeria Municipal, mas também renovação dos espaços públicos, constituem projectos emblemáticos da aposta que o GTL gizou e a Câmara Municipal abraçou no sentido de afirmar Montemor-o-Velho como uma vila de cultura, projectando uma imagem de vila histórica modernizada, projectos que se encaram como factores e qualificação da vida local e de potencialização da atractividade externa da vila.



Figura 21: Montemor-o-Velho: interior do Mercado municipal antes da intervenção.



Figura 22: Montemor-o-Velho: Mercado municipal.

Assim procedendo, dava-se continuidade a dinâmicas latentes na vila. Com efeito, o mais antigo festival de teatro de Portugal, o CITEMOR, realiza-se em Montemor-o-Velho, anualmente entre Julho e Agosto, convidando companhias de vários países. Trata-se de um festival com quarenta anos, onde se juntam todos os anos grupos com diversas programações. Montemor-o-Velho é invadido por diferentes públicos à procura de teatro, dança, música, exposições, etc...

O festival de Montemor-o-Velho é considerado o festival mais antigo do país, mas o Citemor é muito mais que isso. Desde o início que, fugindo dos grandes centros

¹⁸ M. FIGUEIRA, «Galeria Mercado Municipal», s/ p.

urbanos, coloca a vila de Montemor-o-Velho no mapa das criações artísticas, revelando novas tendências e criadores nacionais e internacionais, numa mistura de linguagens que atravessam vários tipos de arte.¹⁹

Este festival realiza os seus espetáculos em diferentes espaços da vila, um dos mais peculiares, é a Sala B (fig. 23), um antigo celeiro sem cobertura, onde se montam espectáculos de teatro e dança.



Figura 23: Montemor-o-Velho, "Sala B", espaço polivalente.

¹⁹ M. MATA, «Citemor - Festival de Montemor-o-Velho», s/ p.

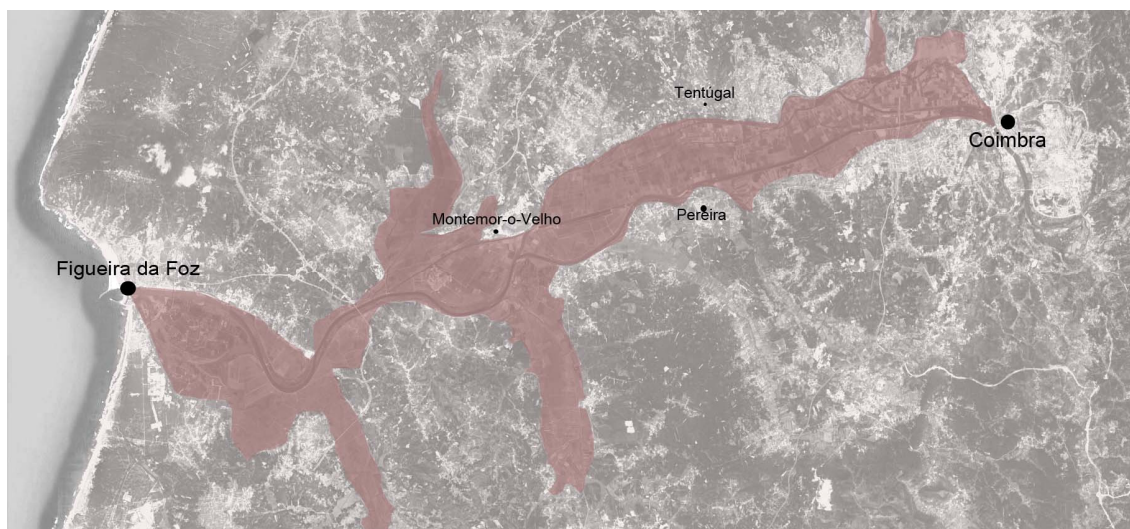


Figura 24: Montemor -o-Velho, Vale do Baixo Mondego.



Figura 25: O movimento do passado.

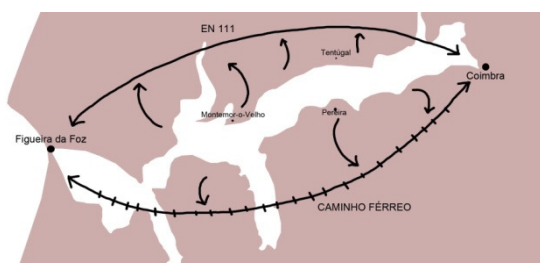


Figura 26: O movimento do presente.

1.4.3. Centro de Alto Rendimento

Montemor-o-Velho situa-se na "margem" norte do Baixo Mondego (fig. 24), a meia distância entre Coimbra e Figueira da Foz, e ao Baixo Mondego deve a sua razão de ser. Tal como Pereira, Tentúgal e outras vilas históricas, que o envolvem. O campo dava trabalho e riqueza, mas entretanto, a agricultura mecanizou-se e tornou-se química. Para muitos, a vida e rendimento passou a decorrer entre Coimbra e Figueira da Foz.

Antigamente o movimento efectuava-se das vilas para o Vale (fig. 25), onde se encontrava o rendimento. Agora esse movimento transformou-se no movimento pendular (fig. 26), para os grandes centros urbanos, que oferecem outro tipo de trabalho. Possibilitam-no a norte a estrada nacional, a sul, o caminho férreo.

O projecto do Centro de Alto Rendimento, surge neste contexto com um tema que potencia o re-habitar do vale e o aproximar das suas margens (fig.27). Trata-se de um novo uso com potencial para mudar o perfil sócio-económico da vila.

[O C.A.R.] Consiste na prioridade de resgatar o centro do vale do Mondego para o sistema urbano, restituindo o movimento de convergência sobre o rio.²⁰

Com efeito, historicamente, o rio era o ponto central do vale, da vila e da vida. O Centro de Alto Rendimento constitui o meio moderno através do qual se recupera a centralidade do rio, ligar-se as margens do vale, enfim, recupera-se o movimento para o centro do vale.

²⁰ M. FIGUEIRA, «Isto não é a Suíça!», p. 72.

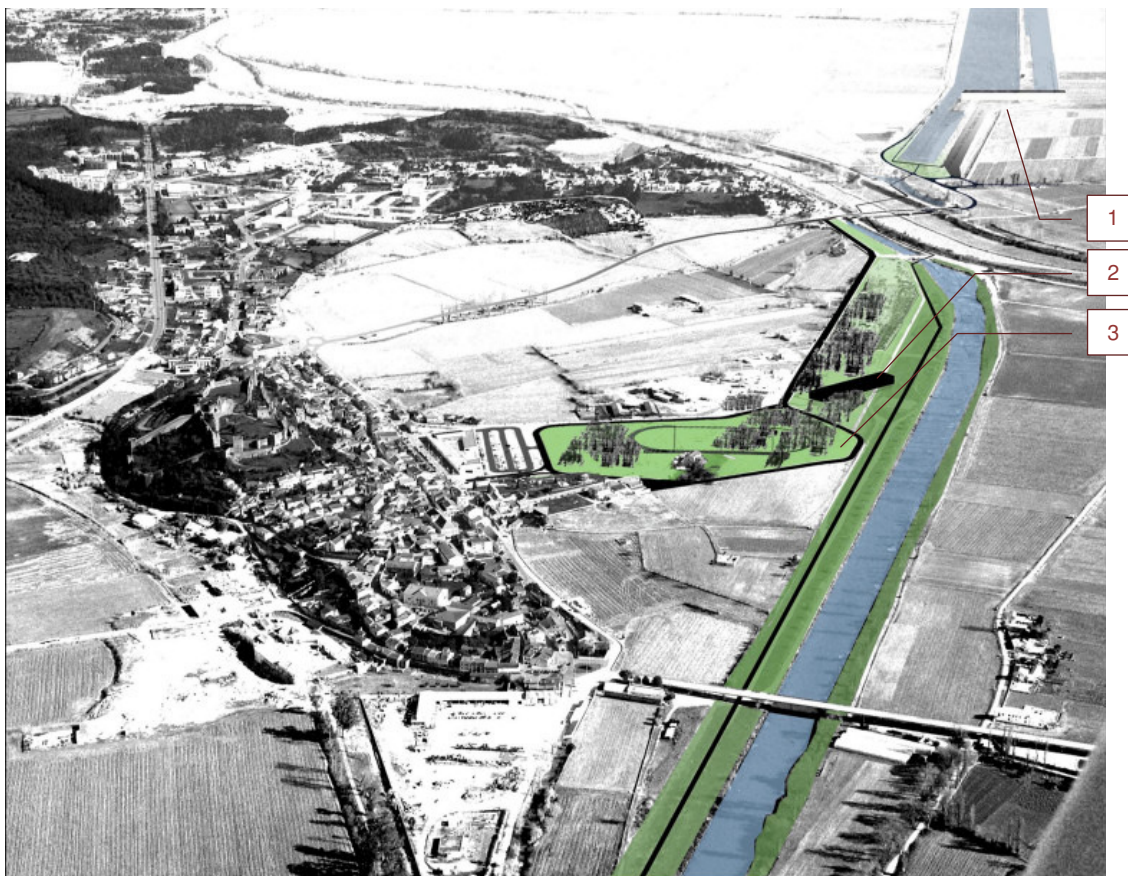


Figura 27: Arquitecto Miguel Figueira, Centro de Alto Rendimento, Montemor-o-Velho, 2008.

1. Centro Náutico
2. Pousada da Juventude
3. Pista de atletismo inserida num parque urbano



Figura 28: Arquitecto Miguel Figueira, Centro Náutico, Montemor-o-Velho, 2011.

Integram o C.A.R. o Centro Náutico (1), a Pista de Atletismo (3), a Pousada da Juventude (2) e o Parque Urbano, (fig. 27). No entanto, actualmente apenas se encontra construído o Centro Náutico. Trata-se de uma grande infra-estrutura de um piso (fig. 28), desenhada longitudinalmente no sentido norte-sul com aproximadamente 200 metros por 24 metros, que contém os serviços necessários (ginásio, balneários, gabinetes médicos, salas media, etc), e os hangares dos praticantes de remo. Esta estrutura tem uma profundidade de 24 metros, que corresponde ao tamanho máximo de um barco. A tipologia base, ou mais comum para este tipo de equipamentos, é constituída por um edifício de dois pisos, sendo o piso térreo destinado aos serviços, e o primeiro piso aos hangares, onde se armazenam os barcos. Sem um primeiro andar sobre os hangares, foi possível proporcionar luz zenital nos mesmos, e assim, conferir-lhes uma qualidade adequada, à circunstância dos desportistas passarem aqui grande parte do seu tempo. A qualidade do espaço e iluminação são superiores, o que possibilitam a organização de diversos eventos neste centro.

Como se pode constatar o trabalho iniciado em 1997, pelo GTL sobre o centro histórico, ganha com o CAR, uma dimensão territorial, além de sócio-económica de grande amplitude.

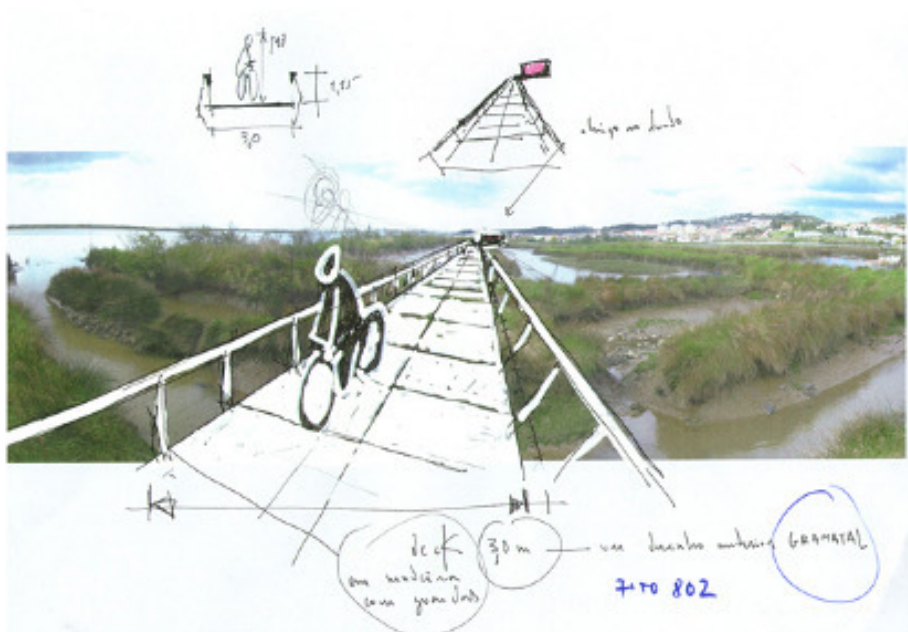


Figura 29: Arquitecto Miguel Figueira, Ciclovia do Mondego, Montemor-o-Velho, 2004-08.

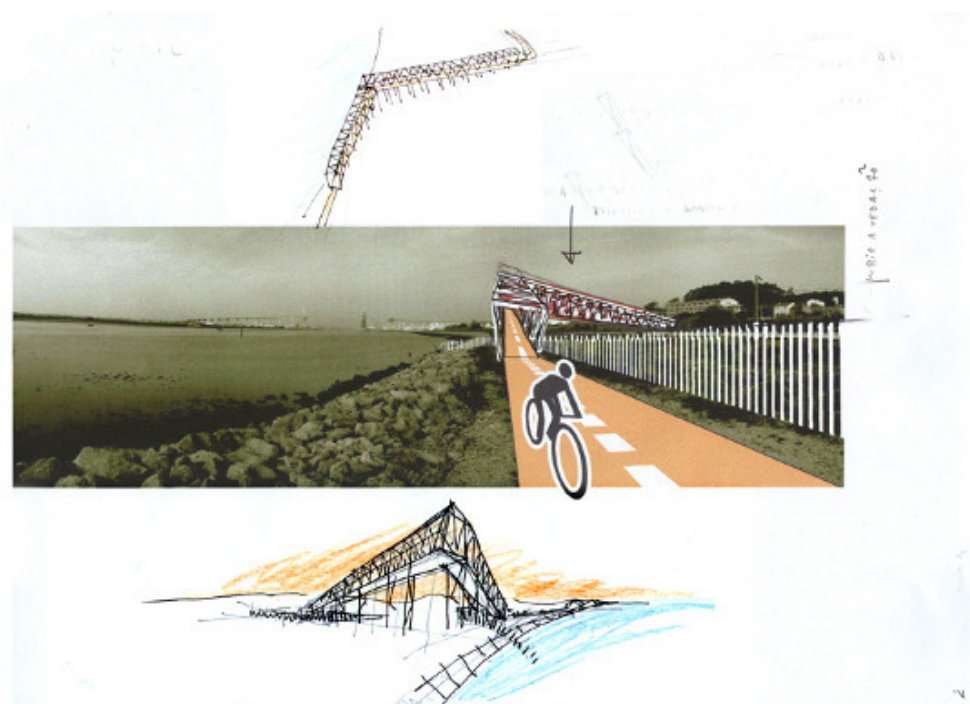


Figura 30: Arquitecto Miguel Figueira, Ciclovia do Mondego, Montemor-o-Velho, 2004-08.

1.4.4. Ciclovia do Vale de Mondego

A dimensão territorial do CAR espelha-se no projecto complementar da ciclovia do Baixo Mondego. Este projecto liga Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, mas também as duas margens do Vale, conferindo-lhe assim, a par do CAR, uma centralidade de que este havia perdido com a transformação ocorridas na agricultura e subsequentemente "suburbanização" dos aglomerados urbanos ao longo da EN 111 e linha férrea.

Foi a equipa do arquitecto Miguel Figueira e Daniel Gameiro, que propôs esse retorno ao Vale. Trata-se de um projecto com uma extensão de 42 km, passando por Montemor-o-Velho, ao longo da margem direita do antigo leito do rio.

Acreditamos na força destes novos usos para a reconciliação da comunidade urbana com o seu território, sendo certo que a redignificação do vale do Mondego, com a diversificação do seu perfil funcional, é fundamental para a qualificação do seu sistema urbano e, consequentemente, para a recuperação da centralidade de Montemor-o-Velho.²¹

Da ciclovia foi construído o troço entre o castelo na Foz do Mondego, na Figueira da Foz. Na envolvente do CAR, isto também já aconteceu, incluído uma ponte entre o CAR e Casal Novo do Rio, que proporcionará a ligação à Vila. Os restantes troços (Coimbra - Montemor-o-Velho e Montemor-o-Velho - Figueira da Foz) aguardam lançamento das respectivas obras. Não obstante, através de caminhos no campo, onde foi e continua a ser possível realizar este percurso de bicicleta.

²¹ M. FIGUEIRA, «Montemor-o-Velho, o vale, a vila e o castelo», p. 34.



Figura 31: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011, primeiro tramo das escadas.



Figura 32: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011, segundo tramo das escadas.

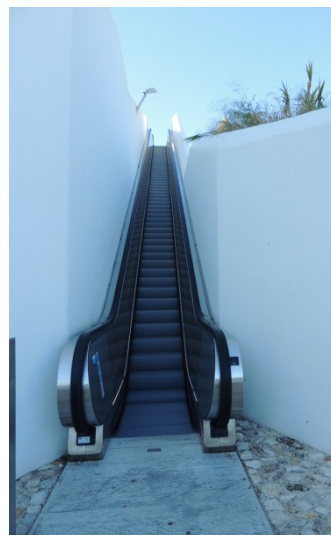


Figura 33: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011, ultimo tramo das escadas.



Figura 34: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011.

1.4.5. Percurso Pedonal Assistido

Como último projeto, temos o percurso pedonal assistido que, apoiado por escadas mecânicas, estabelece uma ligação directa entre a rua principal da vila e o Castelo, ou seja, ligando a cota mais baixa da vila e melhor consolidada com o Castelo. O Percurso Pedonal Assistido atravessa uma zona de meia colina mal consolidada ou mesmo abandonada.

Trata-se de um percurso que sobe a encosta dividido em três tramos, o primeiro toma a rua Dr. José Galvão, até à sua primeira plataforma, onde na mesma cota começam, mais à frente, as escadinhas de St. António. A seguir, os últimos tramos trespagam a área expectante que mencionamos como área de intervenção, e onde se pode já começar a admirar a bela vista sobre os telhados da vila e para além, os campos do baixo Mondego. No fim, chega-se à cerca do Castelo, onde podemos aceder ao castelo pela sua porta a poente, a Porta do Sol. Este percurso é vital para a vida no centro histórico, ou melhor, para devolver a vida a este.

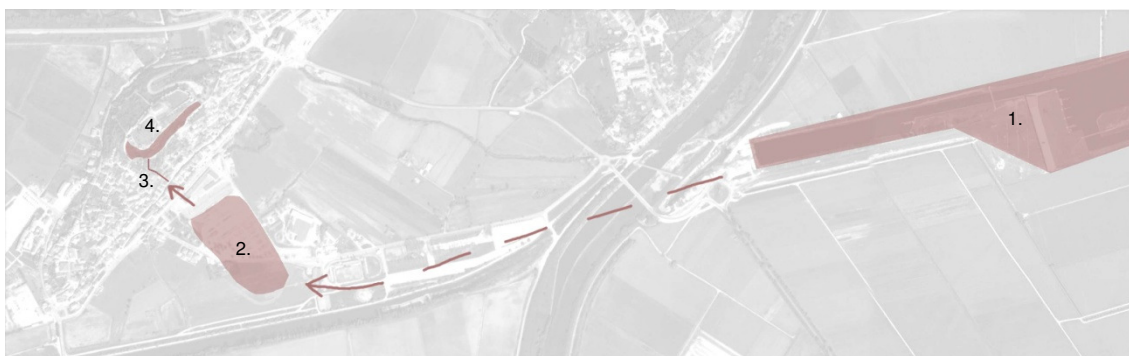


Figura 35: Montemor-o-Velho, projectos e obras.

1. Centro Náutico (arquitecto Miguel Figueira, 2011)
2. Projecto de Parque Urbano e Pista de Atletismo (arquitecto Miguel Figueira, 2008)
3. Percurso Pedonal Assistido (arquitecto Miguel Figueira, 2011)
4. Projecto de requalificação da envolvente sul do Castelo (arquitecto Siza Vieira, 2013)

O Percurso Pedonal Assistido é a peça que faltava no eixo entre o vale e o castelo. [Re]habilita-se o vale através do Centro Náutico e Parque Urbano, eixo que prossegue até ao castelo através deste percurso; projecto que potencia o re-habitar da colina. É um eixo de projectos que potencia o habitar "de novo" de palcos que estavam desertos.

Antes de ser inaugurado no final do mês de Setembro de 2013. Os habitantes tomaram posse do Percurso Pedonal Assistido, para realizarem as festas da vila, na ronda do castelo, que há muito haviam abandonado.

Sem pré-aviso, a população apoderou-se da obra, para ocupar o abandonado largo da devoluta Capela de Santo António. Regressou ao seu lugar a festa que há décadas o tinha abandonado.²²

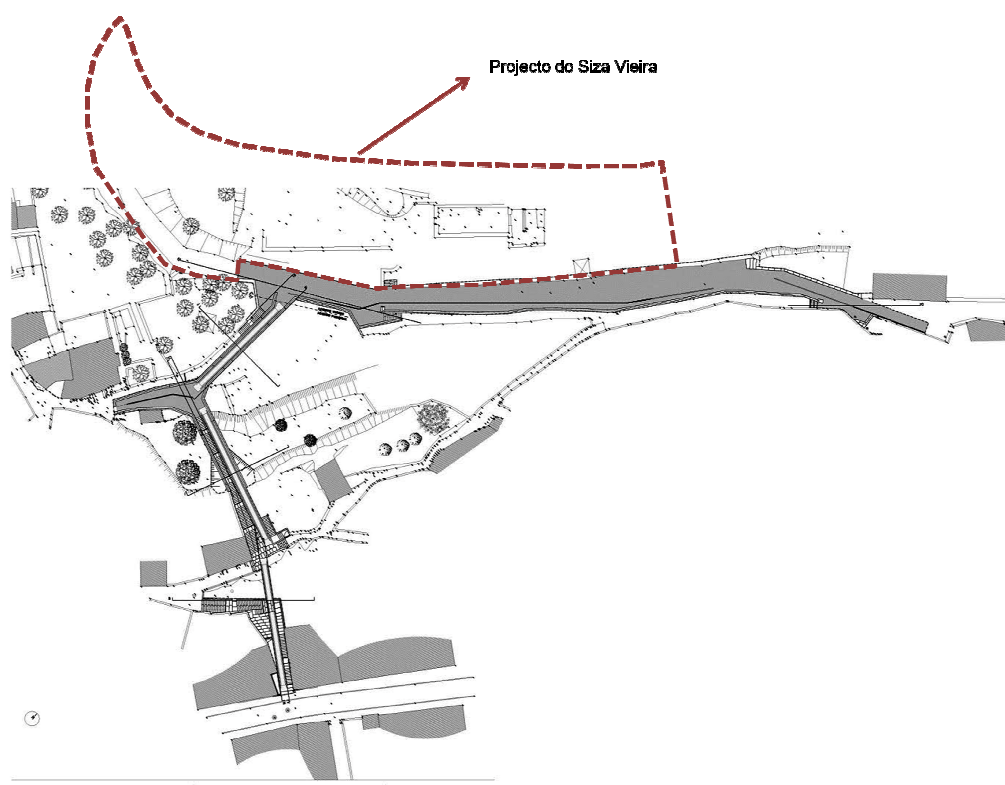


Figura 36: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011, planta.

Na ronda do castelo, à cota da última plataforma da colina, foi atribuído ao arquitecto Siza Vieira um projecto de requalificação. Abrange a envolvente sul do castelo e a recuperação de algumas ruínas, também se propõe a criar uma terceira abertura no castelo, esta que, eventualmente, ficará voltada para sul, obtendo assim uma união com o Percurso Pedonal Assistido.

²² P. BAÍA, «As pedras rolantes de Montemor o Velho», p.215.

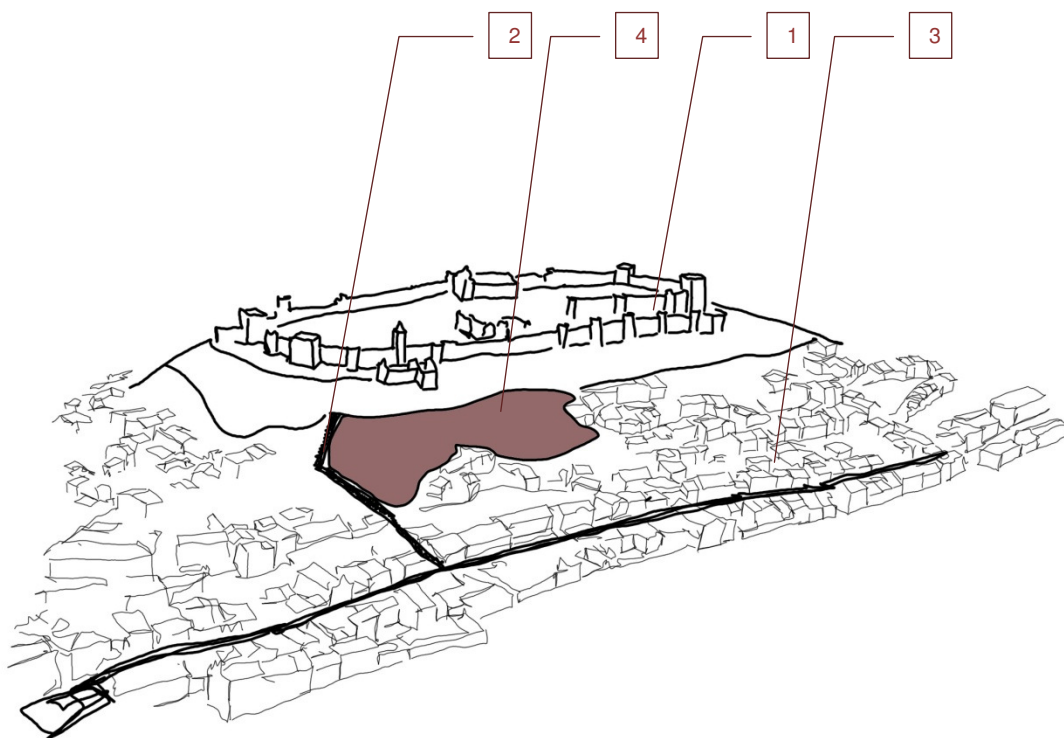


Figura 37: Montemor -o-Velho, formação de uma área expectante.

- 1- Castelo
- 2- Percurso Pedonal Assistido
- 3- Vila
- 4- Área expectante de meia colina

1.5. De área expectante a oportunidade

O efeito sobre a colina pelo Percurso Pedonal Assistido

O Percurso Pedonal Assistido (2) estabelece a ligação entre a Rua Dr. José Galvão e a Ronda do Castelo/ Caminho de Santo António, cota a que se desenvolve uma plataforma a partir dos quais se erguem as muralhas do Castelo (1). Como referido, para esta plataforma o arquitecto Álvaro Siza Vieira desenvolveu um projecto de requalificação do espaço público. Nesta plataforma encontram-se algumas ruínas onde se acolhe o espetáculo CITEMOR e desfruta-se ainda de uma vista excecional sobre os campos do Baixo Mondego.

Como se compreenderá, a construção deste Percurso Pedonal Assistido (2), repolariza a vila (3), conferindo uma extraordinária centralidade à área expectante que se encontra a meia colina (4).

Em linha com o que vem sendo desenvolvido em Montemor-o-Velho desde 1997, esta zona torna-se numa oportunidade para projectar a vila no futuro.

Esta constitui a área de intervenção eleita, a [re]habitar, que se propõe projectar com tipologias que possam acolher usos residenciais, mas ainda de trabalho, pequenos serviços compatíveis com a residência, deste modo procurando cerzir o novo no preexistente. O objectivo é adaptar a proposta à envolvente. Desfrutando das excelentes vistas e óptimas condições de insolação.

(...) A vitalidade da vila e do seu centro dependem, em grande medida, do bom relacionamento com o seu castelo, e a viabilidade da habitação na sua encosta depende da qualidade do acesso. Não é só a ligação ao castelo, mas também a integração da encosta degradada que urge resolver.²³

²³ P. Baía, «*As pedras rolantes de Montemor o Velho*», p.216.

1.6. Um programa para a colina

Propomos que a colina seja [re]habitada com tipologias polivalentes, contribuindo para a alteração do perfil da vila, tanto económico, social e cultural. Situada entre tecidos históricos, a área expectante situa-se, pois, entre zonas residenciais, mas residências rurais.

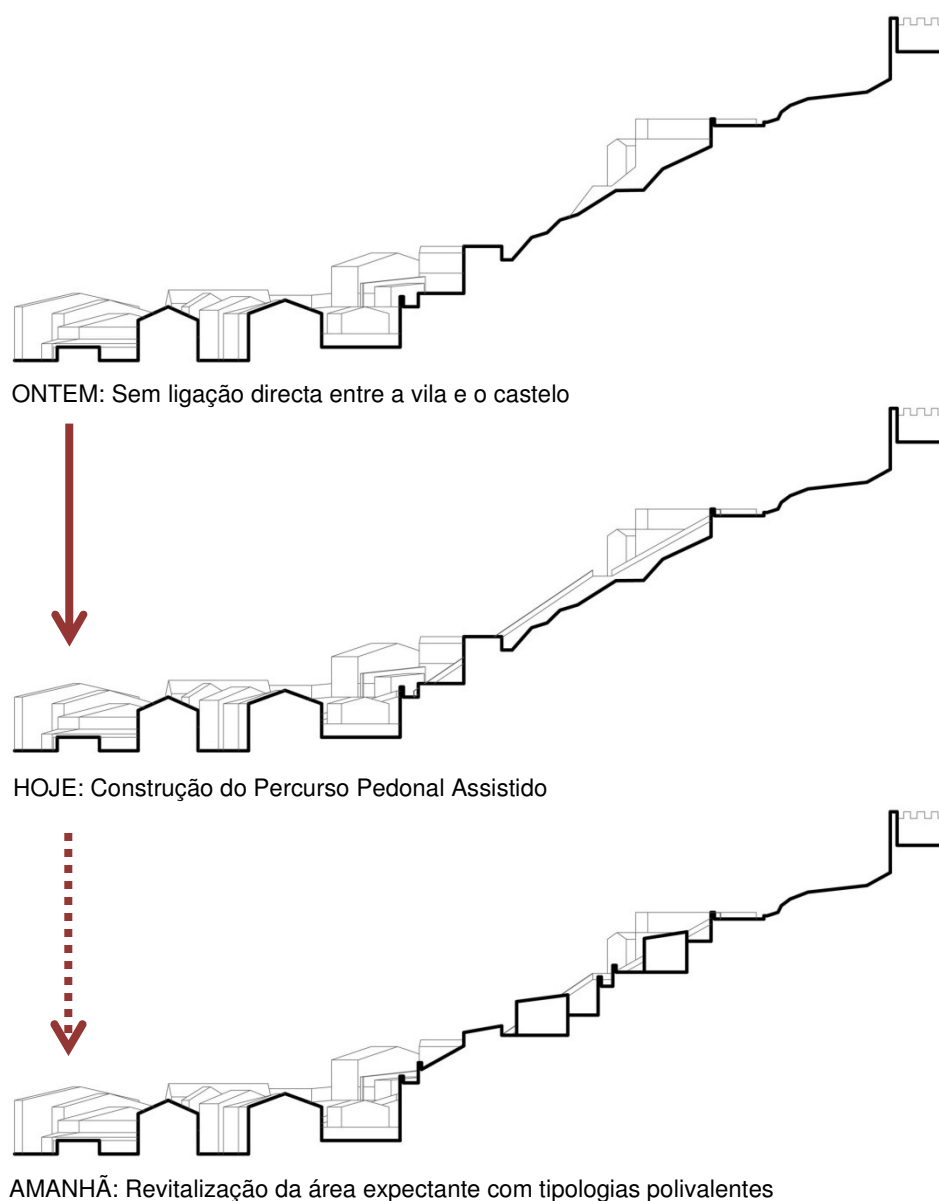


Figura 38: Perfis da vila, ontem, hoje e amanhã.

A casa rural é um exemplo que pode ser dado como uma das primeiras práticas no âmbito da polivalência. Por se encontrar num meio rústico, ela tem que ter capacidade para se adaptar a todos os requisitos necessários a uma vida do campo. Numa das visitas a Montemor-o-Velho, fui convidada a entrar numa casa deste tipo, situada no meio do campo, ela adquire uma versatilidade muito interessante. Entramos por um espaço muito grande, que em tempos de calor pode estar completamente aberta para o exterior, onde se pode armazenar instrumentos agrícolas ou onde se pode colocar uma grande mesa e fazer-se um grande almoço de convívio. Este espaço dispõe de um lado a cozinha e o espaço de refeições, do outro, com carácter mais íntimo, está disposto os quartos e a casa de banho.

Conseguir a flexibilidade por meio da ambiguidade. Trata-se de formalizar a casa de uma forma muito simples e aberta para que se possa desenrolar em distribuições completamente diferentes.²⁴

Ou seja, a polivalência e flexibilidade na arquitectura residencial é a resposta para a adaptação a diferentes necessidades e ciclos da vida de uma casa. Nem todos os espaços têm que ter uma designação específica e podem ter diferentes interpretações em relação ao seu uso. O mesmo espaço pode ser uma sala de estar, um quarto ou um escritório.

A casa ideal é composta unicamente por metros quadrados, ou cúbicos, paredes, tectos, pavimentos e panos de vidro que relacionam o interior com o exterior, e as zonas fixas de tubagens para as instalações técnicas de cozinhas e banhos. Num espaço único, com as divisórias leves e amovíveis, os utilizadores poderão de acordo com as diversas situações de uso, alterar aquilo que é temporário: agregados familiares, afectos e desejos.²⁵

De facto, ao não existir restrições, há lugar à mudança, dotar um espaço com este tipo de ambiguidade, é proporcionar ao utilizador a liberdade que este necessita, cada indivíduo tem a sua identidade, e quer tornar a sua casa à sua imagem, e aspirações.

²⁴ "(...) Conseguir la flexibilidade por medio de la ambigüedad. Se trata de formalizar la vivienda de una manera muy sencilla y abierta para que se pueda desarrollar en distribuciones completamente diferentes." in X. SUST, «*Innovación Tecnológica e Innovación Tipológica*», p.70.

²⁵ J. ADRIÃO, «*A casa ideal*», s/p.

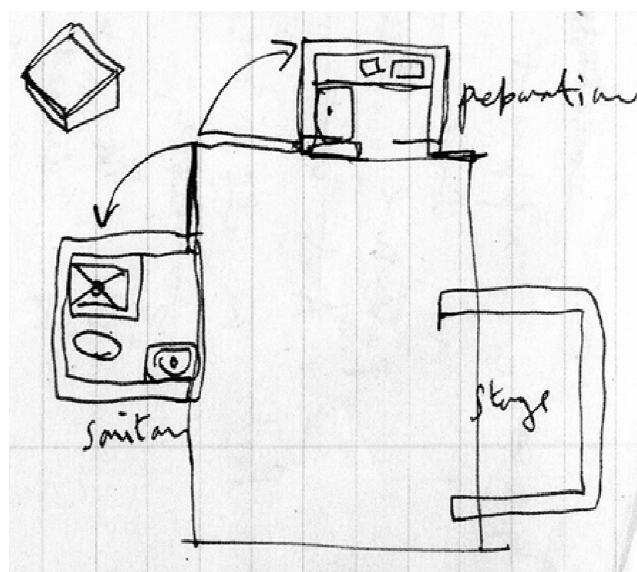


Figura 39: Alison e Peter Smithson, Retirement House, Kent, 1959. Esquisso.

Um dos primeiros esboços da casa da reforma, ou "retirement house", desenhada para os pais de Alison Smithson, revela um único espaço aberto com a casa de banho, cozinha e arrumos, como pequenos apêndices deste único espaço aberto, tornando-se um espaço livre de imposições. O que se sugere a partir disto, como a área de intervenção é na colina do castelo, e esta faz-se através de plataformas para vencer a cota da colina, é transportar estas áreas servidoras para a parede cega, aquela que se encosta na plataforma, usufruindo assim de um espaço aberto.

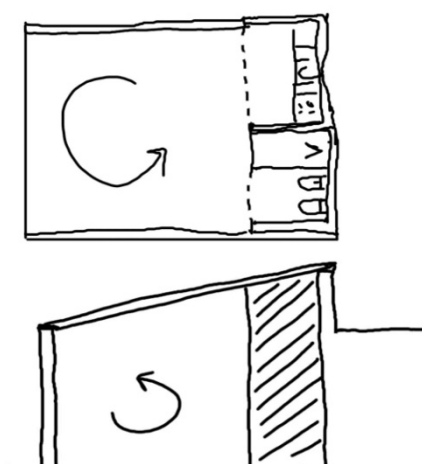


Figura 40: Esquisso, representação esquemática do conceito da tipologia. Planta e respectivo corte.

Por exemplo, ao se propor tipologias polivalentes, estamos a oferecer um leque de opções que normalmente não acontece. Não se trata da diversidade a nível de números de quartos, mas da questão dos seus usos. Quando temos uma tipologia de dois pisos, inicialmente, pode ser habitação, com o espaço social no piso térreo e o espaço privado no piso superior, mas, o que se propõe aqui de diferente é a possibilidade de alteração dos seus usos. É oferecer a capacidade de poder alterar um T0, para uma oficina de trabalho. Um T1 de dois pisos, para uma pequena área de comércio no piso térreo e levar para o piso superior apenas a habitação. A perspectiva é, pois, a da polivalência.

Porque nestes contextos, é importante que exista uma preocupação neste sentido. Num ambiente rural, se não existir eficiência na procura de novas funções e novas adaptabilidades, é fácil que este lugar se torne desabitado, que é o que acontece na realidade. Ao visitar Montemor-o-Velho, e tivermos curiosidade de passear nas ruas estreitas da encosta do castelo, podemos ver muitas habitações à venda, e outras já abandonadas e em ruínas.

Desta forma, pretendemos desenvolver um projecto ajustado ao contexto histórico, morfológico e tipológico, mas que ofereça oportunidades de futuro, modernização e transformação da vila, nomeadamente nas suas vertentes socio-económicas. Com efeito, as tipologias polivalentes podem ir tanto de encontro às necessidades do mundo rural, como de profissões liberais, artísticas, e outras. A polivalência do edificado constituirá um potente recurso para enfrentar o futuro.

2. TIPOLOGIAS POLIVALENTES

2.1. Ideias de polivalência

Em primeira análise, o tema da polivalência polariza-se entre posições quase opostas. Por um lado, Rossi, cujo pensamento foi e continua a ser extremamente influente, salientou a perenidade histórica da tipologia.

Inclino-me a crer que os tipos da casa de habitação não tenham mudado desde a antiguidade até hoje, mas isto não significa, com efeito, sustentar que não tenha mudado o modo concreto de viver desde a antiguidade até hoje e que não existam sempre possíveis novos modos de viver.²⁶

— — —

Apesar da polivalência e flexibilidade serem temas objecto de elaboração disciplinar, há casos da cultura do habitar que parece condensarem as preocupações do objecto que se trata, pela cultura arquitectónica. O *loft* é um destes casos.

Em *A Boa Vida, Visita guiada às casas da modernidade*, Iñaki Ábalos associa o conceito da polivalência com os valores espaciais do *loft*, numa apreciação que tem o seu quê de reminescente de posições de Rossi.

São exemplos como estes que nos permitem assumir este arquétipo como uma forma de pensar, construir e habitar a casa, cuja atratividade abarca desde a luta política e as elites artísticas, até os grupos sociais cada vez mais numerosos e expectantes, desejosos de desenvolver sua criatividade no âmbito doméstico mediante uma apropriação lúdica de grandes volumes de ar sem qualidades, este volume de ar paradoxalmente "superficial", pronto para uma apropriação imprevisível, capaz de satisfazer a ideia de domesticidade de seus habitantes.²⁷

²⁶ A. ROSSI, *A Arquitectura da Cidade*, p.55.

²⁷ I. ÁBALOS, *A Boa Vida*, p.137.



Figura 41: Andy Warhol, *The Factory*, 1960.



Figura 42: Andy Warhol, *The Factory*, 1960.

O *loft* é um espaço aberto e disponível para as mais diversas apropriações. Para Iñaki Ábalos, o *loft* é o romper da "jaula moderna"²⁸, tanto a nível distributivo como conceptual, oferecendo ao habitante a liberdade de viver da forma que deseje, não impondo limites nem contrariando a vontade imposta. No fundo, coloca a questão de saber se o privado é ou não é, privado.

Até que ponto seria possível um projecto, uma forma de pensar a casa, que retirasse sua energia de semelhante reflexão, que lançasse longe o que de libertador há nesta tradição doméstica do século XX.²⁹

O exemplo que nos propõe é do estúdio de trabalho de Andy Warhol, um *loft* nova-iorquino, tratado como uma "casa aberta", onde pessoas podem conviver livremente e produzir algo criativo juntas, dormir e trabalhar num só e grande espaço, realizar festas e criar arte ao mesmo tempo. Chamava-se *The Factory*, o espaço pertencente a um grupo reduzido de pintores sediado em Nova Iorque, nas décadas de 60 a 80, que apropriaram-se de um espaço industrial, liberto de qualquer tipo de condicionante. Como se de uma tela branca se tratasse, eles usaram o *loft* da melhor forma que lhes convinha.

— — —

Não é este o mesmo entendimento de Jean Nouvel que também em 1983 desenvolve o projecto Nemausus. Os núcleos de águas localizam-se no interior dos fogos em três posições distintas de três módulos tipológicos base que, por adição de outros módulos base, possibilitarão o desenvolvimento de uma grande diversidade de tipologias. A

²⁸ *Ibidem*, p. 136.

²⁹ *Ibidem*, p. 137.

partir de regras muito simples, produz-se uma grande diversidade tipológica. A matriz geométrica do projeto e o sistema construtivo são igualmente muito simples, de modo a propiciarem economias que permitirão a adopção de algumas soluções inovadoras como a fachada que se pode abrir e mais espaço aos apartamentos, o que permitirá as mais diversas apropriações por parte dos seus habitantes, um pouco na linha - salvaguardadas as devidas distâncias - do que acontece no *loft*.

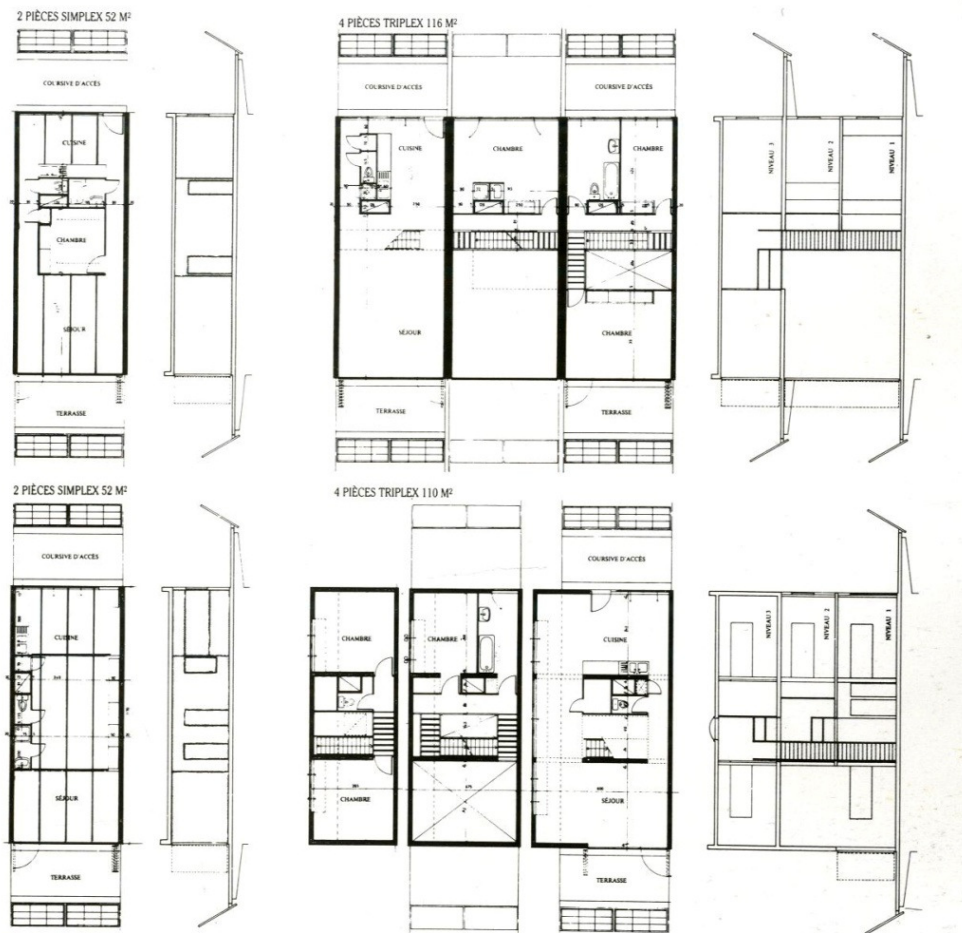


Figura 43: Jean Nouvel, Nemausus, Nîmes, 1983, plantas.

Sistema construtivo constituído por paredes em betão armado, que definem a separação entre casas contíguas e um elemento retângulo base das tipologias. Existem três tipologias base consoante a disposição dos núcleos de águas, para um total de 114 habitações, incluindo simplex, duplex e triplex.

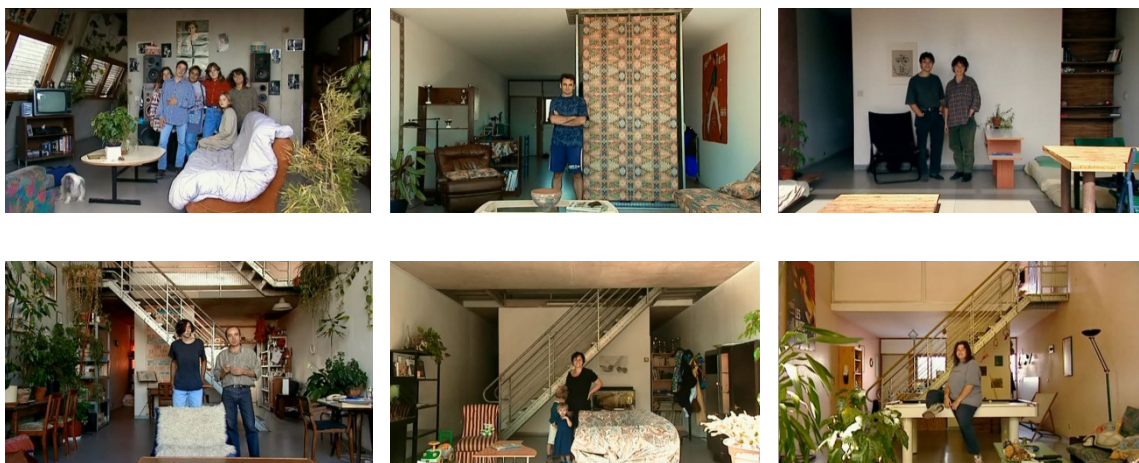


Figura 44: Jean Nouvel, Nemausus, Nîmes, 1983, moradores, videogramas.

No Nemausus, os apartamentos agregam-se em banda, definindo duas frentes de fachada. Entrando-se para o apartamento pela cozinha e sem portas ou corredores até aos espaços sociais, mas apenas um bloco constituído por sanitários e arrumos; a fluidez é máxima entre colectivo e privado.

— — —

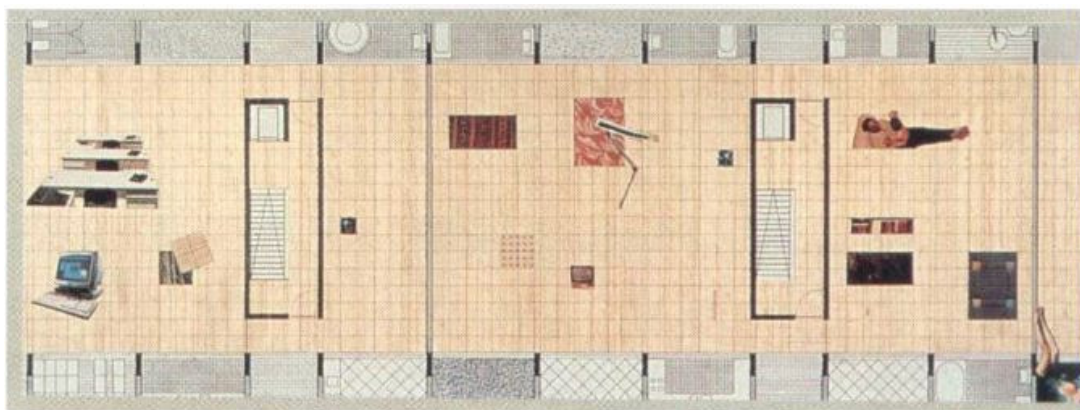


Figura 45: Willem Jan Neutelings e Michiel Riedijk, concurso de habitação, Barcelona, 1989, planta tipo.

Por outro lado, diversas gerações de arquitectos modernos abraçam os temas da polivalência, flexibilidade, etc, para produzir soluções radicalmente novas. Willen Jan Neutelings enquadrar-se-á neste segundo grupo. De acordo com este, cria-se um modelo base, e faz-se uma série de experiências, de modo a que esse gere uma ampla variedade de habitações, desde T0 a T4, de estúdios a duplexes, e assim por adiante. Num concurso para Barcelona, em 1989, desenvolveu uma habitação

baseado neste princípio. Ao colocar todas as infraestruturas da casa numa só parede, criando assim a "fachada técnica", ela potencia um *open-space* que permite soluções conforme ao gosto de cada um. Nesta parede, é onde se localizam os equipamentos fixos, como a cozinha, a instalação sanitária e os arrumos, libertando o restante espaço, recuperando assim a ideia de polivalência do espaço. Neste esquema, podemos ter quartos, um estúdio de trabalho, um escritório, um estúdio de música, porque num espaço deste tipo, uma pessoa pode fazer dele a sua casa, como outra pessoa pode criar o seu espaço de trabalho.

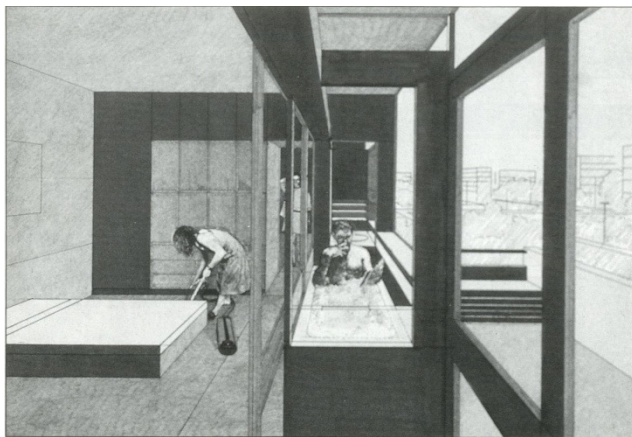


Figura 46: Yves Lion, Domus Demain, 1984, perspectiva interior.

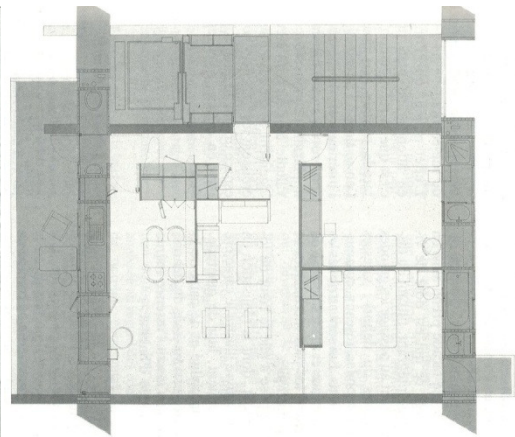


Figura 47: Yves Lion, Domus Demain, 1984, planta tipo.

Tal como no caso anterior, Yves Lion posicionou essa "zona técnica" nas fachadas das habitações. Assim, a fachada deixa apenas de ser a separação entre o exterior e o interior, passando a ser o suporte dos diferentes serviços (cozinha, higiene, etc...). Na Domus Demain, em que os apartamentos se agregam em banda, oferecendo duas fachadas para o exterior, a fachada transforma-se numa "fachada técnica". Ao longo desta, no interior dispõem-se o espaço social, em correspondência com o balcão da cozinha no interior da fachada dupla, e do outro lado, o espaço privado, os quartos, em correspondência com as banheiras, sanitas e lavatório também no interior da fachada dupla. Aqui a fachada ganha um papel mais importante no desenho geral, já que ela distribui as águas, recolhe os esgotos, filtra o ar, mas perde a importância a determinar da subdivisão dos espaços interiores. Com este esquema, existe liberdade no desenho interior do espaço, optando por uma diversa escolha de tamanhos para os espaços interiores, se os quartos servirem apenas para dormir, o espaço social será maior, e vice-versa.

A habitação é a pele do indivíduo, é o espaço final que divide o privado do público.
Cada habitação reflecte a alma de cada habitante.³⁰

— — —

Já Manuel Gausa, pensou a polivalência à luz dos sistemas ABC³¹, e do "rail system"³².

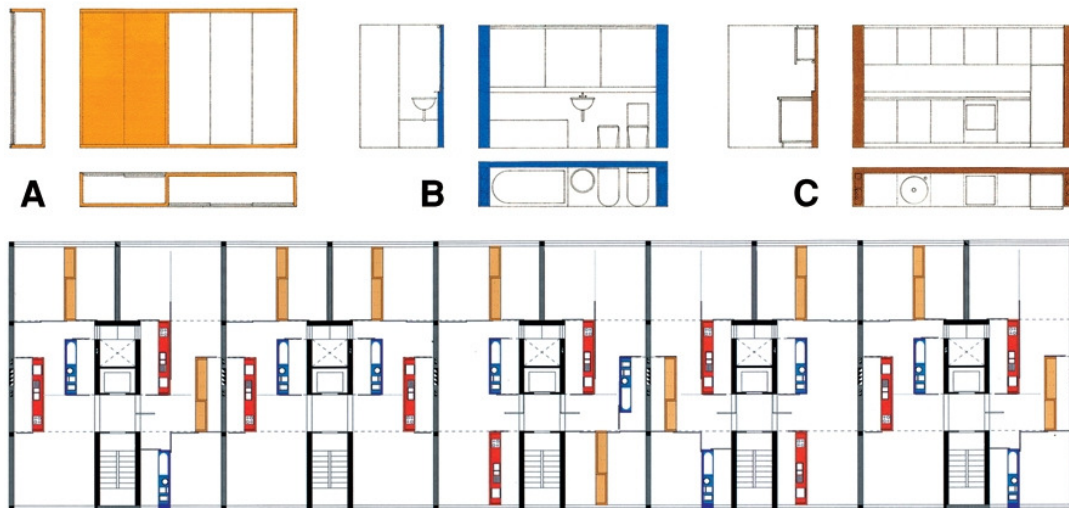


Figura 48: Manuel Gausa, Mulhouse, Graz, 1998, Sistema ABC, plantas tipo.

O sistema ABC, foi concebido para o projecto de habitação colectiva Mulhouse em Graz, em 1998, destinado a potenciar flexibilidade de espaços de habitação. A combinação destas "paredes equipadas pré-fabricadas" é infinita, as paredes com as iniciais ABC (em espanhol: armário, baño, cocina), estão colocadas num espaço aberto, sem divisórias, que possibilita a organização de diversas combinações através deste sistema com elementos deslizantes, como podemos ver pela fig. 48, onde podem surgir espaços bem articulados, como espaços completamente abertos. Trata-se de um sistema interessante, e o seu conceito está conforme com o que se pretende de um espaço polivalente. A única questão é, se se trata de paredes deslizantes, como é que o fornecimento e escoamento de águas funcionava? Pelo menos as paredes da cozinha e da casa de banho, já tinham que ter pré-requisitos definidos, apesar de serem peças pré fabricadas.

³⁰ " the dwelling is the individual's skin, the ultimate space that divides the individual from the collective. each dwelling reflects the soul of its inhabitants", in M. GAUSA, *The Metapolis*, p. 179.

³¹ M. GAUSA, *Housing*, p. 26.

³² *Ibidem*, p. 27.

O "rail system" trata-se de dividir o espaço em três faixas, aqui evoca-se um dos exemplos anteriores, a Domus Demain, em que é nas fachadas que se encontram os serviços. Neste sistema a orientação é importante, na fachada norte, onde não temos luz solar directa temos uma faixa com os serviços, como o balcão da cozinha, os arrumos e as instalações sanitárias, na fachada sul temos uma faixa que serve de circulação dos espaços interiores que se situam na faixa central. A polivalência deste tipo de espaço pode relacionar-se com as diferentes dimensões que damos a cada espaço. Trata-se de um tipo de organização espacial simples e funcional, que possibilita uma grande variedade de soluções de tipologias.

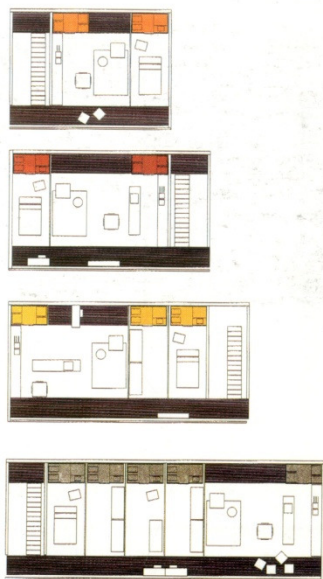


Figura 49: Manuel Gausa, Housing block se nº3, Barcelona, 2004, plantas.

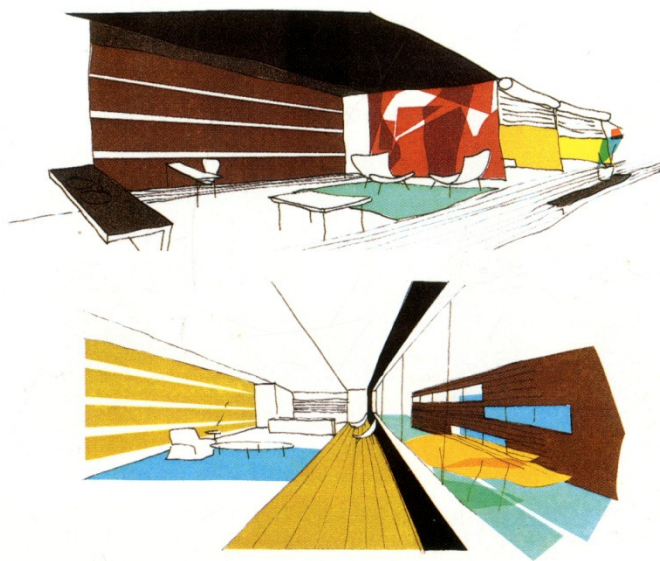


Figura 50: Manuel Gausa, Housing block se nº3, Barcelona, 2004, perspectivas interiores.

— — —

Polivalencia e flexibilidade são termos que sendo diferentes, muitas vezes designam a mesma realidade, sendo mesmos intercambiáveis. Em ambos os casos o que frequentemente está em causa é capacidade de uma casa acolher usos e modos de vida diferenciados. Para isto é necessário que a casa apresente características organizacionais e dimensionais adequadas.

Em «Distribució és un terme massa estret», Xavier Monteys, procede à comparação de uma habitação funcionalista com uma casa do início do século XX, fazendo ressaltar as características organizacionais e dimensionais da segunda casa, que lhe conferem superiores características de polivalência e flexibilidade.



Figura 51: A. Klein, estudo de uma tipologia em *Vivienda mínima* 1906-1957.

Apesar deste estudo ter sido focado em relação ao espaço de circulação, é oportuno observar na fig. 51, como a mesma estrutura pode ter usos diferentes, pois a ambiguidade dos espaços possibilita a ocupação de diferentes formas, o quarto pode ser uma sala, uma sala pode ser um escritório. O mesmo espaço pode ter diferentes usos e significados. A inexistência do corredor da casa funcionalista (diferenciando as zonas sociais e privadas da habitação), e uma certa equivalência nas dimensões dos espaços da casa do início do séc. XX, possibilitam que tal como Monteys afirma o seguinte a respeito da casa:

Os compartimentos têm dimensões comuns. O desenho funcional deixa de ser importante, deixando de dar a cada espaço uma função proporcional à sua dimensão.³³

Este pensamento aproxima-se de posições décadas antes defendidas por uma figura como Aldo Rossi, tal como se descreve na primeira citação da p. 43.

³³ "This virtue is complemented by another that is no less important: the rooms have more regular sizes. The "functional" design falls into the trap of specialising the rooms by giving them sizes in proportion to their functions", in X. MONTEYS, «Distribució és un terme massa estret», p. 59.

2.2. Casos de estudo

Entre muitas outras possibilidades, os seguintes casos de estudo parecem-nos pertinentes em relação à temática e contexto de intervenção, seja pelo que deles podemos reter como válido, ou não: a Casa Schroder, projectada em 1924, por Gerrit Rietveld, a "furniture house" de Shigeru Ban, de 1995, dois exemplos com 71 anos de diferença, em que podemos constatar que o conceito de polivalência continua a alimentar a imaginação, sempre procurando oferecer um máximo de possibilidades aos utilizadores.



Figura 52: Gerrit Rietveld, Casa Schroder, Utrecht, 1924, vista exterior.

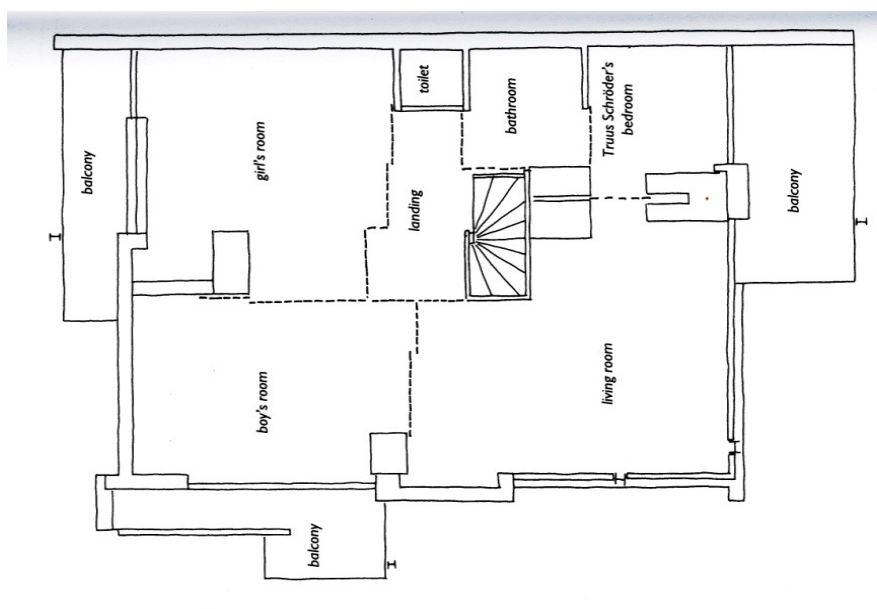


Figura 53: Gerrit Rietveld, Casa Schroder, Utrecht, 1924, planta do piso superior.

2.2.1. A Casa Schroder

Este projecto foi realizado com uma grande colaboração por parte da cliente, a viúva Truus Schroder, mãe de duas meninas e um rapaz. Trata-se de uma moradia em nada semelhante à banda de moradias de que constitui o remate, apresentando pois três frentes.

O primeiro aspecto a relevar neste projecto é que existe uma diferença na organização espacial de cada piso; o primeiro foi desenhado de uma forma convencional, para que o projecto fosse aprovado pela cidade de Utrecht. Na entrada, encontramos as escadas que dão acesso ao segundo piso, e é à volta desta circulação vertical que o espaço se organiza, subdividindo-se em seis compartições, uma pequena casa de banho, uma cozinha, um quarto para a criada, um pequeno espaço de trabalho, acompanhado de um estúdio e por fim uma pequena biblioteca.



Figura 54: Gerrit Rietveld, Casa Schroder, Utrecht, 1924, fotografias do espaço interior.



Figura 55: Gerrit Rietveld, Casa Schroder, Utrecht, 1924, fotografias do espaço interior.



Figura 56: Gerrit Rietveld, Casa Schroder, Utrecht, 1924, fotografias do espaço interior.

No piso superior, é onde o manifesto de Rietveld do "*active living*" se torna evidente. Existem dois layouts possíveis para este piso, um layout em que a casa é dividida em compartimentos controlados, ou um espaço completamente aberto. Conforme as necessidades ou a hora do dia, estes painéis móveis podem adicionar áreas ao espaço comum da casa ou pelo contrário, limitar espaços onde pode existir privacidade. Num layout onde temos as divisórias móveis fechadas, podemos ver a criação de um pequeno corredor que nos distribui para, uma casa de banho à direita, o quarto de duas meninas em frente, à esquerda o quarto do menino, ao lado um espaço de estar/ comer, e no fim, um pouco mais confinado existe o quarto da viúva Schroder, na procura de uma maior privacidade. Esta flexibilidade de espaços numa

casa garante conforto em espaços fechados, mas revela a necessidade de uma nova liberdade, onde a transformação/ mudança de espaços é importante.

A intenção de Rietveld é de que as dimensões dos espaços devem de estar de acordo com o espaço de tempo que se passa lá. Durante o dia, os quartos podem estar ligados ao espaço de estar. Os quartos podem ser combinados, a sala de jantar pode se abrir para a cozinha, o corredor para as escadas.³⁴

Isto é fundamentalmente assegurado através de dispositivos móveis:

Qualquer que seja a actividade que o morador quer realizar, como por exemplo - tomar um banho, dormir, cozinhar - ele tem que pensar nisso e executar uma acção, como montar a casa de banho fechando um painel móvel, abrir o sofá cama, ou montar a mesa de cozinha.³⁵

³⁴ "Rietveld's ideia that size of the rooms must be related to the time spent in them. In the daytime, bedrooms can be included in the living area. Rooms which are not much used are combined, the dining room with the kitchen, the corridor with the staircase", in M. KUPER, *Gerrit Rietveld*, p.98.

³⁵ "Whatever activity the inhabitant wants to engage in - taking a bath, sleeping, cooking - he must always think about it and perform some action, such as crating the bathroom by folding open a wall, making up the sofa bed, or folding out the table", in *Idibem*, p.98.

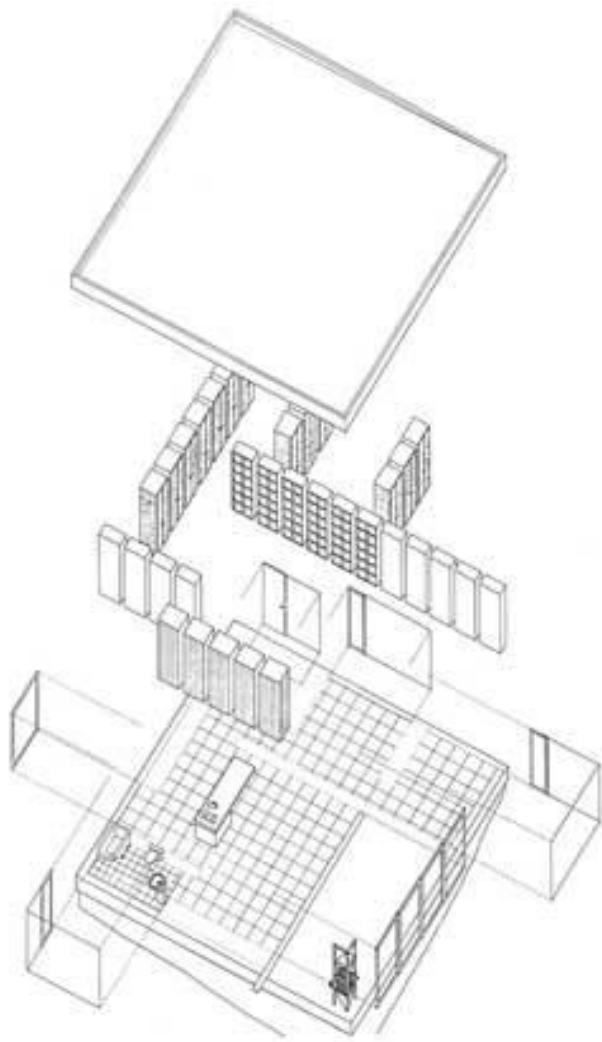


Figura 57: Shigeru Ban, Furniture House, Yamanashi, 1995, axonometria.



Figura 58, 59, 60: Shigeru Ban, Furniture House, Yamanashi, 1995, montagem.

2.2.2. Shigeru Ban - A Furniture House

Localizada em Yamanashi, no Japão, a Furniture House, ou "casa móvel" de Shigeru Ban. Foi construída três meses depois de um grande terramoto, ocorrido em Janeiro de 1995, na região de Kobe no Japão, onde mais de 6 000 pessoas, perderam as suas vidas. Diz Shigeru Ban:

Aprendi que durante o terramoto, muitas pessoas ficaram feridas com queda da mobília ou de tectos a caírem em cima dessas pessoas porque estavam presas entre móveis. A casa é forte e consegue proteger os seus utilizadores, por isso utilizei a mobília como elemento estrutural.³⁶

Ao eleger a mobília como elemento estrutural, e sendo estes elementos pré-fabricados reduziu-se a mão-de-obra no local e o desperdício de materiais de obra. Estes elementos são facilmente colocados já que são unidades com 80 kg, usados como prateleiras para livros e arrumos. Estes objectos simplificam a disposição da casa, transformando a parede num objecto multifuncional, tanto como estrutural, de uso e organizacional do espaço interior. Com efeito, o sistema permite a constituição de um sem número de soluções finais, consoante as necessidades e desejos dos utilizadores. Quanto à solução construída em Yamanashi, sai de ressaltar as linhas puras e simples da casa e dos materiais empregues, que revela a marca do seu autor.



Figura 61: Shigeru Ban, Furniture House, Yamanashi, 1995, vista interior.



Figura 62: Shigeru Ban, Furniture House, Yamanashi, 1995, vista interior.

A fig. 57 revela como as peças se encaixam, funcionando como um jogo de legos. A potencialidade destes elementos é de fortalecer a capacidade das paredes, os pilares da casa estão incorporados nestes elementos, é tão subtil esta forma de projectar que sugere que o tecto esteja a flutuar por cima destes móveis.

³⁶"I learned that during the earthquake, many people were hurt by falling furniture or had roofs fall in on them because they were trapped in the spaces between furniture. Furniture house is strong and can protect people, so I utilized it as a structural element", in P. JODIDIO, *Shigeru Ban*, p. 143.

A organização desta casa, tal como o seu autor, é de uma grande simplicidade. Trata-se de uma planta quadrada de, aproximadamente, 10 x 10 m.

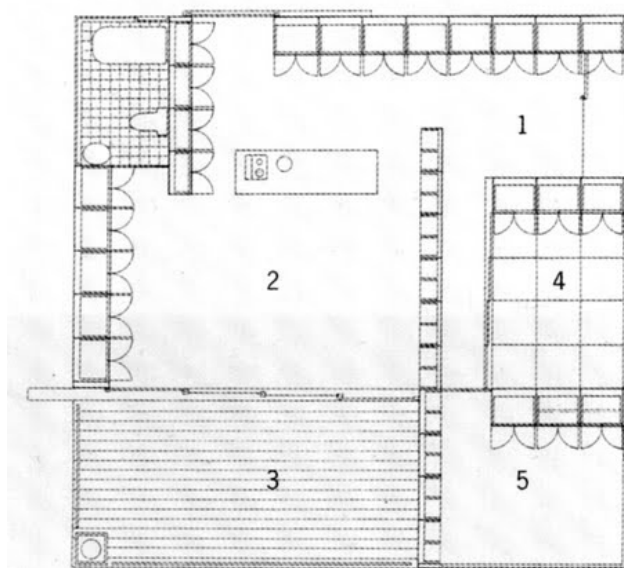


Figura 63: Shigeru Ban, Furniture House, Yamanashi, 1995, planta.

1. Entrada
2. Espaço de estar/comer e cozinha
3. Terraço
4. Quarto japonês
5. Quarto.

Os quartos situam-se à esquerda da entrada: um quarto japonês e quarto individual. Mais adiante oferece-se um espaço amplo, com abertura para um terraço onde se pode contemplar uma generosa vista. É neste espaço que se situa um balcão de cozinha, as zonas de refeições e estar. A casa de banho situa-se junto à cozinha. Trata-se de uma simples organização espacial, de um lado o espaço privado e do outro o espaço colectivo, com apenas uma parede de estantes a separá-los. A cozinha não precisa de ser um espaço fechado, pode ser apenas um pequeno balcão que contém o lava-loiças e um fogão, e onde nas paredes de arrumos está escondido o frigorífico e todos os outros elementos necessários para trabalhar numa cozinha. Ao contrário da cozinha de Frankfurt, de Margarete Schutte lihotzky e Ernest May, onde o conceito de cozinha era de um espaço de 3.50 x 1.90 m, pudesse ser organizado de forma racional, com economia de espaço. Mas será que ao colocarmos uma determinada função num espaço, iremos maximizar o desempenho do seu utilizador? Ou será a ideia de Ban mais apelativa, num espaço sem limites, poder-se cozinhar e estar rodeado pela paisagem que vem do terraço? Ambas as hipóteses parecem ser válidas.

3. RE-HABITAR A COLINA



Figura 64: Montemor-o-Velho: área de intervenção.



Figura 65: Montemor-o-Velho: Charneira entre a área de intervenção e o castelo.

Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos.³⁷

A proposta de intervenção situa-se na intersecção de uma leitura do território, leitura do que tem sido a história urbana recente, do trabalho de pesquisa em torno da polivalência e, como não podia deixar de ser, do trabalho sobre a área de intervenção. Trata-se então da transformação de uma área expectante no seio de um tecido habitacional histórico, a que nos propomos dar continuidade com o desenvolvimento de tipologias polivalentes, com logradouros e muros, aspectos estes à semelhança do que acontece na envolvente. Assim, o projecto desenvolve-se segundo dois eixos fundamentais: o desenvolvimento de tipologias polivalentes em colina e em contexto histórico.

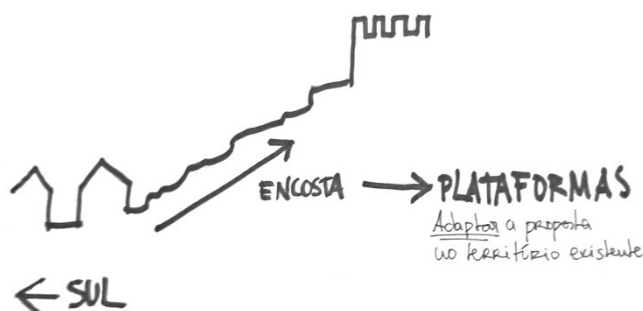


Figura 66: Esquisso da autora, representação da colina em relação ao castelo e vila.

O ajustamento da proposta à colina exigiu duas demandas complementares. Por um lado, visitas ao local, que permitiram identificar plataformas, percursos de nível e contra a pendente, e todo um léxico de materiais caracterizantes daquele contexto e que se recuperam para o projecto (muros, logradouros, etc).

³⁷ G. BACHELARD, *A Poética do Espaço*, p. 24.



Figura 67: Maqueta sem proposta de intervenção, representação da colina feita em plataformas.

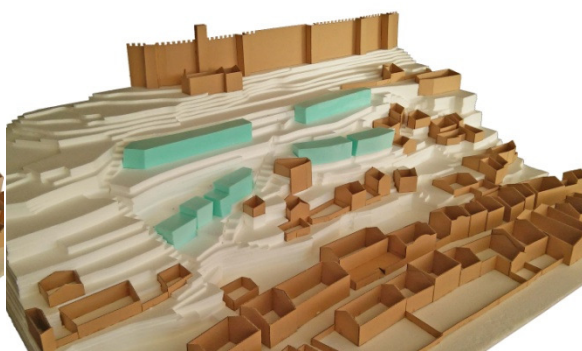


Figura 68: Maqueta com proposta de intervenção, representação da adaptação da proposta à colina.

No local, podemos constatar que a separação do domínio público e privado é muito bem definida, constituído pelo muro, nas duas versões de suporte de terreno e de vedação.



Figura 69: Montemor-o-Velho, Escadinhos de Santo António.



Figura 70: Montemor-o-Velho, Rua do Salvador, intersecção com o Percurso Pedonal Assistido.



Figura 71: Montemor-o-Velho, Rua do Salvador.

O muro é um elemento caracterizador da encosta; é ele o elemento de segregação dos domínios público e privado, e ao longo da subida é sobre ele que nos debruçamos para contemplar a vista. A uma certa altura, já não é só o muro que aparece a limitar a rua, mas paredes cegas de casas que vão subindo as plataformas. Na proposta, existem tipologias que se encostam a estas plataformas e criam uma continuidade do muro. O Caminho de Santo António, um caminho antigo que segue de nível, paralelo à cerca do castelo, é o limite norte da área de intervenção e é aqui que as tipologias se encostam. Estas têm a sua cobertura numa água e estão elevadas a uma altura de 1.40m, em relação ao caminho. Assim, é possível uma pessoa continuar a desfrutar as vistas.

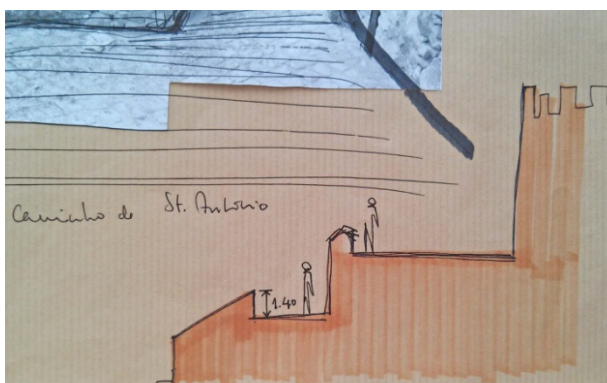


Figura 72: Esqueto da autora, representação esquemática do caminho de St. António.

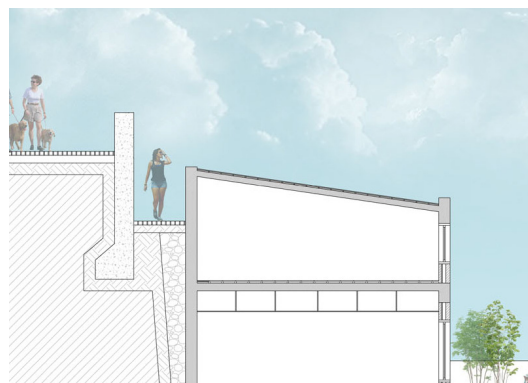


Figura 73: Corte transversal pelo caminho de St. António (esta imagem encontra-se a uma escala maior em anexo).

O privado (casas), o semi-privado (logradouros) e o público (a rua) constituem o léxico elementar desta paisagem. Ao subirmos as escadinhas de Santo António, que atravessam diagonalmente a área de intervenção, estamos limitados apenas num espaço corredor com um metro de largura; são estes muros que separam a casa da rua. Isto vai acontecendo ao longo da encosta e onde a habitação é mais presente. A lógica de enquadramento urbano é sempre igual. Na Rua Dr. José Galvão a rua está configurada por edifícios de serviços e por trás encontram-se os logradouros dos respectivos edifícios. Na encosta, a situação é igual, mas aqui a rua adquire outras dimensões, às vezes dimensões mínimas, a casa continua a fazer frente rua, e nas traseiras ou lateralmente, aparecem os logradouros.

Ao desenhar em cima de um perfil pendente como este, as casas são, em alguma altura, enterradas. Para se vencer esta altura, algumas habitações têm a sua entrada a uma cota mais alta em relação à cota da rua. Este espaço serve como meio de transição entre o domínio público e o privado, e vice-versa.



Figura 74: Montemor-o-Velho, Escadinhas de St António, escadas que dão acesso a uma casa.



Figura 75: Montemor-o-Velho, Rua do Salvador, acesso de casa mais alto que a rua.

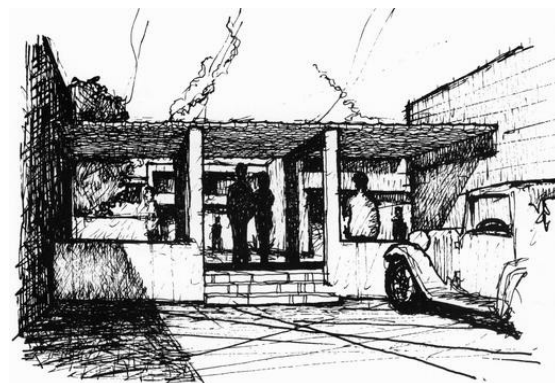


Figura 76: C. Alexander, *Houses Generated by patterns*, 1969, "Cell gateway", entrada da casa.

No livro *Houses Generated by Patterns*, de Christopher Alexander, existe uma imagem alusiva à zona de entrada da casa, apesar de pertencer ao domínio público, é evidente que existe uma barreira, pode não ser visual, mas fisicamente sabemos que ali entramos noutra nível, o espaço de transição entre a rua e a casa.

O intervalo entre o público e o privado, é na nossa proposta constituído pelo lance de escadas com oito degraus que entre casas nos permite vencer a cota de 1.40m a partir da rua, proporcionando acesso a duas habitações de cada lado. Oferecendo assim, a transição que se faz da rua para a casa e a devida privacidade, que se tem no interior da habitação em relação à rua.



Figura 77: Esquisso da autora, representação do espaço de transição entre casa e rua.

Esta proposta centra-se na adaptação de tipologias à encosta do castelo, é um perfil que se desenvolve entre as cotas 17 e 36, com boas características em relação às vistas e de insolação por estar voltado a sul. Esta definição resultou de duas tipologias diferentes, as que estão a sul do limite da área de intervenção e as que estão a norte. As tipologias dispostas a sul da área de intervenção, fazem frente de rua e o

logradouro localiza-se atrás. Nas tipologias a norte, o logradouro aparece à frente e as tipologias encostam-se à plataforma. Então, a lógica do esquema urbano é: casa - logradouro, rua, logradouro - casa.

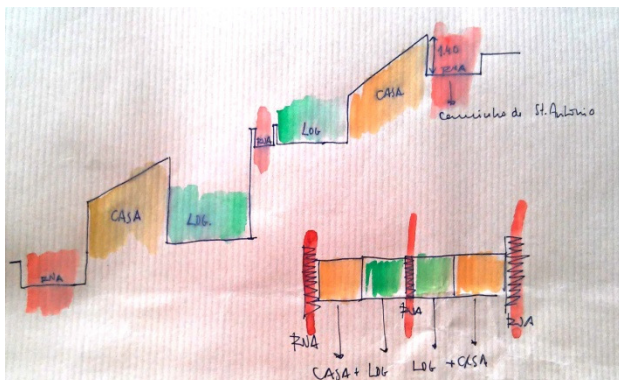


Figura 78: Esquisso da autora, representação do esquema urbano, relações entre domínios públicos, privados e semi-privados.



Figura 79: Corte transversal da área de intervenção (esta imagem encontra-se a uma escala maior em anexo).

Começamos por desenvolver uma tipologia base, aberta para sul e com as zonas técnicas se encostam à parede enterrada, a norte, oferecendo assim mais liberdade para a zona de estar, de refeições e de dormir. Esta tipologia foi-se alterando consoante as circunstâncias da localização.



Figura 80: Mapa das tipologias (este documento encontra-se a uma escala maior no anexo).

Um espaço multifuncional, possivelmente, é a resposta mais fiel à preocupação de um arquitecto moderno, face à questão da flexibilidade. Um espaço com uma função mais geral do que uma função mais

específica, promove uma flexibilidade mais perceptual do que física. A ambiguidade válida estimula a flexibilidade útil.³⁸

Pois sem esta ambiguidade a participação do habitante na construção do seu espaço doméstico é limitada. O interior da casa deve ser caracterizado por esta indeterminação de usos, possibilitando que o habitante se aproprie do espaço como seu, adaptando-o às suas necessidades e desejos.

O conceito da polivalência aqui acontece de uma forma passiva. É a própria espacialidade dos T0, T1, T2, etc, que o possibilitará. O que hoje pode ser um T0, amanhã pode ser uma oficina de trabalho. Para que isto aconteça, optámos nas zonas técnicas por utilizar peças sanitárias de fácil adaptabilidade. Numa habitação, na instalação sanitária é necessário, no mínimo, um lavatório, uma sanita e uma zona de duche. Numa oficina, claramente, também são necessários estes elementos, menos a zona de duche. A partir desta ideia, foram estudadas algumas formas para que estas funcionalidades fossem mais versáteis. No catálogo da Geberit, encontrou-se uma forma simples de resolver este problema.



Figura 81: Peças sanitárias, lavatório, sanita e duche do catálogo Geberit.

Existe apenas uma estrutura standardizada para estas três peças - sanita, lavatório e duche. Esta estrutura consiste numa armação de 73x114x10 cm que serve de apoio para a peça e fornece e escoia a água. A partir da peça do duche, é possível transformá-lo numa bancada com lavatório. É aqui que se torna evidente o conceito da polivalência, a capacidade de transformar um duche numa bancada, que o oleiro pode usar para lavar os seus instrumentos de trabalho.

³⁸ "The multifunctioning room is a possibly truer answer to the modern architect's concern with flexibility. The room with a generic rather than a specific purpose, and with movable furniture rather than movable partitions, promotes a perceptual flexibility rather than a physical flexibility, and permits the toughness and permanence still necessary in our building. Valid ambiguity promotes useful flexibility", in R. VENTURI, *Complexity and Contradiction in Architecture*, p. 34.

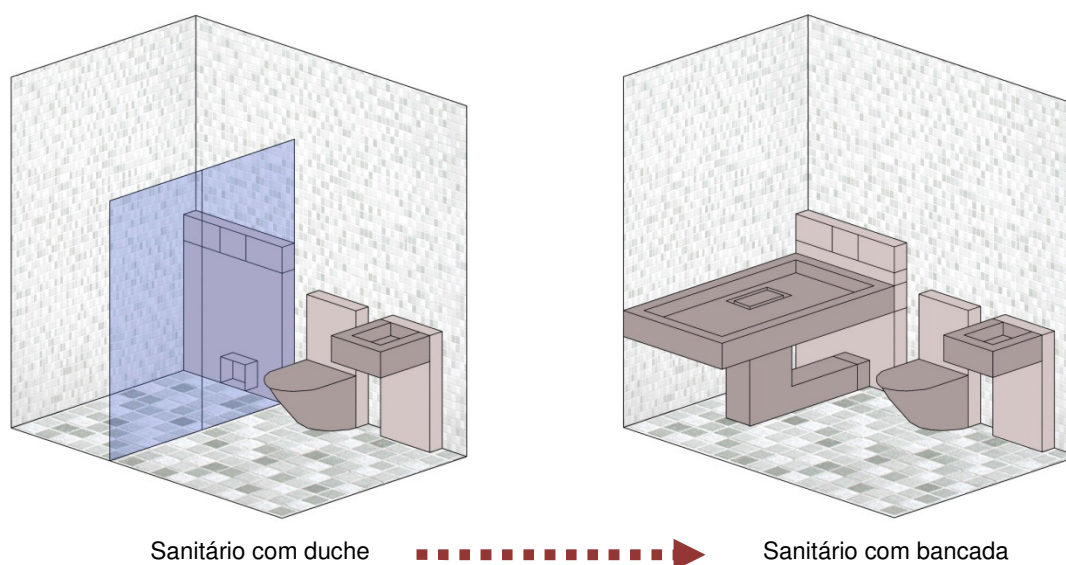


Figura 82: Esquema da possível transformação do duche para bancada

Este dispositivo espacial e técnico foi, sendo implantado ao longo de percursos existentes e novos. A área de intervenção foi então dividida em quatro unidades habitacionais, sendo que as duas primeiras são aquelas localizadas mais a sul e onde o logradouro se situa nas traseiras. As últimas estão situadas a norte da área de intervenção e têm o logradouro voltado para a fachada principal.

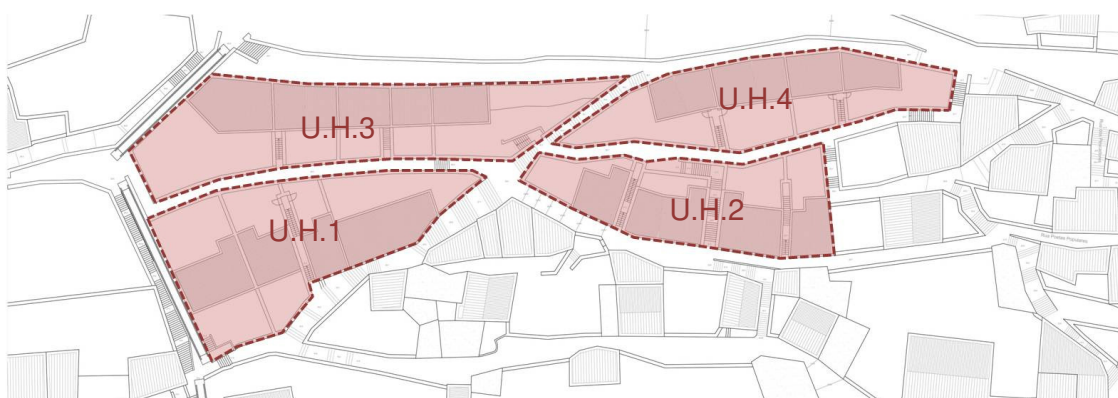


Figura 83: Planta dividida em Unidades Habitacionais.

A Unidade Habitacional 1 é constituída por um T3, um T2, um T1, e uma tipologia especial. Esta tipologia é diferenciada por ter no piso térreo uma mercearia, e no seu piso superior um T2. Onde os donos desta mercearia podem viver.

A Unidade Habitacional 2 também tem uma tipologia especial, um T3, um T2 e um T1. Nesta unidade, a tipologia especial trata-se de um sapateiro que tem no piso superior um T0. Nas unidades seguintes, a lógica continua a ser a mesma, na Unidade Habitacional 3, existe um T3, três T1 e um T2, sendo que um destes T1 tem no piso térreo um atelier de música. Na última, a Unidade Habitacional 4, é dividida em dois T2 e dois T1, aqui a tipologia especial é um atelier de pintura juntamente com um T2.

É importante evidenciar que o que foi proposto para as tipologias especiais, pode ser sempre alterado, onde existe o sapateiro, pode existir outra espécie de uso, ou mesmo voltar apenas a uso estritamente habitacional. A habitação é dominante, mas não exclusiva. Para isso, a casa é tratada como um espaço aberto capaz de se transformar em diferentes usos e vivências.

Em geral todas as habitações têm um certo grau de flexibilidade, mas esta é tanto maior quanto mais limpa e ampla for a sua estrutura, quanto mais ordenada e equilibrada a sua compartimentação e quanto mais simples for a supressão ou adição de divisórias.³⁹



Figura 84: Planta Piso 0 (painel 06).

³⁹ X. SUST, I. PARICIO, *La Vivienda Contemporánea*, p. 2.2.



Figura 85: Planta Piso 1 (painel 07).

4. ARQUITECTURA /PARTICIPAÇÃO

4.1. Arquitectura e participação

Poderia um projecto urbano ou de arquitectura para um contexto histórico como o que aqui se trata, e um projecto que ambicione melhorar o quadro de vida, os padrões de qualificação e a competitividade do centro histórico no seu conjunto, ser desenvolvido sem a participação dos seus mais directos interessados, habitantes actuais e potenciais? Poderia um projecto desta envergadura ser desenvolvido, hoje, em Montemor-o-Velho sem ser num quadro de participação? Num caso e no outro, a nossa resposta é negativa.

Com efeito, seria um contrassenso que um projecto desenvolvido em benefício de toda uma comunidade se furtasse à verificação, junto desta, das suas premissas e hipóteses. A transformação do espaço habitável não pode furtar-se à competência do habitante, ou pelo menos é esta a convicção de autores como Giancarlo de Carlo e Eilfried Huth, desenvolvendo posições que abraçamos neste trabalho.

Por outro lado, a reestruturação urbana de Montemor-o-Velho, que tem sido conduzida pelo arquitecto Miguel Figueira, tem-se colocado nesta linha, não sem as suas especificidades, como veremos. Proceder de outra forma não se enquadraria no que tem vindo a acontecer.

Nas próximas páginas passaremos em revista casos de estudo, de Giancarlo de Carlo, com os exemplos de Terni, Urbino e Mazzorbo, e de Eilfried Huth, na Áustria, com projectos participados e experiências em escolas. Por fim, recapitular-se-á o que tem sido a experiência da construção de Montemor-o-Velho contemporânea.

4.2. A construção do projecto de arquitectura e a participação

Um edifício, não é um edifício. Um edifício, no aspecto de paredes, pisos, espaços vazios, salas, materiais, etc, é apenas um esboço de um potencial, apenas se torna relevante, pelas pessoas a que se destina⁴⁰

A arquitectura moderna, tem o título, entre outros, de ser uma arquitectura "humanista". Foi pensada para responder às necessidades e anseios do homem, em termos de higiene, conforto, privacidade, etc... Evidencia-se o "homem" em causa - por exemplo o "Homem" de Le Corbusier - uma ideia abstracta, ideal. Não sem razão, isto mesmo foi apontado aos mestres do movimento moderno por uma geração de arquitectos que lhe sucederia, protestando contra o paternalismo em relação ao "Homem". É assim que, nos anos 60, alguns arquitetos começaram a debater-se sobre a questão do papel da comunidade no processo construtivo. Começa a duvidar-se da existência do "homem" abstracto e ideal do movimento moderno, e, progressivamente, entram em cenas, homens concretos, comunidades com culturas e exigências específicas.

É neste contexto que surge o *Team X*, um grupo de arquitectos que se forma nas ultimas reuniões do CIAM, protestando contra a ideia paternalista do Homem, reclamando a ideia de comunidades, grupos e famílias concretas.

Por um lado, desenvolve-se a ideia de porções de cidade finitas dotadas de características próprias, por outro lado, a ideia de comunidade.

Neste contexto, Alison e Peter Smithson defendiam que "...o objectivo do urbanismo é compreensibilidade. A comunidade é por definição, algo compreensível, a compreensibilidade deverá portanto ser uma característica das suas partes. As subdivisões existentes na comunidade deverão ser pensadas enquanto 'unidades de estudo'. Uma unidade de estudo não é um 'grupo visual' ou um 'bairro', mas sim parte de uma aglomeração humana passível de ser 'sentida'...". Assim, numa sociedade caracterizada por uma crescente mobilidade e pela emergência de um fenómeno de rápida globalização, as reflexões apresentadas em *Urban Structuring* propunham-se a entender e "construir" um novo conceito de comunidade a partir de uma hierarquia de elementos interdependentes, nos quais procurariam expressar e interrelacionar os diversos

⁴⁰ "A building is not a building. A building, in the sense of walls, floors, empty spaces, rooms, materials, etcetera, is only the outline of a potencial: it is only made relevant by the group of people it is intended for", in G. DE CARLO, «Architecture is too important to leave to the architects», p.382.

níveis elementares ou arquetípicos de “associação” – a “casa”, a “rua”, o “bairro” e a “cidade”.⁴¹



Figura 86 e 87: Nigel Henderson, Bethnal Green, 1949-52.

Por fim, nascia a consciência da inexistência de ligação entre o arquitecto e as diferentes necessidades e costumes dos utilizadores concretos. Este processo pode ser encarado como uma forma de capacitar as pessoas a tomarem controlo do espaço que habitam.

O uso da palavra "participação", não significa, necessariamente, que as pessoas é que comandam o projecto, dizendo ao arquitecto o que este deve ou não fazer. Trata-se sim, de abrir o projecto à possibilidade de um trabalho em conjunto, sempre sujeito a possíveis reformulações. Este processo valoriza sobretudo a liberdade individual e as diferentes necessidades de cada utilizador, enfatizando também uma maior relação dos habitantes com o território que habitam.

O resultado e o processo da arquitectura estão sempre ligados às dinâmicas sociais.⁴²

Estimular a interacção dos utilizadores e da sociedade em geral com o território construído, constitui o objectivo. O que se pretende é que os utilizadores e o público em geral sejam elementos activos do processo de transformação do seu próprio habitat. Enfatizando, então, o significado exacto de participação: fazer parte do processo de projectação; integrar o habitante no processo de transformação do habitat.

⁴¹ A. FELICIANO, «A Redescoberta Cultural da 'Cidade Organísmica' proposta pelo 'Team X'», p. 105.

⁴² "Architecture as product and process is always embedded in social dynamics", in P. JENKINS, *Architecture, Participation and Society*, p. XI.

4.3. Giancarlo de Carlo, os exemplos de Terni, Urbino e Mazzorbo

Giancarlo de Carlo (1919 - 2005), com uma longa carreira como arquitecto, e docente (fig. 87), teve um papel fundamental na mudança de algumas doutrinas arquitectónicas. Nos anos 50, formou a *Team X*, com Aldo Van Eyck, Jacob Bakama, Ralph Erskine, Georges Candilis, Alison e Peter Smithsons, entre outros, que anteriormente foi mencionado, constituiu um grupo ferozmente crítico do funcionalismo rígido, idealista e paternalista, do CIAM (fig. 86).



Figura 88: Berlin, 1973. Georges Candilis, Peter Smithson, Giancarlo de Carlo, Pancho Guedes e Aldo Van Eyck.



Figura 89: Urbino, 1992. Giancarlo De Carlo (ao centro) no ILAUD (International Laboratory of Architecture and Urban Design).

Numa palestra, em 1969, «Architecture's public», chama a atenção sobre a necessidade de incluir o utilizador no processo de projecto de arquitectura e o papel político inerente do arquitecto.

Na realidade, a arquitectura passou a ser demasiado importante para ser deixada apenas a arquitectos. Uma mudança radical é necessária para desenvolver novas características na prática da arquitectura e criar novos padrões no comportamento dos seus autores: por isso, todas as barreiras devem ser abolidas entre construtores e utilizadores, para que, *construir e habitar sejam duas partes do mesmo processo de planeamento*.⁴³

De Carlo percebeu que a arquitectura se tinha afastado da dimensão pública, defende que ambas têm que andar de mãos dadas para que o território não seja desenhado por técnicos e burocratas, que apenas têm como principal objectivo garantir lucro.

⁴³ "In reality, architecture has become too importante to be left to architects. A real metamorphosis is necessary to develop new characteristics in the practice of architecture and new behavior patterns in its authors: therefore all barriers between builders and users must be abolished, so that building and using become two different parts of the same planning process", in J. BLUNDELL, *Architecture & Participation*, p. 13.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa deparou-se com uma situação de reconstrução, a encomenda era muito grande e por isso, levou-se a que os arquitectos se auto interrogassem e re-avaliassem as suas posições. Era necessário uma mudança brusca e concisa. De Carlo, nesta altura diz para uma revista italiana:

Já não era uma questão de debater com as questões vazias da cultura académica, mas resolverem problemas que eram reais, urgentes, e de uma escala sem precedentes. Isto chama-se para um envolvimento com todo o coração, sobre questões sociais, políticas e administrativas, com tecnologia e produção, e, ao mesmo tempo, se pede uma análise profunda das formas de expressões da arquitectura e de todas as mudanças que haviam sido submetidas, tanto dentro como fora do movimento moderno. Finalmente, para iniciar as mudanças para o futuro, chama-se a atenção para uma revisão crítica da história que permitiria o passado ser reinterpretado objetivamente e integrado com o presente de uma forma produtiva.⁴⁴

A temática da procura do interesse das pessoas pelo processo transformativo está também ligada ao interesse pelo lugar. As especificações do lugar e as qualidades únicas do mesmo especificam as características sociais e físicas, sendo normalmente uma tarefa do arquitecto interpretar essas qualidades e assimilá-las no seu projecto.

A questão da participação, do ponto de vista de De Carlo e de outros da *Team X*, tal com Ralph Erskine, foi mal percebida por muitos. Não se tratava de uma arquitectura comunitária, nem de "faça você próprio", nem de uma pesquisa de opiniões. Não se punha a questão de se subverter o papel do arquitecto, mas sim de colocar a arquitectura em diálogo com algo que está para além da sua redoma académica e liberal, e que chamaremos o real sócio-cultural.

A arquitectura precisa, novamente, de uma contribuição criativa para recuperar a sua mais rica expressão; e esta é a razão mais profunda pela minha confiança na questão da participação.⁴⁵

A figura do arquitecto não é passiva, não se trata apenas de ir ter com as pessoas e perguntar o que elas querem. O processo tem de procurar u equilíbrio às diferentes escalas, o que é apropriado para algo de pequena escala, pode não ser apropriado para uma escala maior. Por exemplo, o projecto de Terni, como veremos mais adiante,

⁴⁴ "It was no longer a question of struggling with the empty questions of academic culture but of preparing to solve problems that were real, urgent, and of an unprecedented scale... This called for an immediate and whole-hearted involvement with social, political, and administrative questions, with technology and production; and, at the same time, it called for a profound analysis of architecture's forms of expression and all the changes they had undergone, both inside and outside the Modern Movement. Finally, to initiate changes open towards the future, it called for an overhaul of historical criticism which would permit the past to be reinterpreted objectively and integrate with the present in a fruitful way", in «Il Contributo dell' architettura italiana alla cultura internazionale», citado em *L' Architettura*, nº 33, 1958, p.188, in J. BLUNDELL, *Architecture & Participation*, p.28.

⁴⁵ " Architecture needs this creative input once more to recover its expressive richness; and this is the most profound reason for my belief in participation", in L. ROSSI, *Giancarlo de Carlo Architettura*, 1988, p. 241.

trata-se de um conjunto habitacional para uma comunidade, não é de forma alguma igual a um projecto para uma escola, onde não se conhecem os futuros utilizadores, e que, em certo sentido, todos os anos mudam. Este pode ser um grande obstáculo para o bom funcionamento de um projecto de participação. Outros obstáculos podem surgir quando as pessoas acham que não têm papel na transformação do seu espaço, através de um distanciamento que se foi fazendo entre os utilizadores e a administração.

Para que a participação seja vantajosa para todos, é preciso contacto directo, diálogos entre todos os interessados, ouvir-se as preocupações, perceber-se quais são as prioridades, ou seja, facilitar a comunicação entre as várias partes interessadas, e não impor um limite, uma barreira em que se origina um pensamento que não se está à altura desse papel. A participação é onde o público e o arquitecto estão ao mesmo nível, no mesmo patamar na busca de melhores condições de vida. Assim, o arquitecto trabalha para a população, e a população trabalha com o arquitecto, num diálogo em que uns não conseguem trabalhar sem os outros. É preciso existir uma ligação natural para que se crie boa arquitectura.

Se nós queremos referenciar a uma condição social concreta, por exemplo, as classes sem poder, a identificação das suas necessidades requerem a presença daqueles que as têm. Primeiro, precisa-se de uma *actividade preliminar de informação e crítica* de forma a expôr todos os valores impostos, dissipando a alienação que sempre foi imposto por esses sistemas de valores, para se estimular uma consciencialização precisa e cortar com todas as outras informações e críticas. Segundo, por outro lado, isto significa que a *aceitação do confronto*, ou, em outras palavras, arriscando as maiores estruturas de valores (experiências, valores e códigos) por aqueles que se desligaram do processo; assim o que sai daqui em termos de nova informação e crítica, é imprevisível e certamente nova e não pode ser uma farsa de todo o processo, reflectindo os valores da estrutura de poder⁴⁶

É complicado destruir-se a barreira que existe entre as pessoas e os arquitectos, antes disso. É necessário transmitir às pessoas que podem ter voz activa no processo de transformação do território, não se tratando de um trabalho de boa vontade, mas sim

⁴⁶ "If we want to refer to a concrete social condition, for example, that of the classes without power, the identification of needs requires the actual presence of those who have them. And this on the one hand requires a preliminary activity of information and criticism aimed at exposing all the imposed value systems, dissipating the alienation which the century old imposition of these systems has produced, and stimulating a consciousness so precise and cutting as to provoke the rebound of new information and criticism. On the other hand, it means the acceptance of confrontation or in other words risking the very cultural structures (experiences, values and codes) of those who set off the process; since what will come out of it in terms of new information and criticism is unforeseeable and certainly new and cannot be fed into old models without risking making a farce of the whole process by falling back into mirroring the values of the power structure", G. de CARLO, «Il pubblico dell' architettura», in *Paramentro*, nº5, 1970.

de um trabalho de procura de respostas a problemas e para contextos concretos, com o objectivo não de os resolver, mas de superar, abrindo horizontes de futuro.

4.3.1. O caso de Terni

Em 1969, De Carlo pôs à prova as suas teorias de participação quando foi chamado para desenhar habitação social em Terni. O cliente era o dono da indústria do ferro da cidade, e as habitações eram para os seus empregados e respectivas famílias.



Figura 90: Terni, 1969, maquete do conjunto.



Figura 91: Terni, 1969, habitantes numa exposição e debate sobre o projecto do bairro de Matteotti.

O processo começou com uma série de reuniões e encontros, entre De Carlo e os futuros moradores, num ambiente de discussão e exposição de modelos e desenhos para cada tipo de habitação (fig. 90). Aqui apresentaram-se esquemas de habitação de todo o mundo, para que as escolhas não fossem limitadas pelo universo do estereótipo da arquitectura italiana. É aqui que se confirma, pela citação da página anterior, o que se tem que fazer, primeiro o trabalho preparatório com as pessoas, e segundo o confronto, ou seja, a mostra dos projectos aos futuros moradores, é o que se pode constatar pela leitura da fig. 91 onde, em segundo plano, De Carlo discute com futuros moradores, e em primeiro plano, um casal debruça-se sobre uma maquete.

Em paralelo, existiam reuniões na fábrica da cidade com alguns trabalhadores. Numa escala maior de intervenção, com a ajuda de sociólogos, uma amostra de 100 potenciais moradores foram entrevistados. Isto ofereceu a De Carlo uma profunda análise de como os futuros moradores imaginavam a representação do "bairro". O projecto começou com um desenho geral do bairro, que ele define como "estrutura", e depois com alguns tipos de módulos habitacionais (fig. 90). Como resposta por parte dos interessados, ele recebe críticas, de forma a melhorar todo o projecto de urbanização com a ajuda dos seus futuros moradores. O projecto que resultará do processo é caracterizado por uma enorme diversidade no desenho das tipologias, já

que as casas são todas diferentes, sem prejuízo da grande unidade do conjunto, que, entre outros, decorreu do facto da pormenorização ser igual em todas as casas.

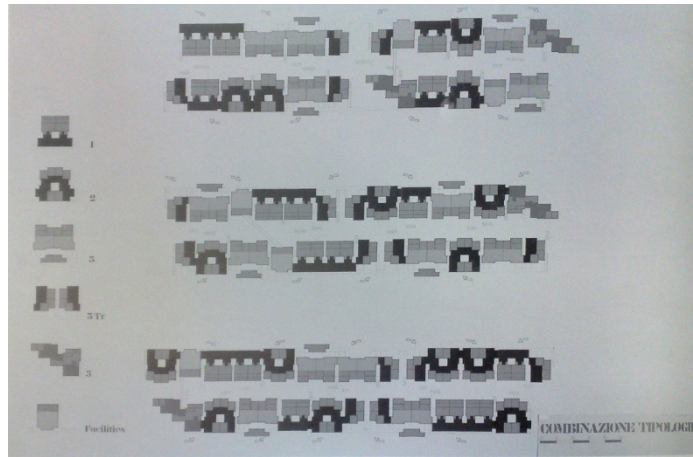


Figura 92: Terni, 1969, combinação dos módulos de habitação.

A participação e a flexibilidade do projecto, em conjunto, têm como característica criar uma matriz de tipologias para acomodar e adaptar todas as diferentes necessidades.

Antigamente, começava-se com uma premissa que para se resolver um problema é necessário reduzi-lo nas suas variáveis ao mínimo, para que seja constante e por isso controlável; enquanto que agora (com o processo de participação), põe-se logo em jogo tantas variáveis possíveis, de modo a que o resultado seja inumerável, aberto a mudanças, rico em significados e acessíveis para todos.⁴⁷

⁴⁷ "Is that in the former begins with the premise that to resolve a problem it is necessary to reduce its variables to a minimum to make it constant and therefore controllable, while the latter calls into play as many variables as possible so that the result is multiple, open to change, rich in meanings that are accessible to everyone", in B. ZUCCHI, *Giancarlo de Carlo*, p. 168.

4.3.2. O Caso de Urbino



Figura 93: Urbino, 1992, vista aérea do centro histórico, Giancarlo De Carlo intervencionou os edifícios circunscritos com linha branca.

Giancarlo de Carlo desenvolveu uma essencial etapa da sua carreira em Urbino, onde em 1958 viria a desenvolver um plano para a reabilitação do centro histórico, e mais tarde diversos projetos, para o centro (fig. 93) e para além deste.

Foi em 13 de Setembro de 1958, que a administração de Urbino, propôs um plano director, que seria polemicamente recusado pelo Estado. Após uma longa luta, o plano foi aprovado em 6 de Janeiro de 1964, onde a administração local completou e

aprovou devidamente o plano. Durante este período, aconteceram diálogos constantes entre grupos políticos, corpo administrativo, grupos profissionais e culturais, todas as classes sociais e principalmente com os habitantes de Urbino. Ou seja, todos aqueles que estavam interessados na mudança do lugar.

Para que isto aconteça, é necessário um aprofundado estudo sobre o lugar, sobre as características da população, sobre a sua estrutura económica e sobre a estrutura e forma da cidade. Depois, surgem reuniões e inquéritos, mas para que seja um debate, tem de existir uma troca de ideias e não apenas uma simples divulgação das mesmas.

No processo de trabalho com a população, com debates e reuniões, sobre o seu território, De Carlo afirmava, que através disso a consciencialização das pessoas aumentava, tanto como os padrões das suas expectativas subiam.

A população de Urbino sabe o que é a arquitectura moderna e consegue apreciar com o mesmo espírito, como se apreciava Francesco di Giorgio. Urbino é talvez a única cidade histórica em que não existiu camuflagem e em que a arquitectura de cada época deixou a sua marca genuína.⁴⁸

A premissa do plano director para Urbino, foi criar uma ligação harmonizável entre a conservação e a reabilitação e oferecer uma "estrutura" que funcionasse num sistema mais moderno. Este sistema oferecia uma continuidade, reestruturando a cidade com padrões e formas, ligando o existente com o novo de uma forma subtil. De Carlo estuda a cidade, de forma a que haja um equilíbrio no seu funcionamento, examina o seu desenvolvimento histórico e relata gradualmente as suas mudanças espaciais, para encontrar um equilíbrio social, político e comercial.

No livro *Urbino: the history of a city and plans for its development* (1966), De Carlo apresenta como trabalhou nessa cidade, fazendo uma distinção entre "estrutura" e "forma" da cidade, em que a uma grande escala, a "estrutura" trata-se de uma continuidade, e a pequena escala a "forma" personifica-se em mudança.

De Carlo estimula os habitantes a identificarem-se com a cidade através de estudos minuciosos e debates, para que eles consigam olhar para a cidade de uma forma clara e equilibrada, porque a cidade é para eles, é para eles viverem a cidade.

Um dos aspectos saliente do Plano de Urbino e a subsequente acção de De Carlo nesta cidade, é que, para desenvolver e debater as diferentes opções para o desenvolvimento e transformação da cidade, o arquitecto foi desenhando.

⁴⁸ "The Urbinese know what modern architecture is and can appreciate it in the same spirit in which they understand Francesco di Giorgio. Urbino is perhaps the only historical town where there has been no room for camouflage and where the architecture of each epoch has left its genuine mark", in «Interview with Pier Luigi Nicolini», *Lotus*, nº 18, 1978, p.14.

Representações gráficas e maquetas são representações de programas possíveis para contextos e destinatários concretos, e forem sendo mostrados no sentido de testar a viabilidade das orientações, estratégias, programas e/ou projectos. Viabilidade esta que se testa junto dos seus mais directos interessados.

Depois do plano director, De Carlo teve uma afinidade muito grande com a cidade, por causa das relações que nasceram com os habitantes de Urbino, não considerando a administração como o seu patrão, mas sim as pessoas, ele trabalhava para elas, para o seu bem-estar, para o bom crescimento da cidade.

Tal como Urbino, em Montemor-o-Velho o processo participativo desenrolou-se da mesma forma, realizando representações de programas e estratégias na procura de transformar o território juntamente com a viabilidade por parte dos habitantes da vila.

4.3.3. O caso de Mazzorbo

Em 1980, numa ilha da Laguna de Veneza chamada Mazzorbo, podemos encontrar outro modelo de participação. Aqui foi pedido para se desenharem 80 habitações, nas quais, numa primeira fase, 36 já estavam construídas. Os habitantes desta ilha eram apaixonados por ela e por isso achavam que deviam de ter um papel importante na sua mudança. Ao contrário do exemplo em Terni, aqui a "estrutura" que unificava o território já estava definida, era necessário uma adaptação à existente. O processo de participação com a população aconteceu de forma diferente, através de exposições e publicações acessíveis a todo o público, e assim conhecendo o trabalho que se ia fazendo, com o registo detalhado da morfologia da ilha. O resultado igualmente flexível (fig. 95) teve algumas diferenças, abordou-se mais directamente a possibilidade de mutação dos tipos de habitações do que na sua forma, iamgem. Ou seja, em Terni, a morfologia da habitação era igual, o espaço interior é que se adaptava consoante a opinião do futuro morador, enquanto que em Mazzorbo, o desenho interior era o mesmo, o que alterava era a sua forma exterior (fig. 92) e a comunicação com as habitações envolventes.



Figura 94: Mazzorbo, 1980, vista exterior do bairro.

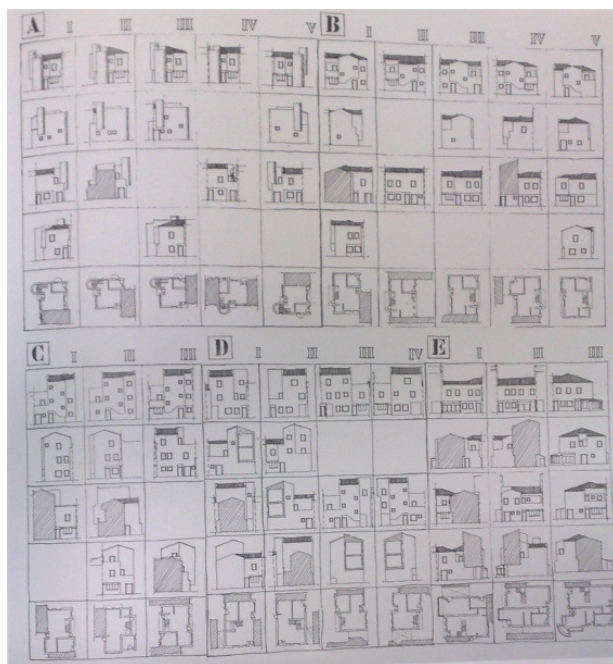


Figura 95: Mazzorbo, 1980, combinação dos módulos de habitação.

De Carlo defendia a desordem, pois considerava que era aí que se encontravam as mais variadas formas de viver dos habitantes. Neste caso, como já existia uma "estrutura" bem definida, a participação foi indirecta, o diálogo do arquitecto aconteceu mais com o lugar do que com as pessoas.

4.4. Eilfried Huth, na Áustria, com projectos participados e experiências nas escolas

Através de Eilfried Huth, observamos a presente temática na Áustria, mais propriamente na cidade de Graz. Eilfried Huth, um conhecido arquitecto e artista desta cidade, começou o processo de participação no bairro de Eschensiedlung, que se alastrou para todos os outros projectos que tiveram lugar nesta cidade.



Figura 96: Eschensiedlung, Graz, 1972, Futuros moradores do bairro de Eschensiedlung em debate junto de uma maquete do plano de conjunto.

O processo começou desde a discussão do plano urbano até ao detalhe do desenho de cada módulo habitacional, com futuros moradores de cerca de 18 casas (1972-92) (fig. 96). Pela figura podemos verificar Eilfried Huth, no confronto, na verificação do projecto junto daqueles que são os mais interessados. É nesta troca de informação que os futuros moradores se podem pronunciar perante o que se está a propôr para o bairro de Eschensiedlung.

O processo abarcou níveis sociais muito distintos, desde artesãos a directores de empresas. Tal como nos outros exemplos, este também acabou por ser um projecto com muita variedade e complexidade nos desenhos da habitação, fazendo com que os moradores se identificassem com o lugar, sendo deles, "construído" por eles, e criando assim uma forte ligação entre proprietários e a sua propriedade. Estes moradores, com a ajuda dos arquitectos, tomaram as decisões até ao ínfimo pormenor como, por exemplo, qual seria o tipo de porta, janelas, revestimentos e a cor para o exterior da

sua casa. Este caso foi o primeiro a desenvolver-se na cidade de Graz, tendo obtido tanto sucesso que existiram outros processos de participação posteriores.

Em 1976, no bairro de Puntigam, na mesma cidade, começou outro novo projecto de moradias com o mesmo método anterior, criando um complexo igualmente diversificado e flexível (fig. 97). Como o processo do desenho de arquitectura até ao início da construção requer muito tempo, e sendo estas reuniões realizadas em conjunto com os novos habitantes, criaram-se laços de comunidade muito fortes, mesmo antes de existir o bairro. Depois dos lotes desenhados, as pessoas foram tratando dos futuros jardins reunindo-se em grupo para realizarem piqueniques nos espaços onde seriam as suas futuras casas.

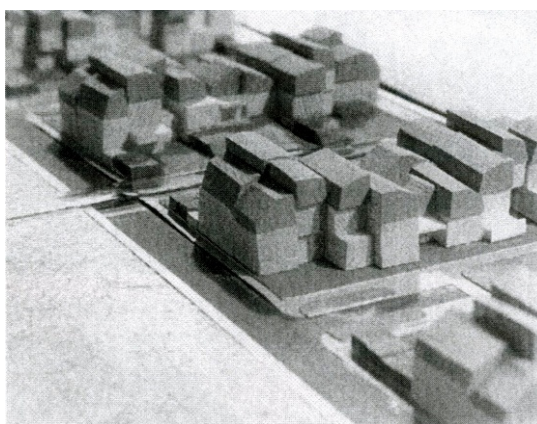


Figura 97: Puntigam, Graz, 1976, maquete do bairro.

Eilfried Huth também defende que as mentalidades devem mudar-se desde muito cedo, da escola primária até ao ensino superior. Este realizou experiências com alunos das escolas da cidade de Graz (fig. 98), em que estes passavam pelas seguintes etapas:

- 1- Analisar a situação geral da habitação actual;
- 2- Dispôr os factores positivos e negativos dessa análise;
- 3- Debate em grupo;
- 4- Prever um desenho para as suas próprias casas.⁴⁹

⁴⁹ "1- Analysis of the general situation in housing today; 2- Ranking of the positive and negative effects; 3- Discussion within the group; 4- Envisaging a design for their own homes", in J. BLUNDELL, *Architecture & Participation*, p. 149.

Nas universidades, o processo decorreria da seguinte forma:

- 1- Analisar a situação geral da habitação actual;
- 2- Desenhar um complexo habitacional com diferentes tipos de habitação;
- 3- Todos os estudantes, em grupos de dois, desenham um módulo habitacional com o método da participação, em que um faz o papel do arquiteto e o outro faz o papel do futuro utilizador;
- 4- Discussão em grupo e produção de elementos de documentação.⁵⁰



Figura 98: Graz, Experiência numa instituição de ensino superior.

Em ambos os casos, tanto na escola primária como no ensino superior, as experiências baseiam-se num trabalho em conjunto, e como De Carlo menciona antes, tem que existir um estudo primário e depois existir o confronto com a população, é de destacar o espírito crítico que existe neste tipo de reuniões, como podemos ver na figura em cima.

Este tipo de participação pode garantir a mudança das mentalidades, de forma a que se ganhe consciencialização sobre a forma como nós, apenas utilizadores do espaço temos poder para o transformar. Claro que isto não podia acontecer sem a ajuda dos verdadeiros profissionais, são eles que sabem como se pode resolver um problema, mas se antes se pede para se mudar as mentalidades desde pequeno, é preciso também mudar as mentalidades dos jovens arquitectos enquanto eles ainda estão em formação. Ou seja, é dar-lhes a conhecer este tipo de projecto de arquitectura ao longo do seu curso, para que percebam que sem a ajuda dos verdadeiros interessados, é difícil criar boa arquitectura.

⁵⁰ "1- Analysis of the general situation in housing today; 2- Design of a housing construction with different types of flats; 3- Every student designed a flat in a process of participation - once as an architect and once as a future user; 4- Discussion within the group and production of documentation", in J. BLUNDELL, *Architecture & Participation*, p. 149.

Por fim, ficou assim clara a importância da sinergia entre o autor de um projecto e o seu utilizador, ou seja, a pessoa ou as pessoas, que com ele vão verdadeiramente interagir provavelmente toda a sua vida, não havendo, então, ninguém melhor que esses utilizadores para nos indicarem os melhores caminhos para aquilo que pretendemos construir.

O sentimento de posse é, sem dúvida, algo inerente ao ser humano, sendo apenas possível para lá das paredes da nossa casa, no caso do bairro ou da própria cidade, quando nela temos uma intervenção directa, não só como utilizadores mas também como sonhadores do futuro das mesmas; temos de estar envolvidos em algo para o sentirmos verdadeiramente como nosso.

A arquitectura faz-se com os sonhos e as necessidades dos outros, mas também moldando-os. Terão, para isso, que ser projectos que respondam às necessidades dos cidadãos, e ofereçam o sentimento de posse em relação ao território, ou seja, que se constitua como objecto privilegiado dos seus desejos. A participação pode desempenhar um papel muito relevante neste plano.

O papel do arquitecto torna-se assim, além do projectista que pensa a inserção urbana, as soluções tipológicas e construtivas, também é o agente que possibilita a abertura do projecto ao habitante.

— — —

Não obstante a sua distância, as experiências de Giancarlo de Carlo e Eilfried Huth apresentam como denominador comum ao nível da participação:

1º - O trabalho preparatório, estudo minucioso do território, e não só, avaliação e identificação das necessidades e expectativas dos destinatários.

2º - O "confronto", exhibir o projecto, desenhos, maquetes, colocar o arquitecto e habitante ao mesmo nível, para que a verificação junto dos interessados seja uma crítica construtiva.

4.5. A construção de Montemor-o-Velho contemporânea: Planos, projectos urbanos, arquitectura e participação

O Gabinete Técnico Local de Montemor-o-Velho instituído em 1997, surge numa Câmara sem arquitecto ou gabinete de projecto. Começou-se do zero, investigou-se o lugar, analisou-se o centro histórico e detectaram-se lugares com potencial de transformação, imaginaram-se programas e desenharam-se propostas preliminares. Estes desenhos desempenhariam um papel fundamental na viabilização das propostas junto da comunidade local e, por esta via, também junto dos autarcas, que em última instância, sempre têm de decidir.

Procurou-se integrar a comunidade no processo de projecto, onde os cidadãos têm um papel fundamental; no entanto, nunca esquecendo a importância do papel do arquitecto em antecipar os desejos daqueles para os quais trabalha, através do desenho, explorando o contexto de intervenção e os potenciais programas para a sua transformação. O projecto pode partir do contexto em direcção ao processo, ou vice-versa.

Os processos participativos servem para podermos ter a cidade que queremos ou então teremos a que merecemos, e é assim que as coisas devem ser.⁵¹

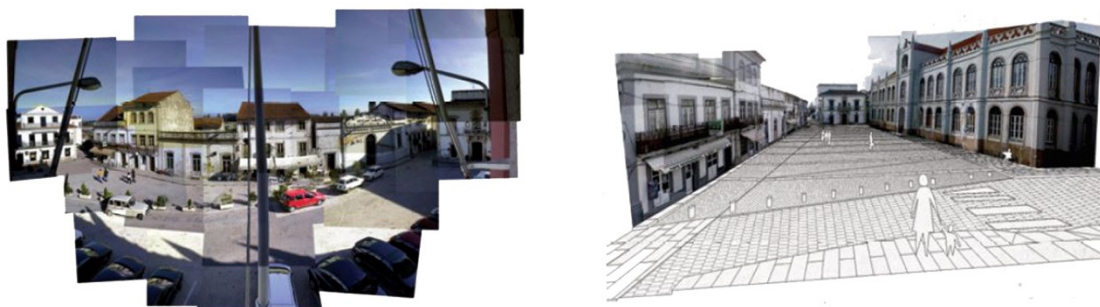


Figura 99: M. Figueira, Reabilitação Espaços Públicos, 2003, Praça da República, antes e em projecto.

Alimentar o imaginário dos habitantes, através do projecto de arquitectura, fazendo com que este seja um instrumento de política urbana, ou seja, incluindo a questão da "participação" dos habitantes na transformação do espaço habitável, tem sido um aspecto fulcral do trabalho do arquitecto Miguel Figueira tem vindo a realizar em Montemor-o-Velho. É um trabalho para (e com) o cidadão:

⁵¹ M. FIGUEIRA, «Se quiseres dançar, paga a banda!», p. 107.

A opinião pública tem um grande desconhecimento relativamente ao que é a máquina do Estado. A primeira ideia errada é que os técnicos, que estão na estrutura do Estado ou na Administração Local, trabalham para os políticos, quando o nosso compromisso é com os cidadãos. O presidente da Câmara não é meu cliente, aliás tanto ele como eu estamos lá para servir aquela comunidade específica.⁵²

Para o arquitecto Miguel Figueira, o sítio mais privilegiado para se trabalhar é precisamente na Administração Local, pois é aqui que se constrói a cidade, numa lógica de resposta às necessidades colectivas. Ora, estes objectivos não dispensam a participação dos habitantes, mas incluem-nos.

Em Montemor-o-Velho, a participação tem consistido em reuniões realizadas com os habitantes, na procura de um diálogo, por um objectivo comum. A administração, neste caso, o GTL, realiza apresentações e tenta explicar a sua ideia. Realizam-se maquetas, trabalham-se imagens de futuras realidades, para que as pessoas possam acompanhar o projecto e transmitir a sua opinião. De início, é reservado a um núcleo moderado de pessoas e depois aumenta, à medida que o projecto cresce. Com estes processos há que fazer as perguntas certas e esclarecer bem todas as fases da participação para que se consigam receber contributos úteis ao desenvolvimento do trabalho.

Nunca vou para um processo de participação perguntar o que é que as pessoas querem; vou sempre com uma proposta.⁵³

Com efeito, a resposta desde logo pressupõe a pergunta.

⁵² M. FIGUEIRA, «Se quiseres dançar, paga a banda!», p.99.

⁵³ *Ibidem*, p.108.



Figura 100: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011, ultimo tramo da subida.

Por isso, todos os projectos realizados no âmbito do GTL, que mencionamos no capítulo de Montemor-o-Velho Contemporânea, é a busca dessa união entre projectista e habitante.

Foi numa conversa realizada com o arquitecto Miguel Figueira, numa das visitas a Montemor-o-Velho, que sentimos que a união era muito forte, entre os habitantes da vila e o arquitecto:

Na altura em que o Percurso Pedonal Assistido estava a ser construído, as velhotas que moravam na colina, vinham ter comigo, ansiosas por saber quando é que as escadas rolantes iriam estar prontas. É nisto que reside a maior satisfação no trabalho que faço.⁵⁴

Como se pode compreender, trata-se de responder a necessidades concretas com projectos concretos. Contudo, o interesse da obra, excede esta dimensão local, já que, no eixo do Centro de Alto Rendimento, do Parque Urbano, propõe um novo caminho, um novo meio (as escadas rolantes), que põe em destaque a exepcional relação da colina com o campo, do castelo com a vila (e a sua principal rua), e transforma uma zona expectante numa extraordinária oportunidade para a vila se dotar de um "capital

⁵⁴ Conversa com o arquitecto Miguel Figueira, numa visita realizada em 21/09/2012.

fixo" que pode desempenhar um papel chave na captação de novos habitantes, actividades, resposta a necessidades locais, como são as tipologias polivalentes.

A participação que aqui se pratica não limita o projecto às pequenas questões locais e contingentes mas respondendo-lhes, transcende-as.

5. CONCLUSÃO

Partindo do concreto e contingente, constituído pela área-problema que, na sequência da construção do Percorso Pedonal Assistido, se vislumbra como uma área-oportunidade, procurámos transcendê-los, propondo que a colina de Montemor-o-Velho seja [re]habitada com tipologias polivalentes. É esta a nossa hipótese de trabalho, e, sublinhamos, trata-se mesmo de uma "hipótese", a ser discutida, aferida, acertada, mas também defendida, junto da população e outros agentes locais.

No contexto de Montemor-o-Velho, onde o Arquitecto Miguel Figueira⁵⁵ tem vindo a conduzir num ambicioso projecto de reestruturação da vila e do próprio Baixo Mondego, projecto este, que consta como uma das suas principais alavancas o facto de ser amplamente participado, não poderíamos ter imaginado proceder de outra forma.

Assim, o presente trabalho procurou uma reflexão sobre o tema das novas formas de habitar, num contexto rural, estudando assim, as possibilidades que as tipologias polivalentes têm para oferecer, relacionando, sempre, com o contexto onde elas se inserem, maximizando os diferentes usos que pode ter hoje e amanhã. O trabalho investiga a capacidade que uma tipologia tem em se adaptar a diferentes funções, com o objectivo de acomodar diversos períodos de ocupação da casa, para que esta acompanhe a evolução das diferentes necessidades de cada utilizador. Hoje é uma casa, amanhã um estúdio de música. É o tema principal deste trabalho, mas adaptando-o ao contexto onde o projecto está inserido.

Este contexto é a vila de Montemor-o-Velho, onde desde de meados dos anos 90, ocorre um amplo processo de modernização que se reflecte no aumento da população nos últimos anos. Estas mudanças deram-se com a ajuda de um gabinete com arquitectos a trabalhar na administração para os habitantes da vila. Com isto, surge o segundo tema deste trabalho, de que forma é que a participação dos habitantes é importante para o desenvolvimento do território onde vivem.

Número de palavras: 17 300

⁵⁵ Prémio AICA 2012.

6. BIBLIOGRAFIA

ÁBALOS, Iñaki, *A Boa Vida. Visita guiada às casas da modernidade*, Barcelona, Gustavo Gilli, 2003.

ADRIÃO, José, «A Casa Ideal», in http://www.joseadriao.com/paginas/p00_04.htm, 2001 [22.05.2014]

BACHELARD, Gaston, *A Poética do Espaço*, trad. António Danesi, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BAÍÁ, Pedro e Diogo Seixas LOPES, «As pedras rolantes de Montemor-o-Velho», in *Jornal Arquitectos*, nº 248, 2013.

BLUNDELL, Jones, Doina PETRESCU e Jeremy TILL, *Architecture & Participation*, Nova Iorque, Spon Press, 2005.

DE CARLO, Giancarlo, «Architecture is too important to leave to the architects», conversa com Ole Bouman e Roemer Van Toorn, in <http://www.roemervantoorn.nl/Resources/De%20Carlo%20Interview.pdf> [27.03.2013]

DE CARLO, Giancarlo, *Urbino. The history of a city and plans for its development*, trad. Loretta Schaeffer S. Guarda, Massachusetts, MIT, 1970.

DIONÍSIO, Santana, *Guia de Portugal. Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1944.

FELICIANO, Ana Marta, «A Redescoberta Cultural da 'Cidade Organísmica' proposta pelo 'Team X'», in *Artitextos*, nº 8, 2009.

FIGUEIRA, João Francisco, *Da Ordem do Discurso. Desenho urbano a Europa nos anos 80 e 90* (tese de mestrado não publicada), Porto, FAUP e FEUP, 1998.

FIGUEIRA, Miguel, «Galeria Mercado Municipal», in <http://www.miguelfigueira.info/filter/GALERIA-MERCADO-MUNICIPAL> [29.06.2014]

FIGUEIRA, Miguel, «Se quiseses dançar, paga a banda!», in *Jornal Arquitectos*, nº 240, 2010.

FIGUEIRA, Miguel, «Isto não é a Suíça!», in *Jornal Arquitectos*, nº 237, 2009.

FIGUEIRA, Miguel, «Montemor-o-Velho, o vale, a vila e o castelo», in *Anuário do Património*, nº 1, 2012.

FIGUEIRA, Miguel e João Francisco FIGUEIRA, *Plano de Urbanização de Salvaguarda do Centro Histórico de Montemor-o-Velho*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2001.

GAUSA, Manuel, *Housing. New alternatives, new systems*, Barcelona, Actar, 1998.

GAUSA, Manuel, *The Metapolis. Dictionary of advanced architecture*, Barcelona, Actar, 2001.

GOULET, Patrice, *Jean Nouvel*, Paris, Éditions du Regard, 1994.

HAGUE, Cliff e Paul JENKINS, *Place Identity. Participation and Planning*, Routledge, Taylor & Francis, 2005.

HEUVEL, Dirk van den e Max RISSELADA, *Alison and Peter Smithson - from the house of the future to a house of today*, Roterdão, 010 Publishers, 2004.

JENKINS, Paul e Leslie FORSYTH, *Architecture, Participation and Society*, Routledge, Taylor & Francis, 2009.

JODIDIO, Philip, *Shigeru Ban. Complete works, 1985-2010*, Colónia, Taschen, 2010.

KUPER, Marina, *Gerrit Rietveld*, Utrecht, Centraal Museum, 1992.

L'Architecture d'aujourd'hui, nº 252, Setembro de 1987.

LOPES, Diogo Seixas, «Intervenção no espaço urbano de Montemor-o-Velho», in *Jornal Arquitectos*, nº 214, 2004.

MATA, Mariana; «Citemor - Festival de Montemor-o-Velho», in Público, http://lazer.publico.pt/festivais/289457_citemor-festival-de-montemor-o-velho [30.06.2014]

MATOS, João Cunha, *Montemor-o-Velho. Its history, its arts*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983.

MCKEAN, John, *Giancarlo De Carlo. Layered Places*, Londres, Axel Menges, 2004.

MONTEYS, Xavier, «Doméstica. Distribució es un term massa estret», in *Quadern's d'Arquitectura i Urbanisme*, nº 250, 2006.

MULDER, Bertus, *Gerrit Thomas Rietveld*, Amsterdão, Sun, 2010.

NEUTELINGS, Willen Jan e Michiel RIEDIJK, «NEUTELINGS RIEDIJK, 1992-1999», in *El Croquis*, nº 94, 1999.

RIBEIRO, João Mendes, «Casa de Chá», in *Architécti*, nº 51, 2000.

RIBEIRO, João Mendes, «Projecto para uma Casa de Chá no Castelo de Montemor-o-Velho», in *Património Estudos*, nº 1, 2001.

ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Cosmos, 2001.

SANOFF, Henry, *Community Participation Methods in Design Planning*, Nova Iorque, John Wiley & Sons, 2000.

SECCHI, Bernardo, *A Cidade do Século Vinte*, trad. Marisa Barda, São Paulo, Perspectiva, 2009.

SUST, Xavier e Ignacio PARICIO, *La Vivienda Contemporánea: Programa y Tecnología*, Barcelona, Institut de Tecnologia de La Construcció de Catalunya, 1998.

SUST, Xavier, «Innovación Tecnológica e Innovación Tipológica», in *Vivienda: Innovación y Proyecto*, Catalunya, Col·legi Arquitectes, 2000.

VENTURI, Robert, *Complexity and Contradiction in Architecture*, Museu de Arte Moderna, Nova Iorque, 2007.

ZUCCHI, Benedict, *Giancarlo De Carlo*, Oxford, Butterworth Architecture, 1992.

7. CRÉDITO DAS FIGURAS

Figura 1: Montemor -o-Velho, morfologia urbana.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 2: Montemor -o-Velho, Génese urbana.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 3: Montemor-o-Velho: ruínas da Alcáçova Real, Palácio das Infantas.

In: http://www.cm-montemorvelho.pt/patrimonio_historico.asp?ref=2MOV [29.06.2014]

Figura 4: Montemor-o-Velho: vista do castelo para os campos do baixo Mondego.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 5: Montemor-o-Velho: evolução da Vila.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 6: Montemor-o-Velho: localização.

In Google Earth 2013.

Figura 7: Montemor-o-Velho: localização na região Baixo Mondego e mapa das freguesias.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 8: Montemor-o-Velho: Evolução e projecção de Montemor-o-Velho.

Gráfico: Patrícia Matos.

Figura 9: Montemor-o-Velho: Distribuição da população, segundo grupos etários.

Gráfico: Patrícia Matos.

Figura 10: Montemor-o-Velho: Vista área da Vila.

In: <http://olimpiofernandes.blogspot.pt/2011/12/o-castelo-de-montemor-visto-do-ar.html> [1.11.2013]

Figura 11: Montemor -o-Velho contemporânea (pós 1997).

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 12: M. Figueira, Reabilitação espaços públicos, 2003, Largo Macedo Souto Mayor (poente).

In: <http://www.miguelfigueira.info/filter/FRENTE-URBANA-MONTEMOR> [29.06.2014]

Figura 13: M. Figueira, Reabilitação espaços públicos, 2003, Praça da República (centro).

In: <http://www.miguelfigueira.info/filter/FRENTE-URBANA-MONTEMOR> [29.06.2014]

Figura 14: M. Figueira, Reabilitação espaços públicos, 2003, envolvente do Convento de Nossa Senhora dos Anjos

In: <http://www.miguelfigueira.info/filter/FRENTE-URBANA-MONTEMOR> [29.06.2014]

Figura 15: Montemor -o-Velho, localização dos principais equipamentos públicos no centro histórico.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 16: Arquitecto João Mendes Ribeiro, Casa de Chá, Ruínas do Paço das Infantas, Castelo de Montemor-o-Velho, 2000.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 17: Arquitecto João Mendes Ribeiro, Casa de Chá, interior da casa de chá, Castelo de Montemor-o-Velho, 2000.

In Património Estudos nº1, 2001, p. 179.

Figura 18: Arquitecto João Mendes Ribeiro, Casa de Chá, Planta e corte, Castelo de Montemor-o-Velho, 2007.

In Património Estudos nº1, 2001, p. 176.

Figura 19: Teatro Esther de Carvalho, projecto de reabilitação, arquitecto José António Bandeirinha, 1998.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 20: Biblioteca Municipal, ex-Solar da Família Alarcão, projecto de reabilitação e reestruturação, arquitecto Pedro Maurício Borges, 1998.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 21: Montemor-o-Velho: interior do Mercado municipal antes da intervenção.

In Anuário Património nº1, 2012, p. 31.

Figura 22: Montemor-o-Velho: Mercado municipal.

In http://www.cm-montemorvelho.pt/patrimonio_historico.asp?ref=44MOV
[29.06.2014]

Figura 23: Montemor-o-Velho, "Sala B", espaço polivalente.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 24: Montemor -o-Velho, Vale do Baixo Mondego.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 25: O movimento do passado.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 26: O movimento do presente.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 27: Arquitecto Miguel Figueira, Centro de Alto Rendimento, Montemor-o-Velho, 2008.

In <http://www.miguelfigueira.info/filter/HANGAR-CENTRO-N%C3%81UTICO>
[27.05.2014]

Figura 28: Arquitecto Miguel Figueira, Centro Náutico, Montemor-o-Velho, 2011.

In <http://www.miguelfigueira.info/filter/HANGAR-CENTRO-N%C3%81UTICO>
[27.05.2014]

Figura 29: Arquitecto Miguel Figueira, Ciclovia do Mondego, Montemor-o-Velho, 2004-08.

In <http://www.miguelfigueira.info/filter/CICLOVIA-MONDEGO> [27.05.2014]

Figura 30: Arquitecto Miguel Figueira, Ciclovia do Mondego, Montemor-o-Velho, 2004-08.

In <http://www.miguelfigueira.info/filter/CICLOVIA-MONDEGO> [27.05.2014]

Figura 31: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011, primeiro tramo das escadas.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 32: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011, segundo tramo das escadas.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 33: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011, ultimo tramo das escadas.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 34: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 35: Montemor-o-Velho, projectos e obras.
Imagem: Patrícia Matos.

Figura 36: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011, planta.
In: <http://afasiaarq.blogspot.com/2014/05/miguel-figueira.html> [27.05.2014]

Figura 37: Montemor -o-Velho, formação de uma área expectante.
Imagem: Patrícia Matos.

Figura 38: Perfis da vila, ontem, hoje e amanhã.
Imagem: Patrícia Matos.

Figura 39: Alison e Peter Smithson, Retirement House, Kent, 1959. Esquisso.
In D. Heuvel, *Alison and Peter Smithson - from the house of the future to a house of today*, p. 102.

Figura 40: Esquisso, representação esquemática do conceito da tipologia.
Imagem: Patrícia Matos.

Figura 41: Andy Warhol, The Factory, 1960.
In <http://blog.moonberry.com/andy-warhol-15-minutes-eternal/> [20.03.2014]

Figura 42: Andy Warhol, The Factory, 1960.
In <http://blog.moonberry.com/andy-warhol-15-minutes-eternal/> [20.03.2014]

Figura 43: Jean Nouvel, Nemausus, Nîmes, 1983, plantas.
In P. Goulet, *Jean Nouvel*, p.125.

Figura 44: Jean Nouvel, Nemausus, Nîmes, 1983, moradores, videogramas.
In *Architectures: Episode 04- Nemausus1*, documentário do canal televisivo ARTE, 2001.

Figura 45: Willem Jan Neutelings e Michiel Riedijk, concurso de habitação, Barcelona, 1989, planta tipo.
In El Croquis nº 94, *NEUTELINGS RIEDIJK*, p. 24.

Figura 46: Yves Lion, Domus Demain, 1984, perspectiva interior.
In *L'architecture d'aujourd'hui*, nº252, 1987, p.19.

Figura 47: Yves Lion, Domus Demain, 1984, planta tipo.
In *L'architecture d'aujourd'hui*, nº252, 1987, p. 20.

Figura 48: Manuel Gausa, Mulhouse, Graz, 1998, Sistema ABC, plantas tipo.
In M. Gausa, *Housing: New alternatives, new systems*, p. 26.

Figura 49: Manuel Gausa, Housing block se nº3, Barcelona, 2004, plantas.
In M. Gausa, em *Housing: New alternatives, new systems*, p. 26.

Figura 50: Manuel Gausa, Housing block se nº3, Barcelona, 2004, perspectivas interiores.
In M. Gausa, em *Housing: New alternatives, new systems*, p. 26.

Figura 51: A. Klein, estudo de uma tipologia em *Vivienda mínima 1906-1957*.
In X. Monteys, «Doméstica. Distribució es un term massa estret», in *Quadern's d'Arquitectura i Urbanisme* nº250, p. 59.

Figura 52: Gerrit Rietveld, Casa Schroder, Utrecht, 1924, vista exterior.
In <http://fatmisher.wordpress.com/2012/06/28/schroder-house/> [27.03.2014]

- Figura 53:** Gerrit Rietveld, Casa Schroder, Utrecht, 1924, planta do piso superior.
In B. Mulder, em *Gerrit Thomas Rietveld*, p.108.
- Figura 54:** Gerrit Rietveld, Casa Schroder, Utrecht, 1924, fotografias do espaço interior.In
<http://www.archdaily.com/99698/ad-classics-rietveld-schroder-house-gerrit-rietveld/>
[06.03.2014]
- Figura 55:** Gerrit Rietveld, Casa Schroder, Utrecht, 1924, fotografias do espaço interior.In
<http://www.archdaily.com/99698/ad-classics-rietveld-schroder-house-gerrit-rietveld/>
[06.03.2014]
- Figura 56:** Gerrit Rietveld, Casa Schroder, Utrecht, 1924, fotografias do espaço interior.In
<http://www.archdaily.com/99698/ad-classics-rietveld-schroder-house-gerrit-rietveld/>
[06.03.2014]
- Figura 57:** Shigeru Ban, Furniture House, Yamanashi, 1995, axonometria.
In http://www.shigerubanarchitects.com/works/1995_furniture-house-1/index.html
[17.04.2014]
- Figura 58, 59, 60:** Shigeru Ban, Furniture House, Yamanashi, 1995, montagem.
In http://www.shigerubanarchitects.com/works/1995_furniture-house-1/index.html
[17.04.2014]
- Figura 61:** Shigeru Ban, Furniture House, Yamanashi, 1995, vista interior.In
http://www.shigerubanarchitects.com/works/1995_furniture-house-1/index.html
[17.04.2014]
- Figura 62:** Shigeru Ban, Furniture House, Yamanashi, 1995, vista interior.In
http://www.shigerubanarchitects.com/works/1995_furniture-house-1/index.html
[17.04.2014]
- Figura 63:** Shigeru Ban, Furniture House, Yamanashi, 1995, planta.
In <http://www.archdaily.com/> [17.04.2014]
- Figura 64:** Montemor-o-Velho: área de intervenção.
Imagem: Patrícia Matos.
- Figura 65:** Montemor-o-Velho: Charneira entre a área de intervenção e o castelo.
Imagem: Patrícia Matos.
- Figura 66:** Esquisso da autora, representação da colina em relação ao castelo e vila.
Imagem: Patrícia Matos.
- Figura 67:** Maqueta sem proposta de intervenção, representação da colina feita em plataformas.
Imagem: Patrícia Matos.
- Figura 68:** Maqueta com proposta de intervenção, representação da adaptação da proposta à colina.
Imagem: Patrícia Matos.
- Figura 69:** Montemor-o-Velho, Escadinhas de Santo António.
Imagem: Patrícia Matos.
- Figura 70:** Montemor-o-Velho, Rua do Salvador, intersecção com o Percurso Pedonal Assistido.
Imagem: Patrícia Matos.
- Figura 71:** Montemor-o-Velho, Rua do Salvador.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 72: Esquismo da autora, representação esquemática do caminho de St. António.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 73: Corte transversal pelo caminho de St. António (esta imagem encontra-se a uma escala maior em anexo).

Figura 74: Montemor-o-Velho, Escadinhas de St António, escadas que dão acesso a uma casa.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 75: Montemor-o-Velho, Rua do Salvador, acesso de casa mais alto que a rua.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 76: C. Alexander, *Houses Generated by patterns*, 1969, "Cell gateway", entrada da casa.

In <https://eleboo.e-bookshelf.de/products/reading-epub/product-id/601084/title/An%2BIntroduction%2Bto%2BArchitectural%2BTheory.html> [01.09.2014]

Figura 77: Esquismo da autora, representação do espaço de transição entre casa e rua.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 78: Esquismo da autora, representação do esquema urbano, relações entre domínios públicos, privados e semi-privados.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 79: Corte transversal da área de intervenção (esta imagem encontra-se a uma escala maior em anexo).

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 80: Mapa das tipologias (este documento encontra-se a uma escala maior no anexo).

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 81: Peças sanitárias, lavatório, sanita e duche do catálogo Geberit.

In: http://www.geberitnorthamerica.com/en_us/target_groups/installer/products_installer/installation_systems/installation_systems.html [10.05.2013]

Figura 82: Esquema da possível transformação do duche para bancada.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 83: Planta dividida em Unidades Habitacionais.

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 84: Planta Piso 0 (painel 06).

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 85: Planta Piso 1 (painel 07).

Imagem: Patrícia Matos.

Figura 86 e 87: Nigel Henderson, Bethnal Green, 1949-52.

In: <http://kaleidoscope-press.com/web-specials/re-bunkwords-by-isobel-harbison/> [01.09.2014]

Figura 88: Berlin, 1973. Georges Candilis, Peter Smithson, Giancarlo de Carlo, Pancho Guedes e Aldo Van Eyck.

In http://en.nai.nl/collection/view_the_collection/item/_rp_kolom2-1_elementId/1_103061 [10.05.2013]

Figura 89: Urbino, 1992. Giancarlo De Carlo (ao centro) no ILAUD (International Laboratory of Architecture and Urban Design).

In J. McKean, *Giancarlo De Carlo, Layered Places*, p.70.

Figura 90: Terni, 1969, maquete do conjunto.

In J. McKean, *Giancarlo De Carlo, Layered Places*, p.41.

Figura 91: Terni, 1969, habitantes numa exposição e debate sobre o projecto do bairro de Matteotti.

In J. McKean, *Giancarlo De Carlo, Layered Places*, p.115.

Figura 92: Terni, 1969, combinação dos módulos de habitação.

In J. McKean, *Giancarlo De Carlo, Layered Places*, p.40.

Figura 93: Urbino, 1992, vista aérea do centro histórico, Giancarlo De Carlo intervencionou os edifícios circunscritos com linha branca.

In J. McKean, *Giancarlo De Carlo, Layered Places*, p.59.

Figura 94: Mazzorbo, 1980, vista exterior do bairro.

In B. Zucchi, *Giancarlo De Carlo*, p.126.

Figura 95: Mazzorbo, 1980, combinação dos módulos de habitação. In B. Zucchi, *Giancarlo De Carlo*, p.123.

In B. Zucchi, *Giancarlo De Carlo*, p.123.

Figura 96: Eschensiedlung, Graz, 1972, Futuros moradores do bairro de Eschensiedlung em debate junto de uma maquete do plano de conjunto.

In J. Blundell, *Architecture & Participation*, p.144.

Figura 97: Puntigam, Graz, 1976, maquete do bairro.

In J. Blundell, *Architecture & Participation*, p.146.

Figura 98: Graz, Experiência numa instituição de ensino superior.

In http://www.azw.at/event.php?event_id=1087 [28.05.2013]

Figura 99: M. Figueira, Reabilitação Espaços Públicos, 2003, Praça da República, antes e em projecto.

In Anuário Património nº1, 2012, p. 35.

Figura 100: Arquitecto Miguel Figueira, Percurso Pedonal Assistido, Montemor-o-Velho, 2011, ultimo tramo da subida.

In Jornal Arquitectos nº248, p.220.

8. COMPONENTES COMPLEMENTARES DO PROJECTO FINAL DE MESTRADO



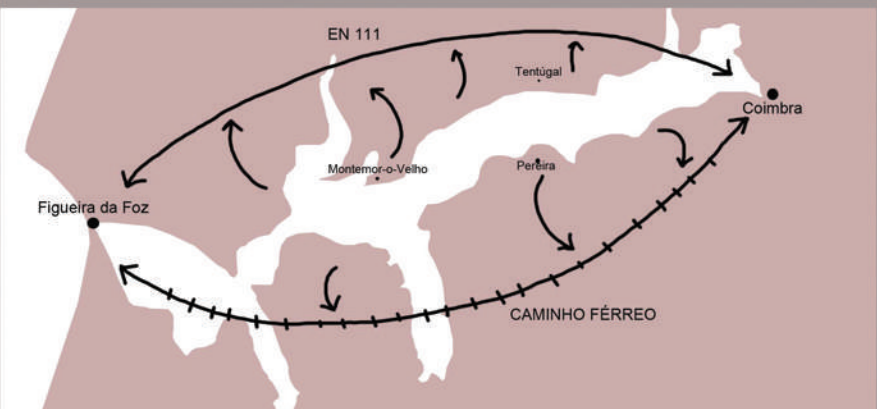
Concelho de Montemor-o-Velho
Situado nos campos férteis do rio Mondego, na região do Baixo Mondego, a vila de Montemor-o-Velho fica entre a cidade de Coimbra e da Figueira da Foz, a uma distância de aproximadamente 25 Km e 16 Km, respectivamente. O concelho de Montemor-o-Velho é composto por catorze freguesias, onde desde o ano de 1991 até ao ano de 2011 (últimos censos realizados), existiu um decréscimo de 26.375 para 26.171 habitantes. Curiosamente, desde os últimos censos, a freguesia de Montemor-o-Velho é a única que os números da população cresce 16%.



Localização de Montemor-o-Velho no Vale Baixo Mondego



Movimento do PASSADO em relação ao Vale Baixo Mondego



Movimento do PRESENTE em relação ao Vale Baixo Mondego

Antigamente o movimento efectuava-se das vilas para o Vale, onde se encontrava o rendimento. Agora esse movimento transformou-se no movimento pendular, para os grandes centros urbanos, que oferecem outro tipo de trabalho. Possibilitam-no a norte a estrada nacional, a sul, o caminho férreo. O projecto do Centro de Alto Rendimento, surge neste contexto com um tema que potencia o reabilitar do vale e o aproximar das suas margens. Trata-se de um novo uso com potencial para mudar o perfil sócio-económico da vila.



1. Castelo 2. Campos inundáveis do Baixo Mondego 3. Choupal 4. Leito antigo do Mondego 5. Área de Intervenção



6. Renovação dos espaços públicos



7. Teatro



8. Casa de Chá, Castelo



9. Biblioteca



10. Galeria Municipal



11. Sala "B"

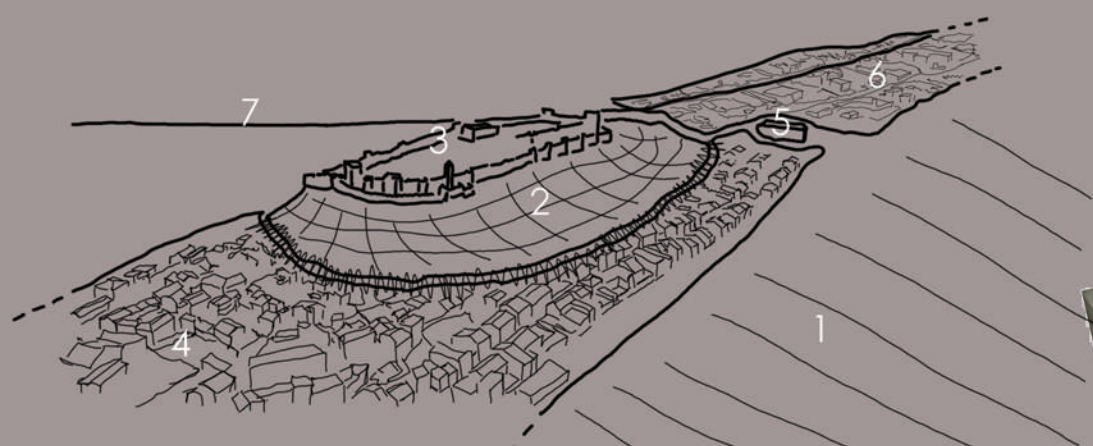


12. Centro de Alto Rendimento



13. Percurso Pedonal Assistido

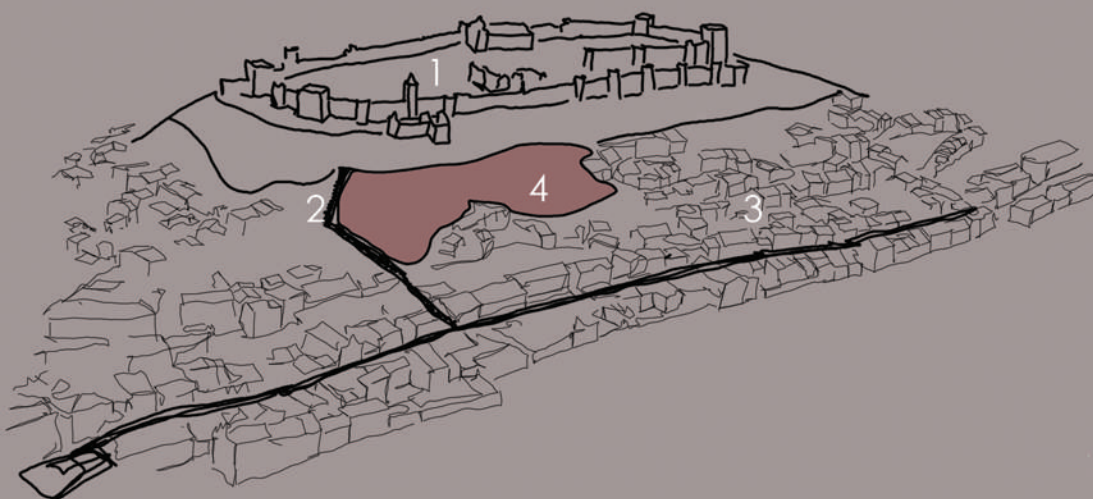
Morfologia Urbana



Montemor-o-Velho, morfologia urbana:
1. Vale
2. Colina
3. Castelo
4. Vila
5. Convento de Nossa Senhora dos Anjos
6. A vila moderna (pós anos 70)
7. Estrada Nacional (EN 111)

Situado no meio das planícies do Vale do Mondego (1), a vila de Montemor-o-Velho é marcada pelo Castelo (3) no cimo da colina (2). É a partir do Castelo que a vila (4) terá tido origem, descendo a colina até à sua base, que se apresenta como charneira entre a colina e o vale. Hoje a vila apresenta-se como uma estrutura mais densa, compacta e melhor organizada. No limite a nordeste da Vila, encontra-se o Convento de Nossa Senhora dos Anjos (5), a seguir, a nascente, a acompanhar a estrada nacional (7), encontra-se a vila moderna (pós anos 70).

Formação de uma área expectante



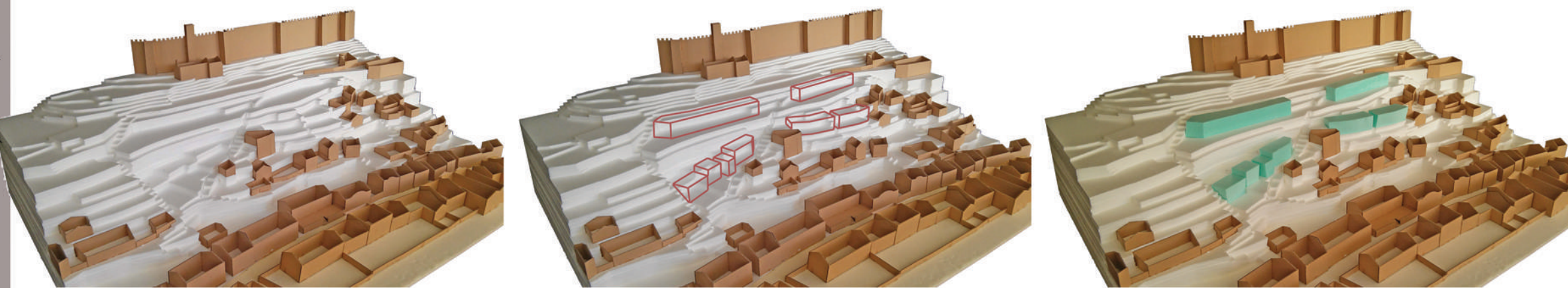
Montemor-o-Velho, formação de uma área expectante:
1. Castelo
2. Percurso Pedonal Assistido
3. Vila
4. Área expectante de meia colina

O Percurso Pedonal Assistido (2) estabelece a ligação entre a Rua Dr. José Galvão e a Ronda do Castelo/ Caminho de Santo António, rota a que se desenvolve uma plataforma a partir dos quais se erguem as muralhas do Castelo (1). Como referido, para esta plataforma o arquitecto Alvaro Siza Vieira desenvolveu um projecto de requalificação do espaço público. Nesta plataforma encontram-se algumas ruínas onde se acolhe o espectáculo CITEMOR e desfruta-se ainda de uma vista excecional sobre os campos do Baixo Mondego.

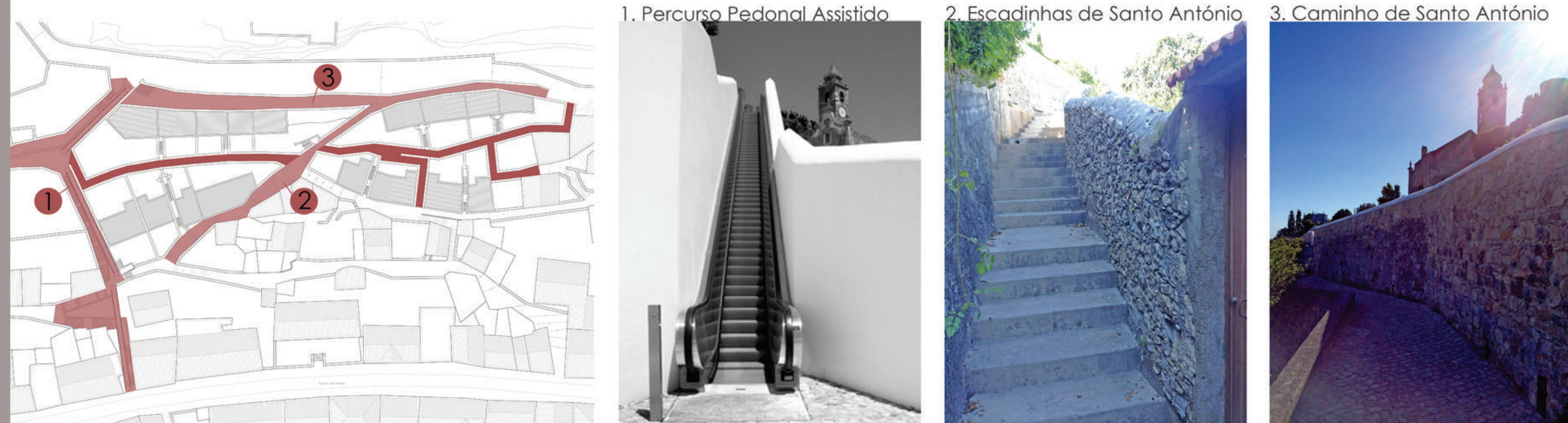
Como se compreenderá, a construção deste Percurso Pedonal Assistido (2), re-polariza a vila (3), conferindo uma extraordinária centralidade à área expectante que se encontra a meia colina (4).

PREMISSAS

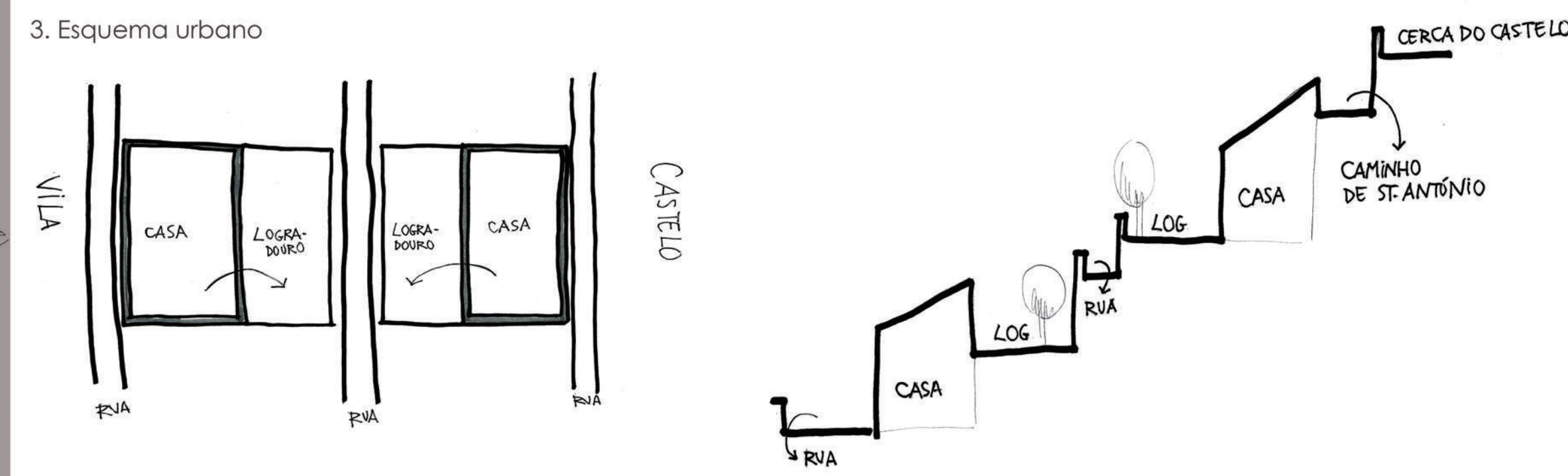
1. Adaptar a proposta ao existente, configurando a proposta com os desenhos das plataformas que sobem a colina



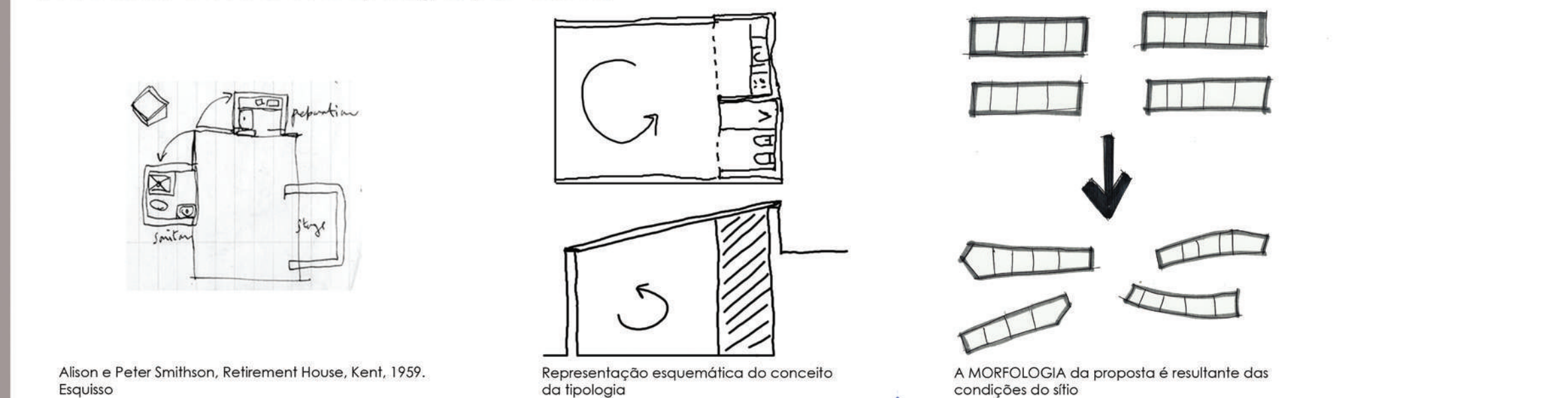
2. Adoptar as principais acessibilidades pré existentes, e criar outras novas



3. Esquema urbano



4. Reabilitar a colina com tipologias polivalentes



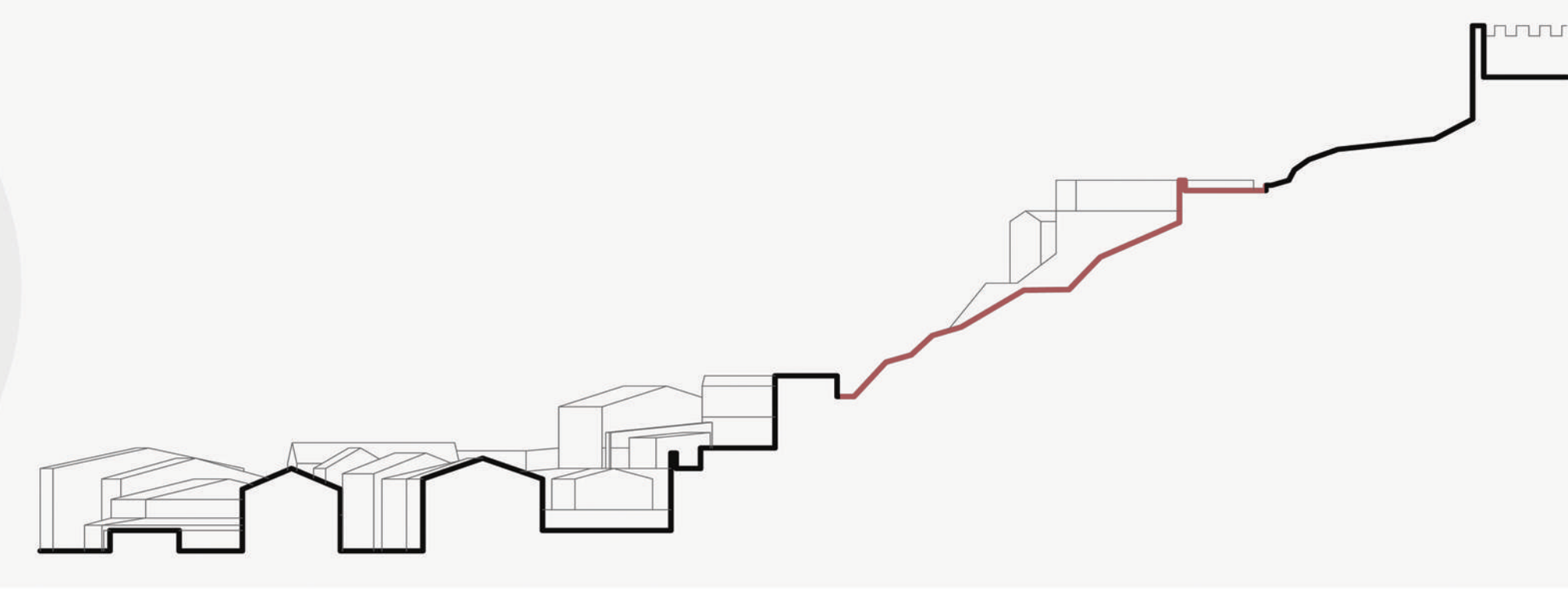
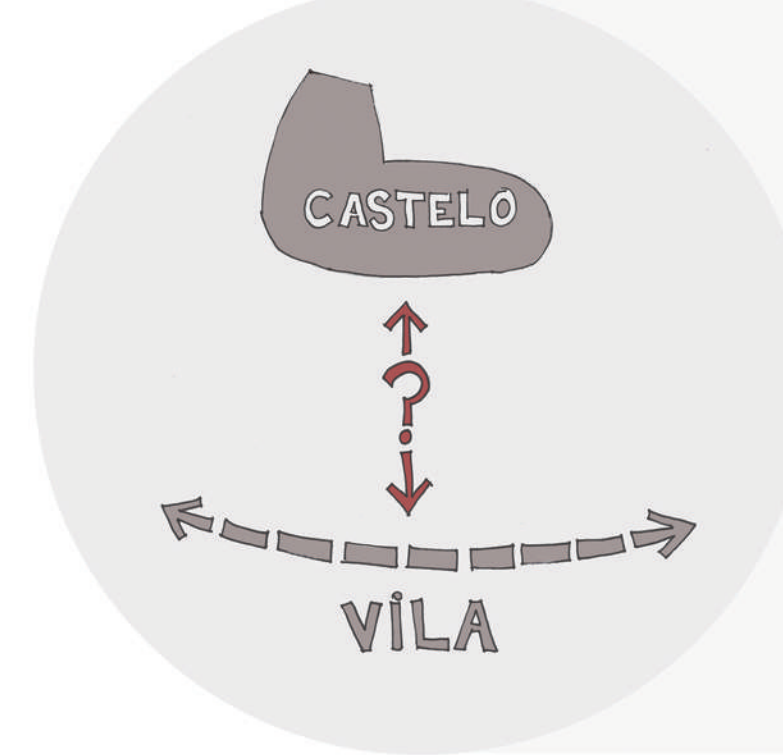
Alison e Peter Smithson, Retirement House, Kent, 1959. Esquiso

Representação esquemática do conceito da tipologia

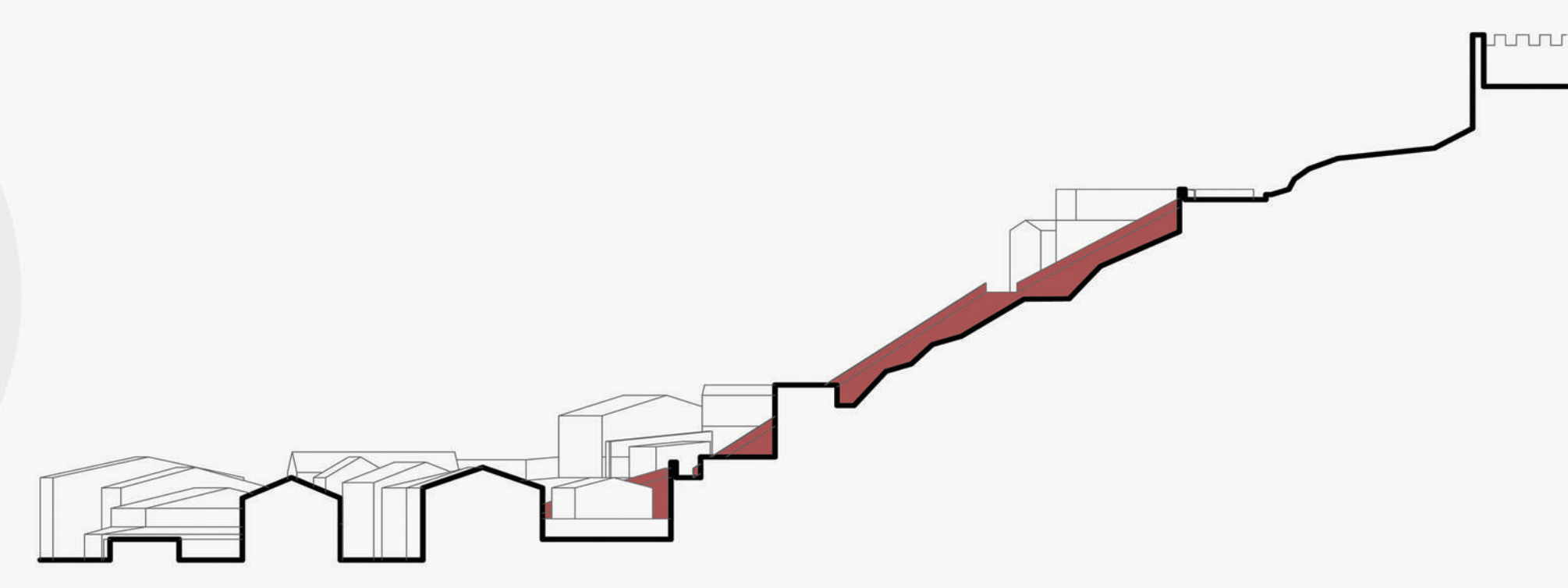
A MORFOLOGIA da proposta é resultante das condições do sítio



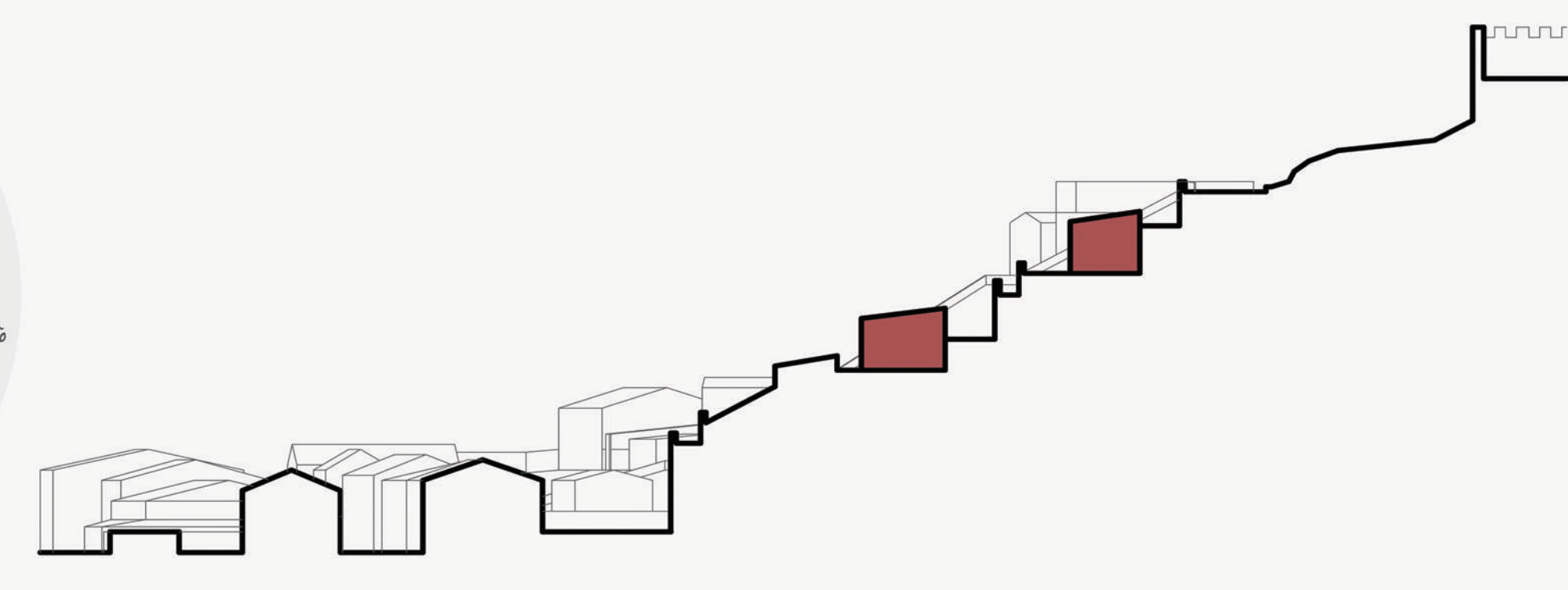
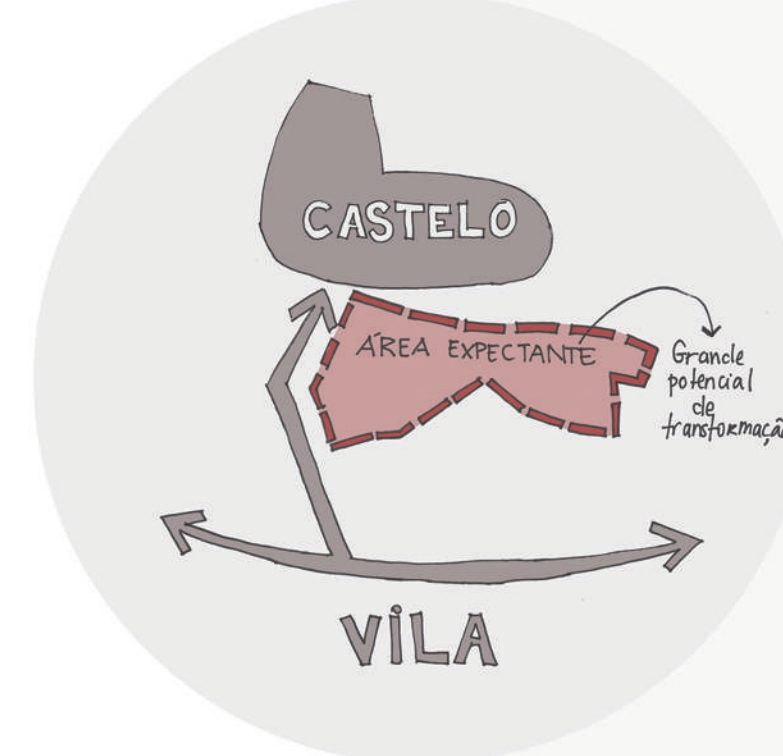
ONTEM

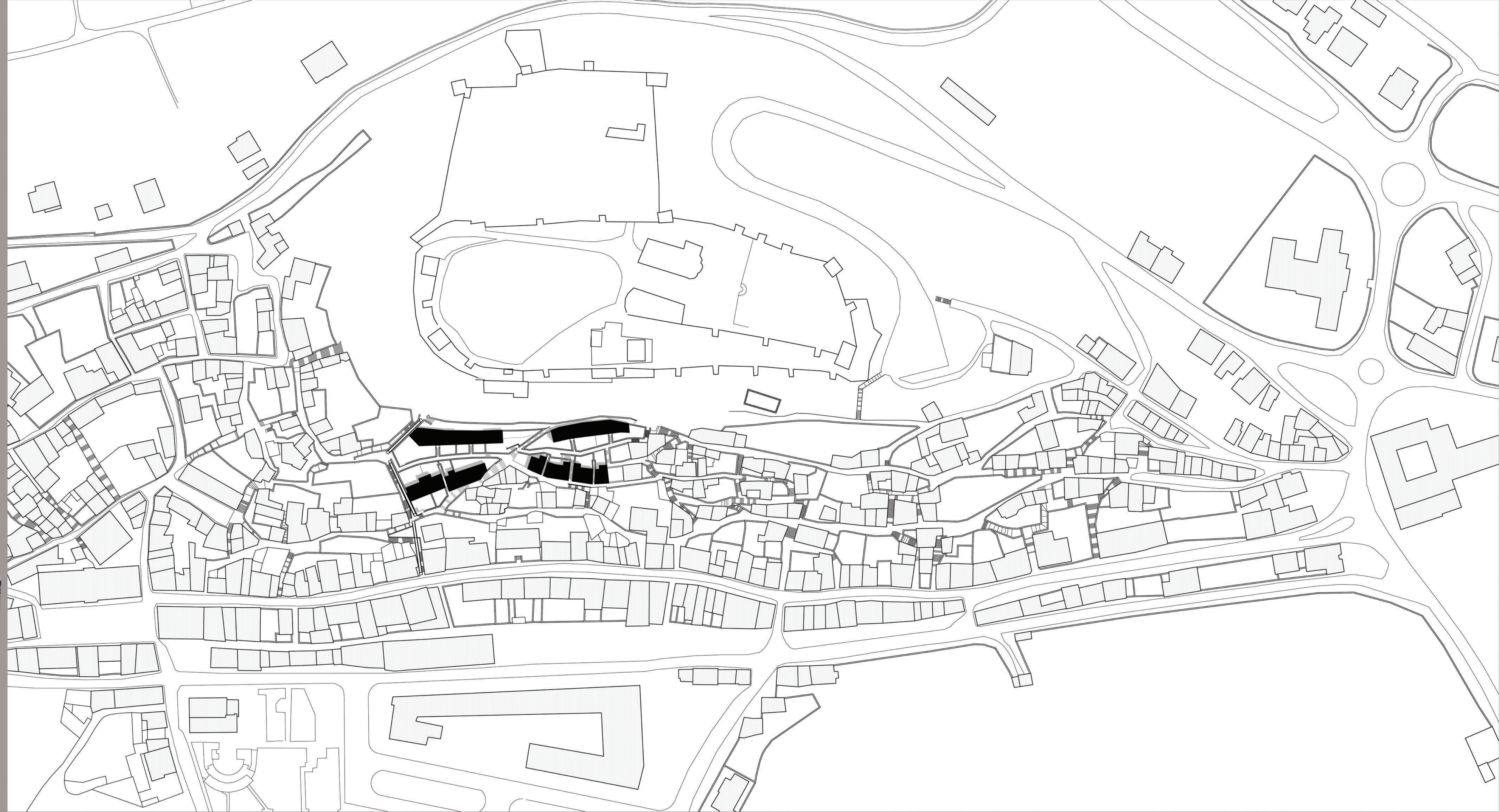


HOJE

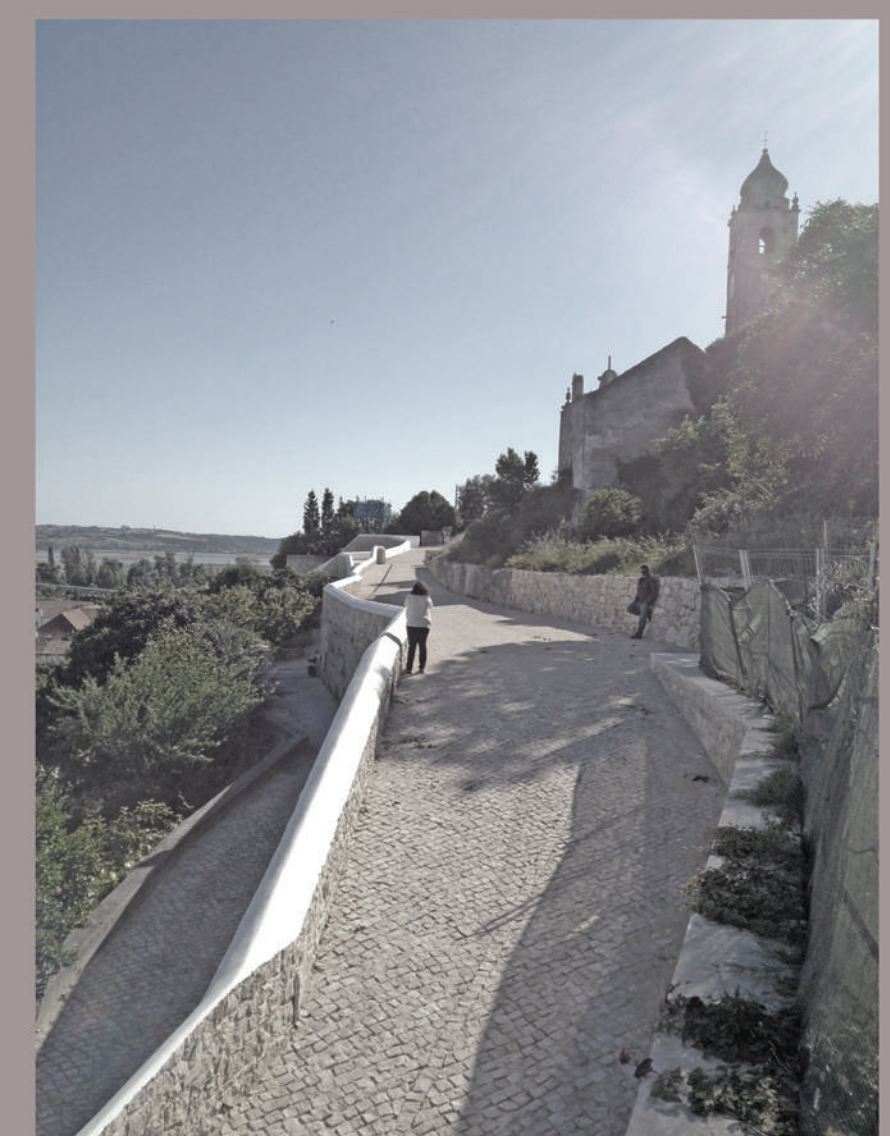


AMANHÃ

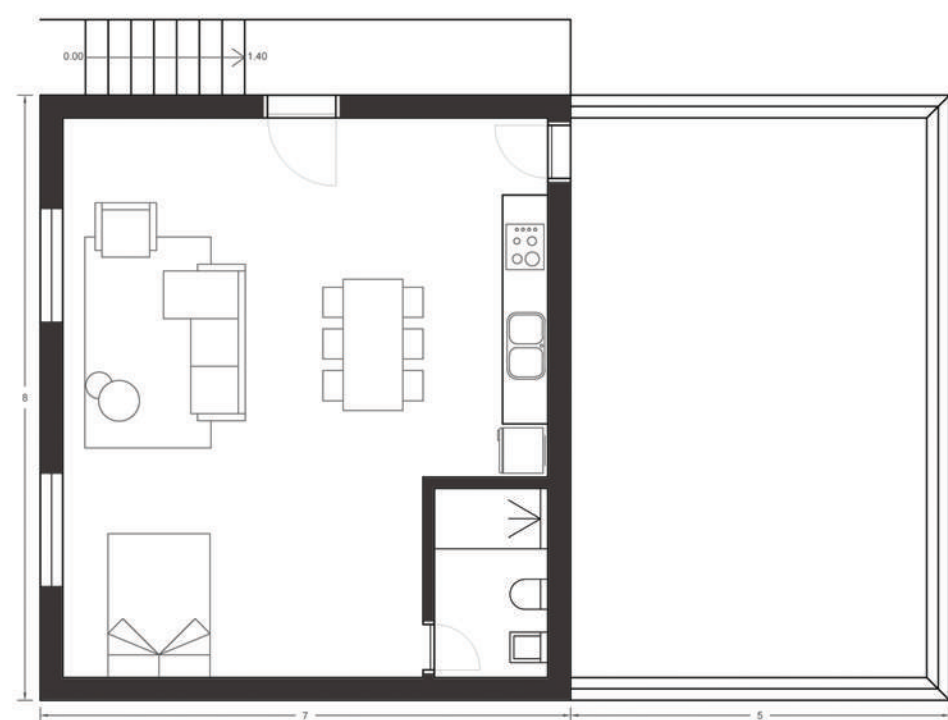




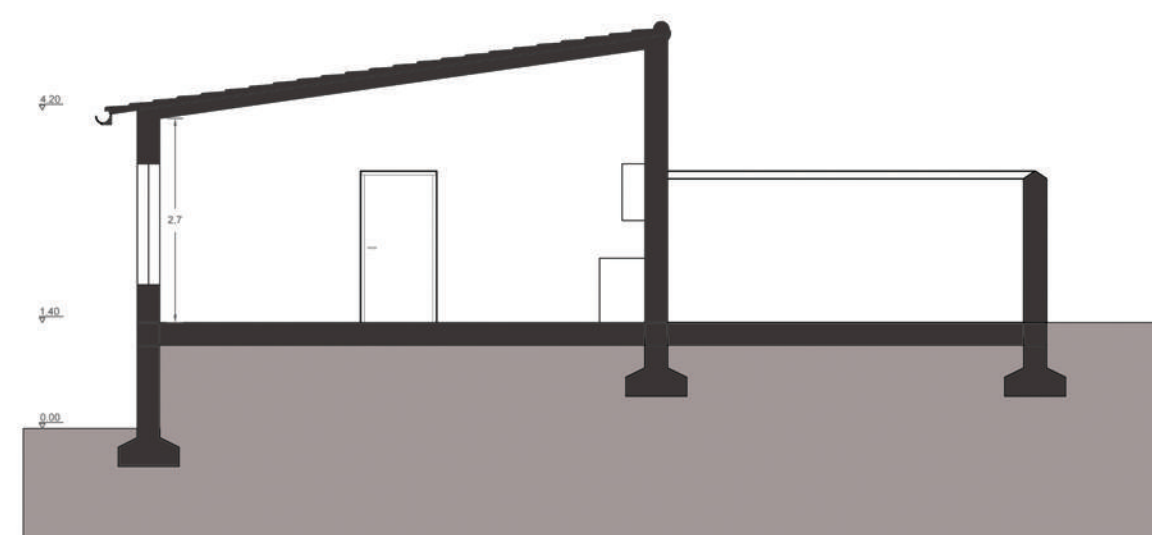
Planta de Localização 1:1000



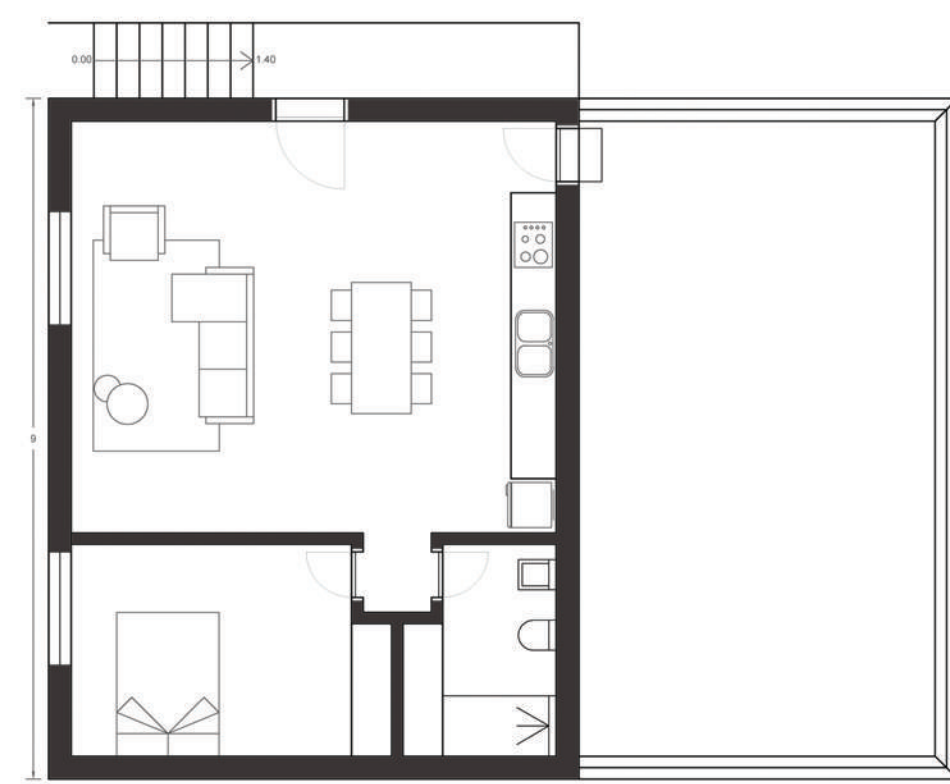
Alçado Vila 1:500



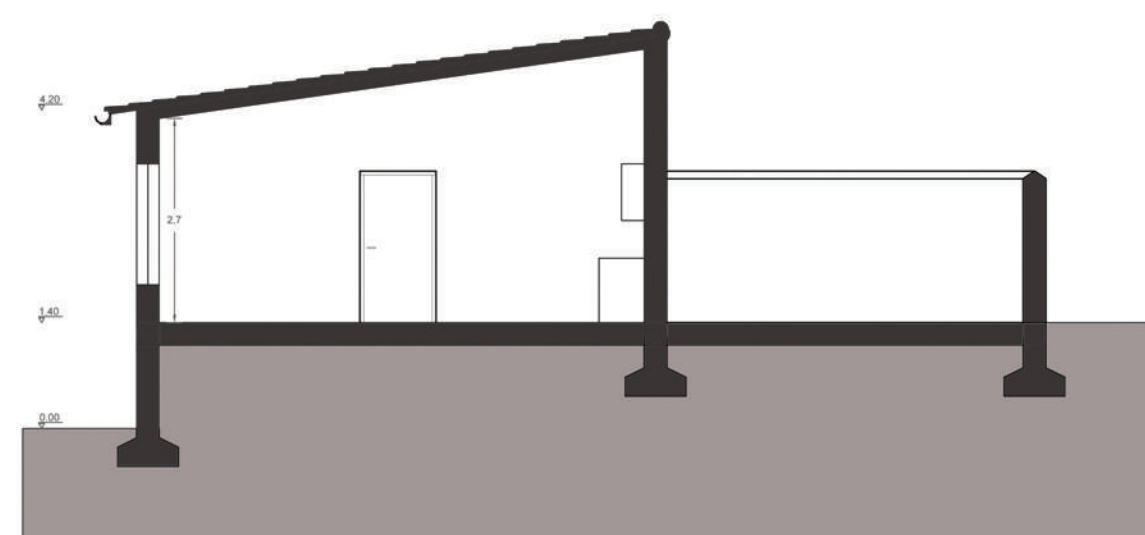
Piso térreo
Área bruta: 56m2



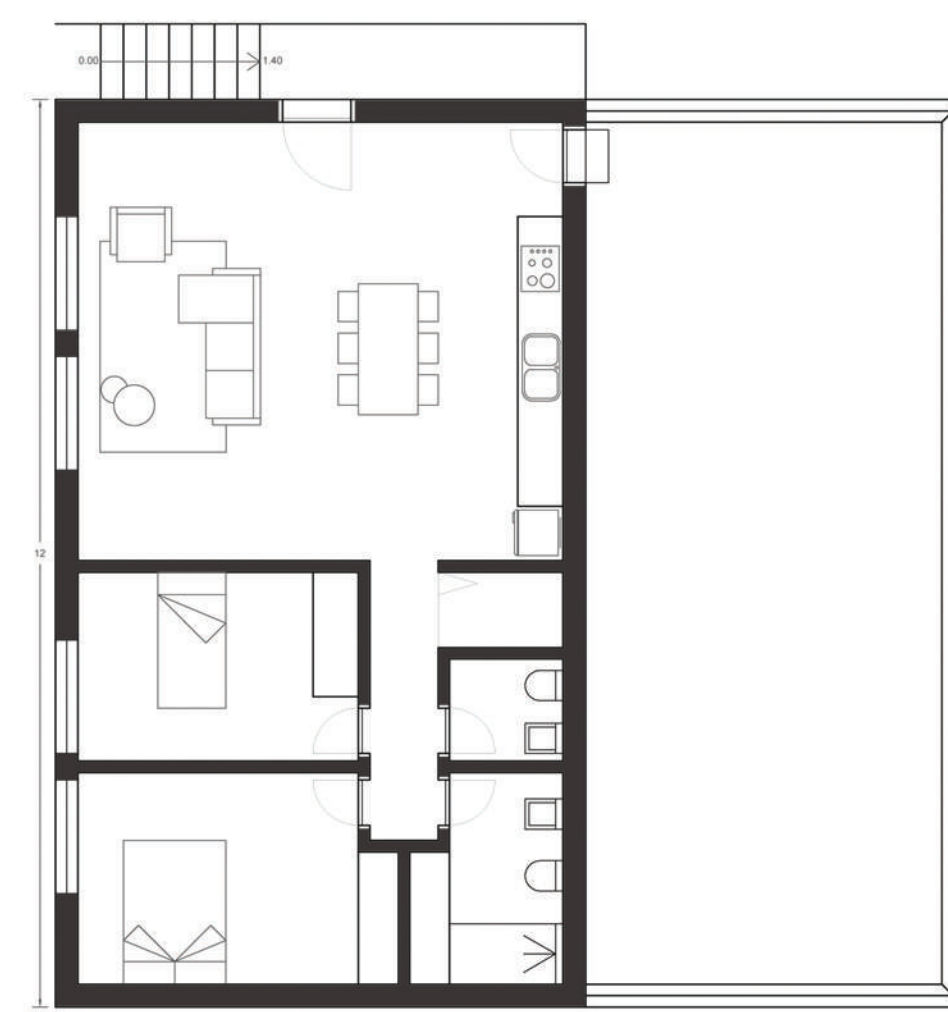
Corte transversal



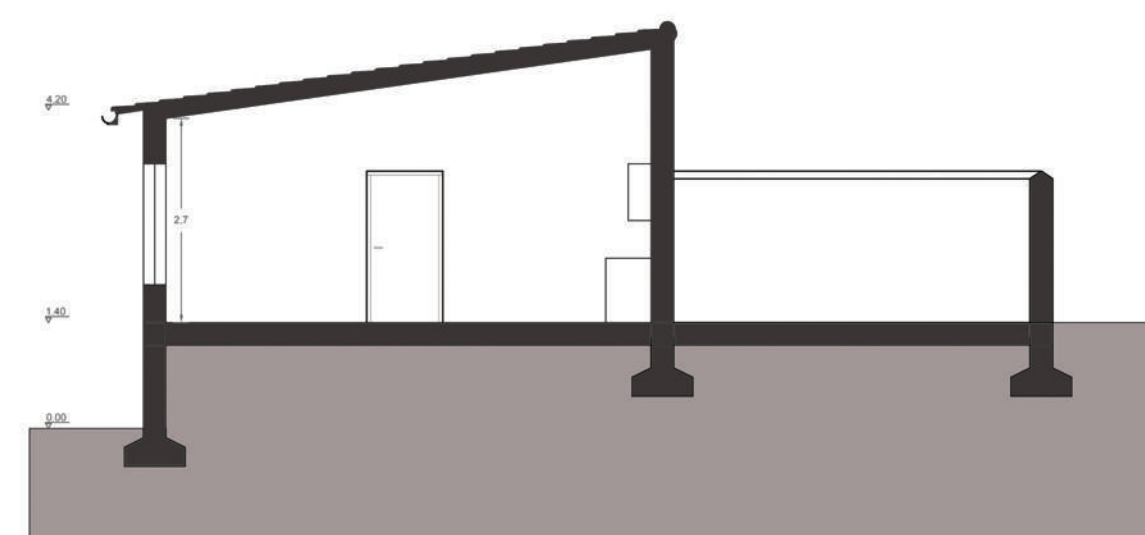
Piso térreo
Área bruta: 63m2



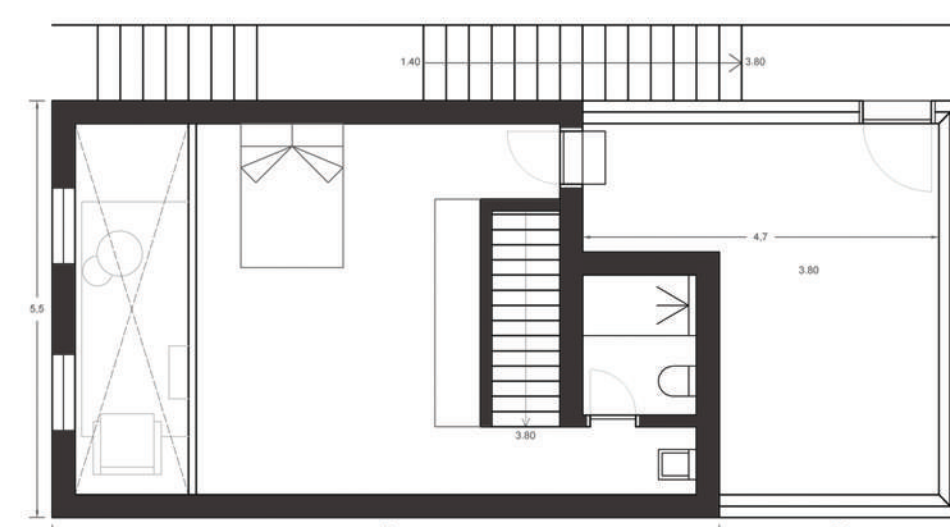
Corte transversal



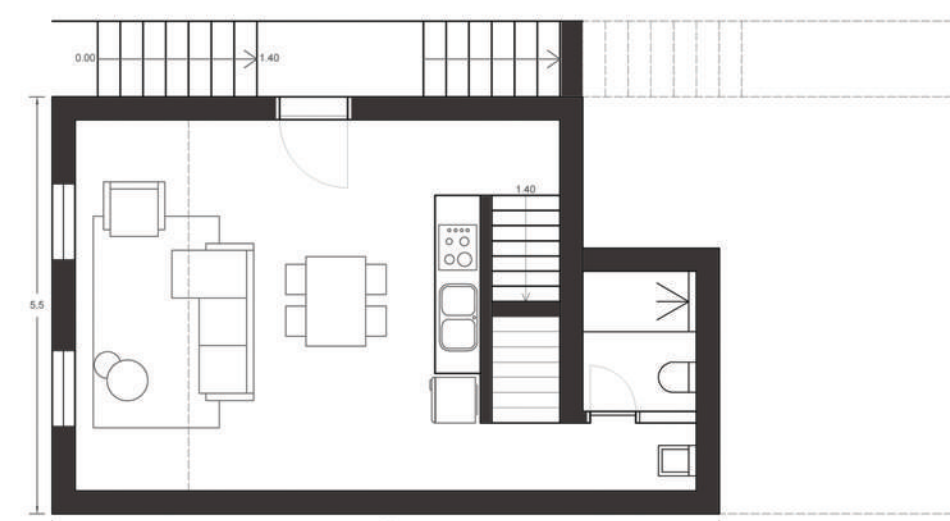
Piso térreo
Área bruta: 84m2



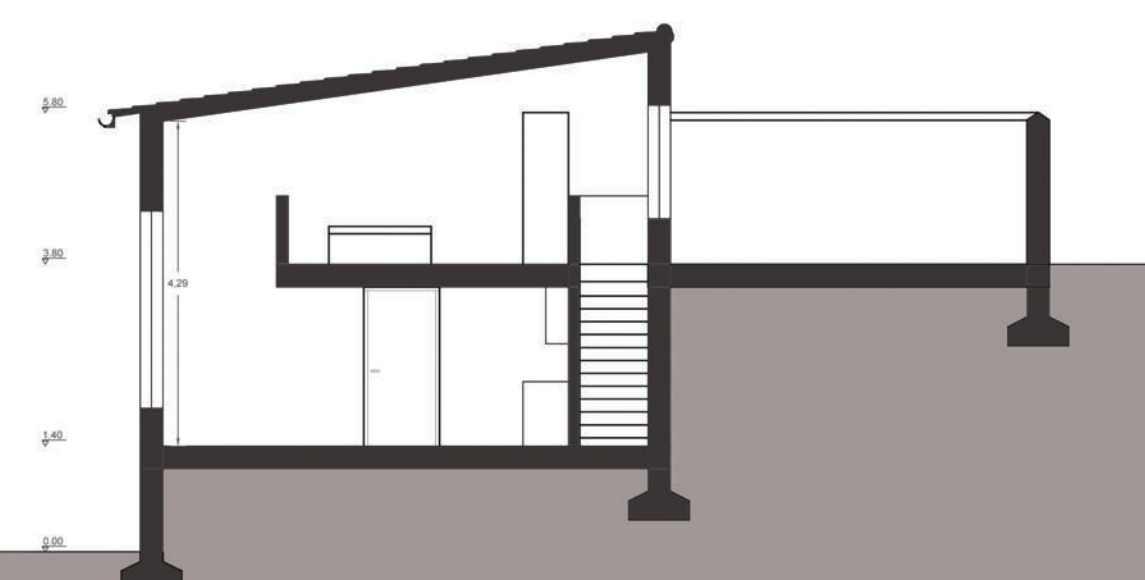
Corte transversal



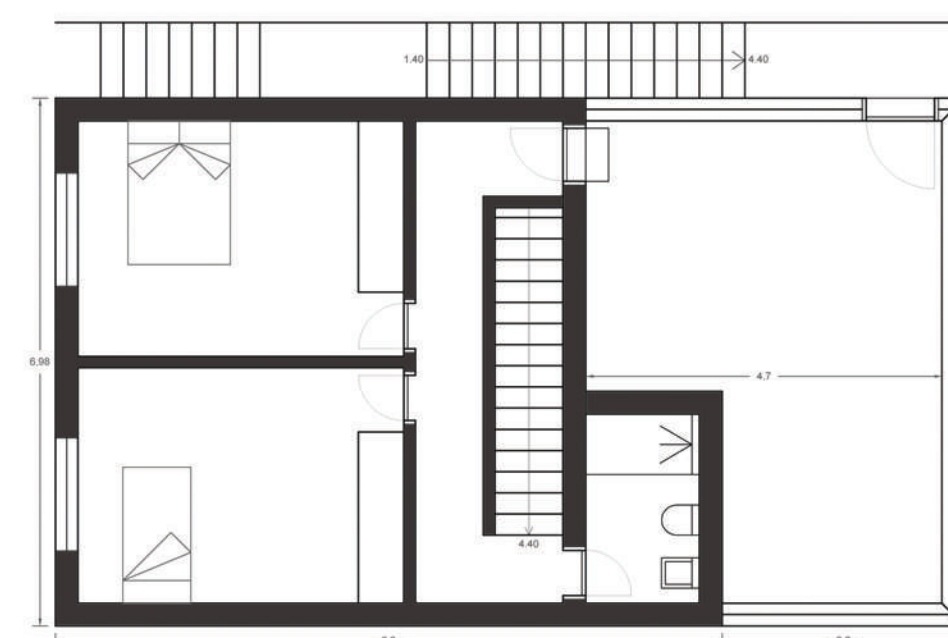
Piso superior



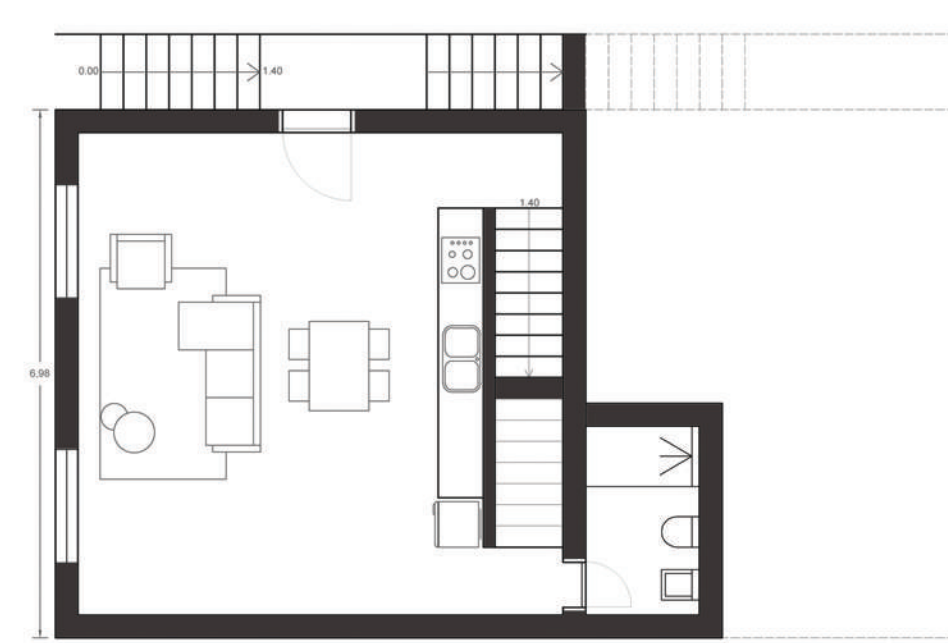
Piso térreo
Área bruta: 89,6m2



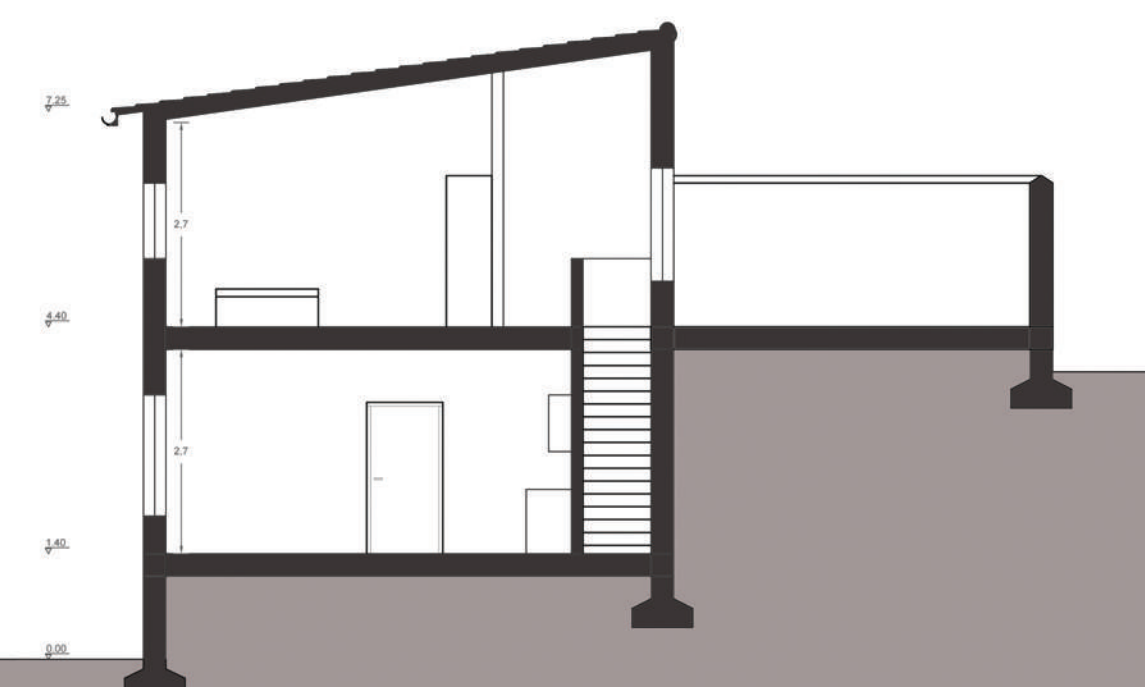
Corte transversal



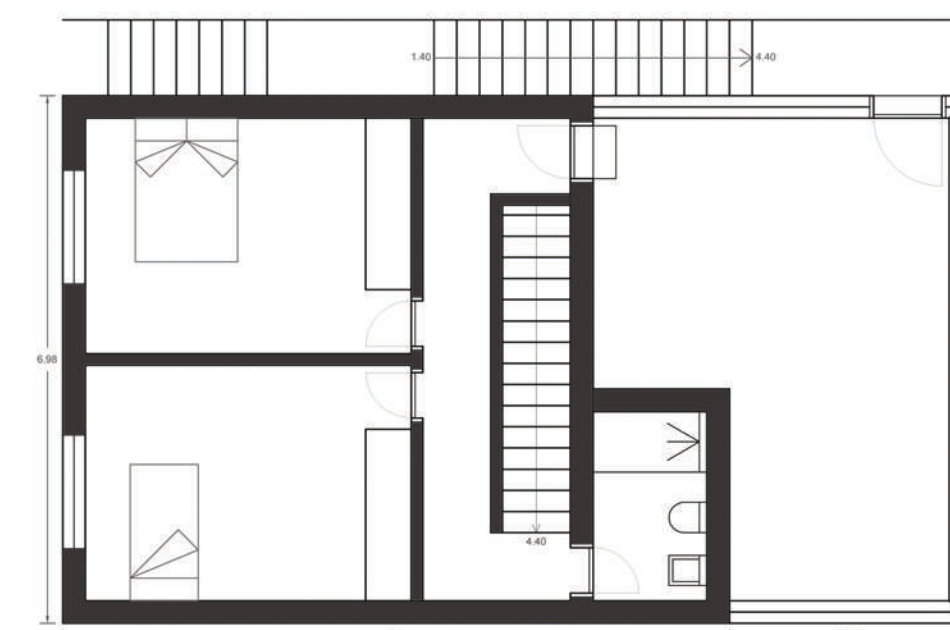
Piso superior



Piso térreo
Área bruta: 109m2



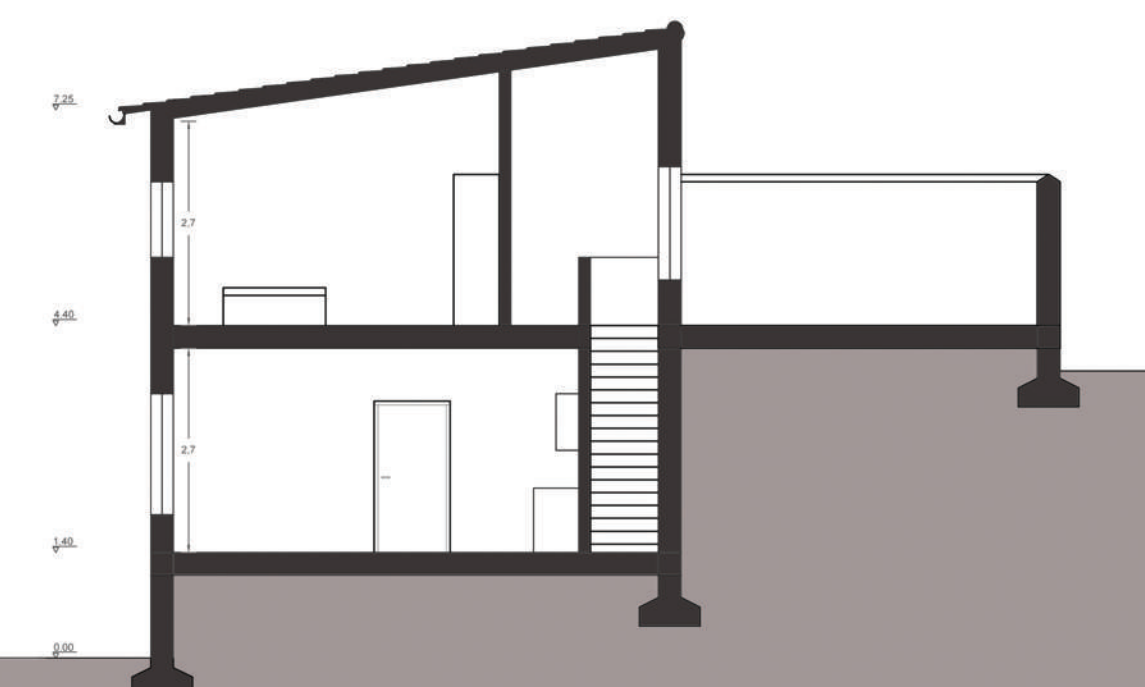
Corte transversal



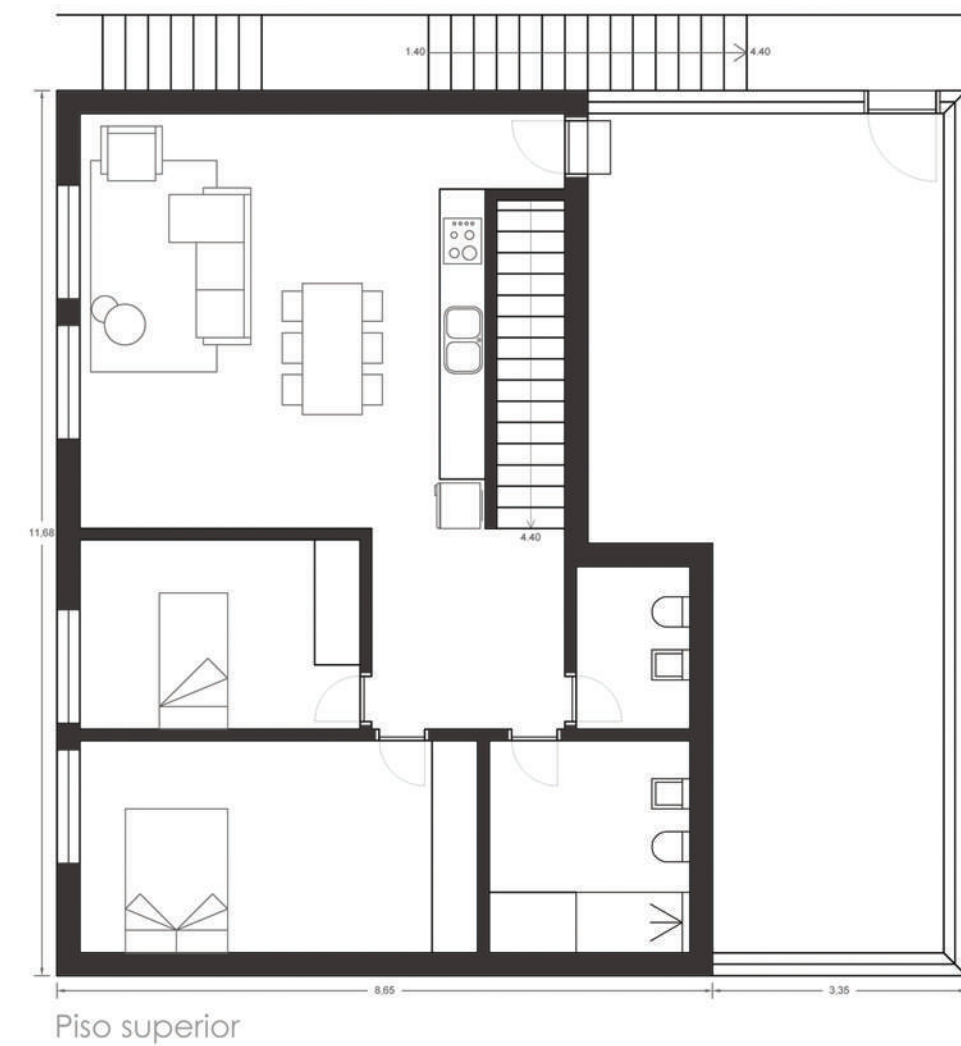
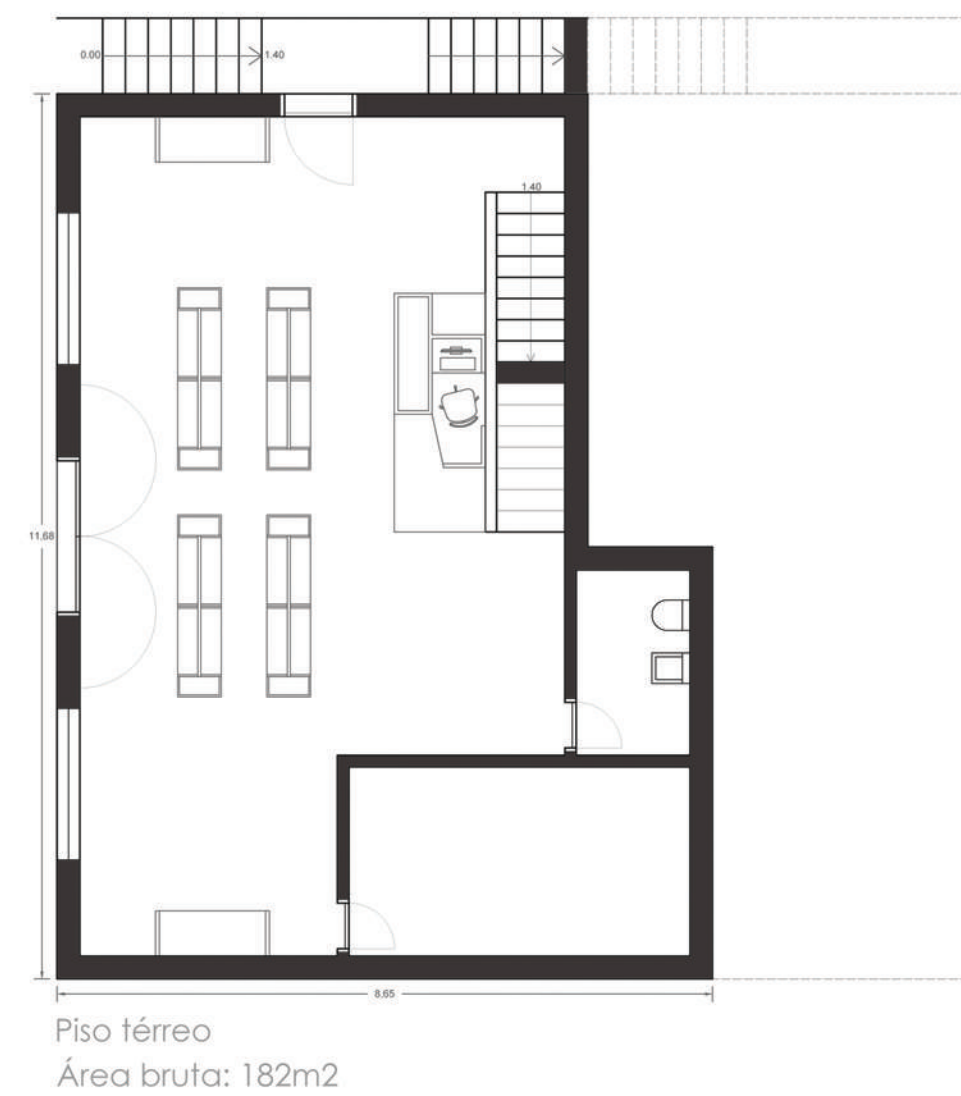
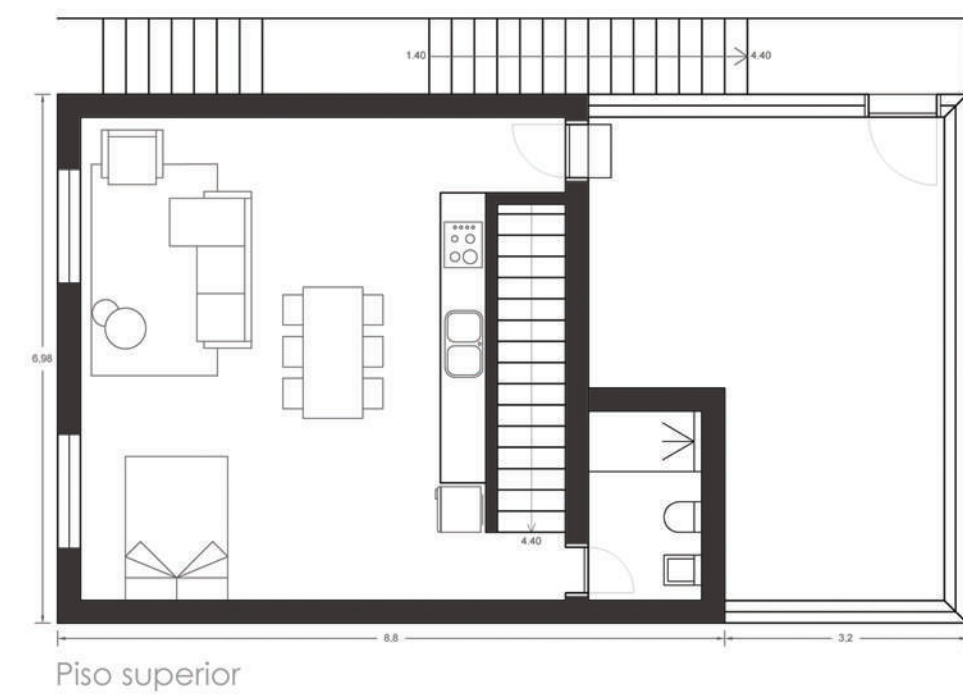
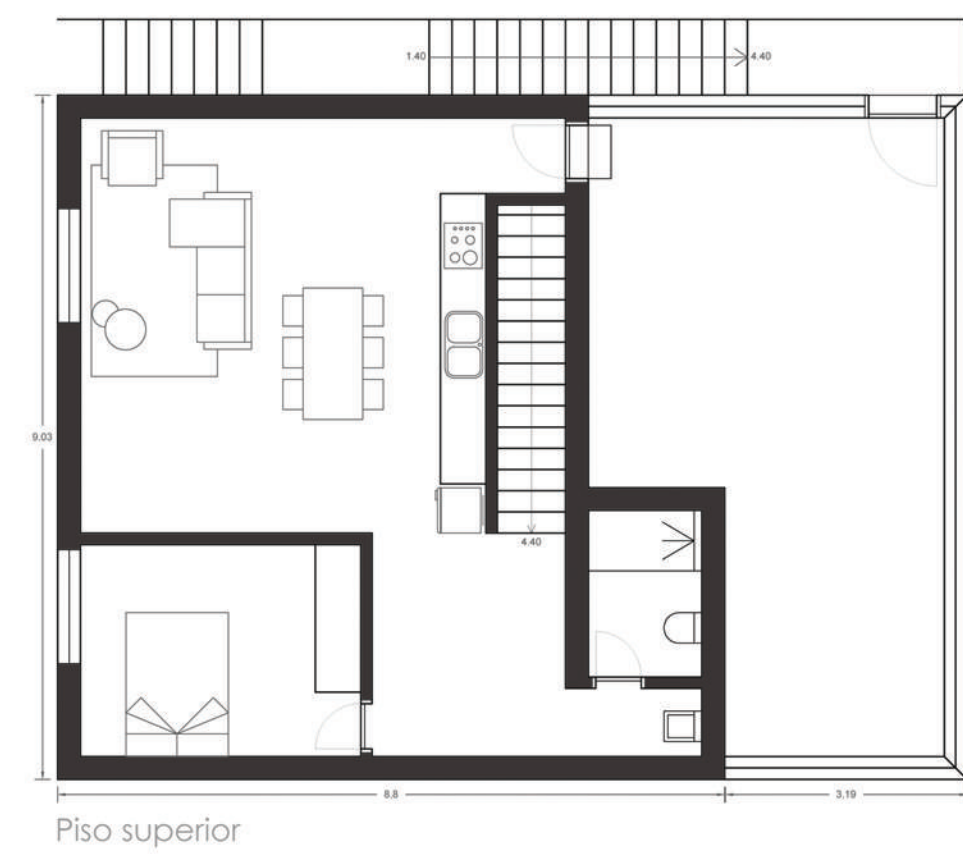
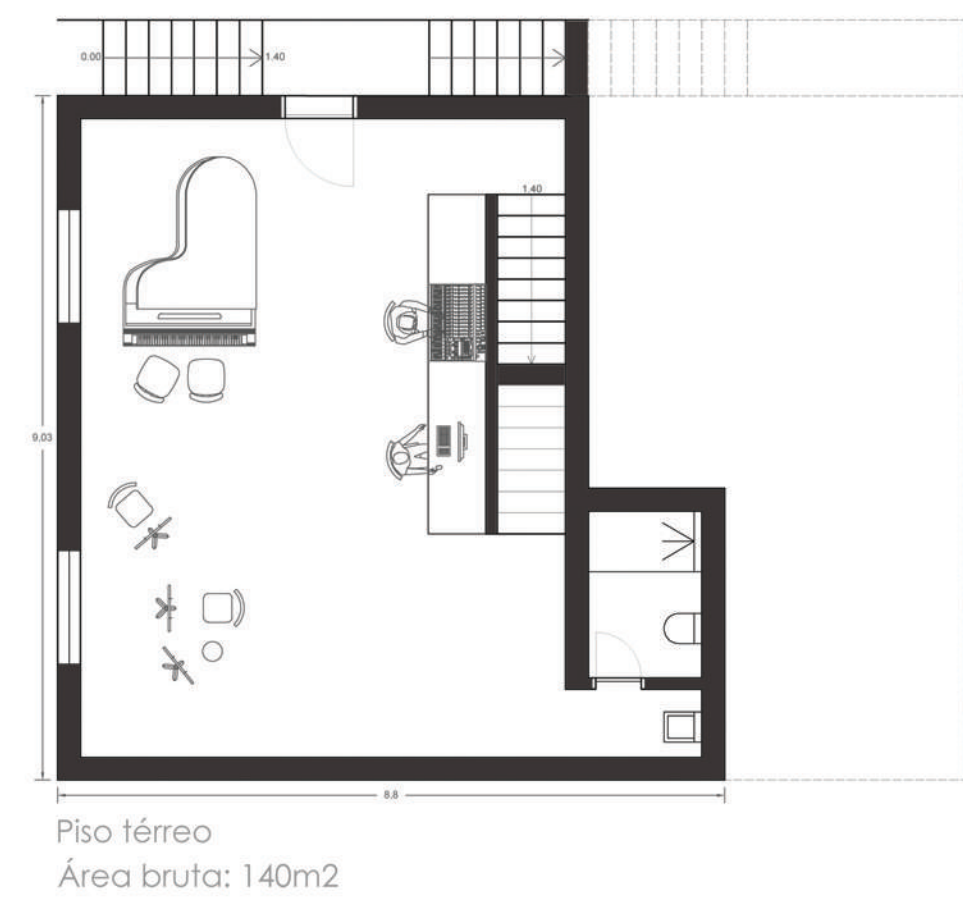
Piso superior



Piso térreo
Área bruta: 109m2



Corte transversal













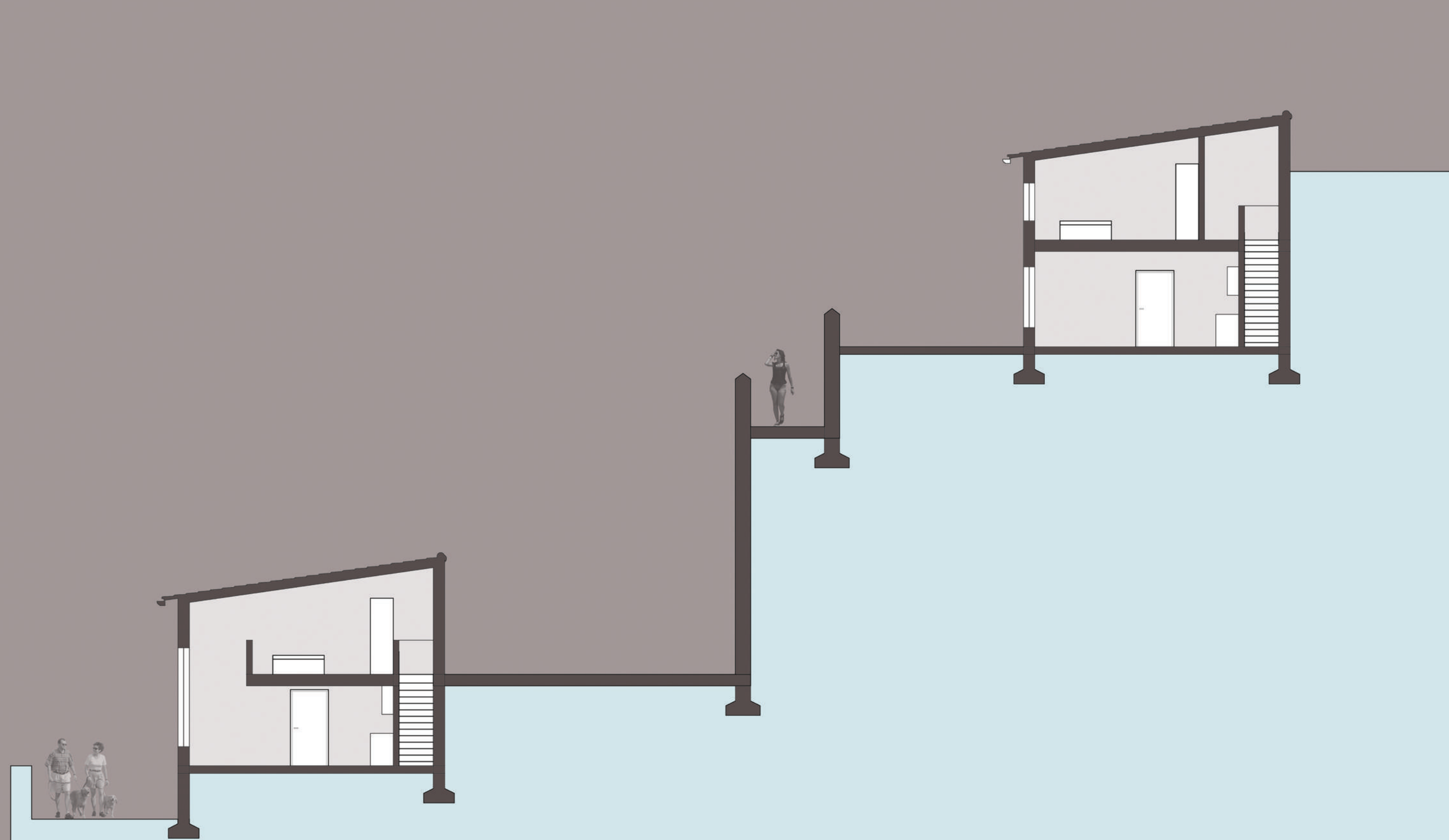




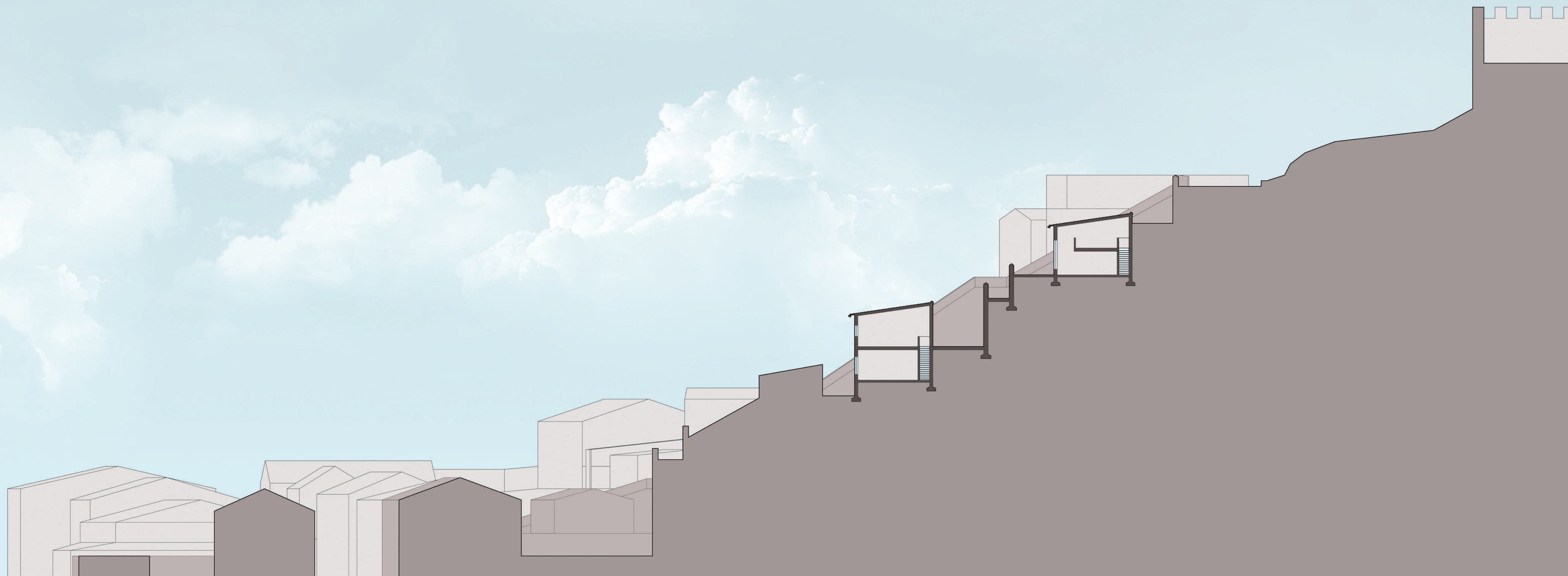
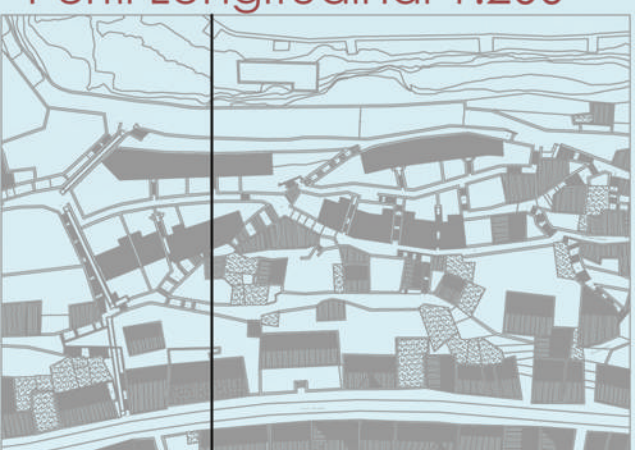


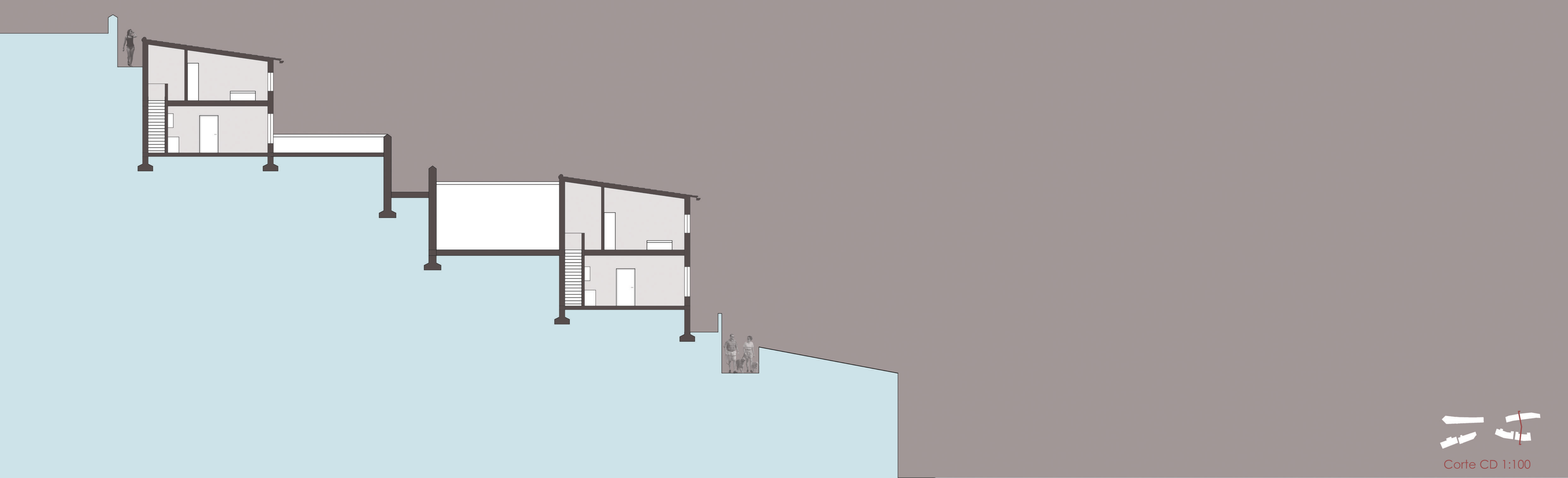


Corte AB 1:100



Perfil Longitudinal 1:200





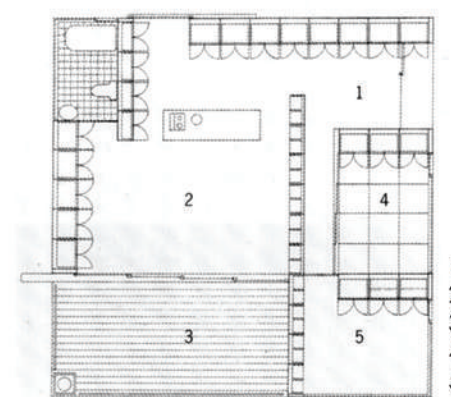


Alçado 1.200

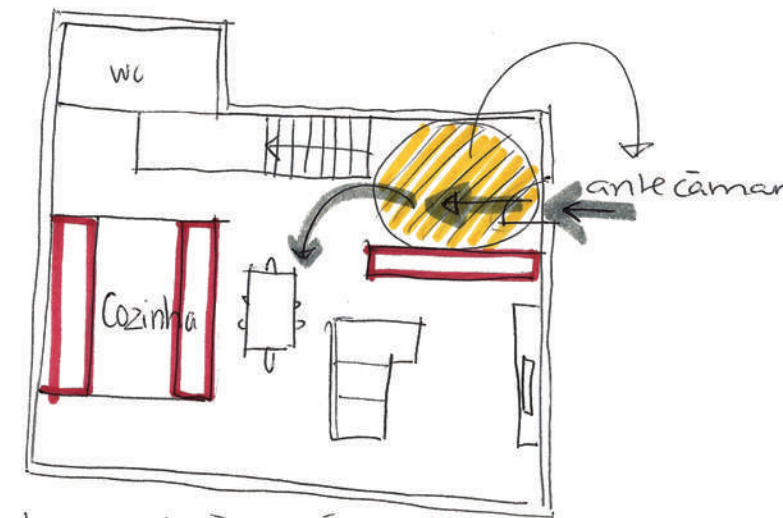
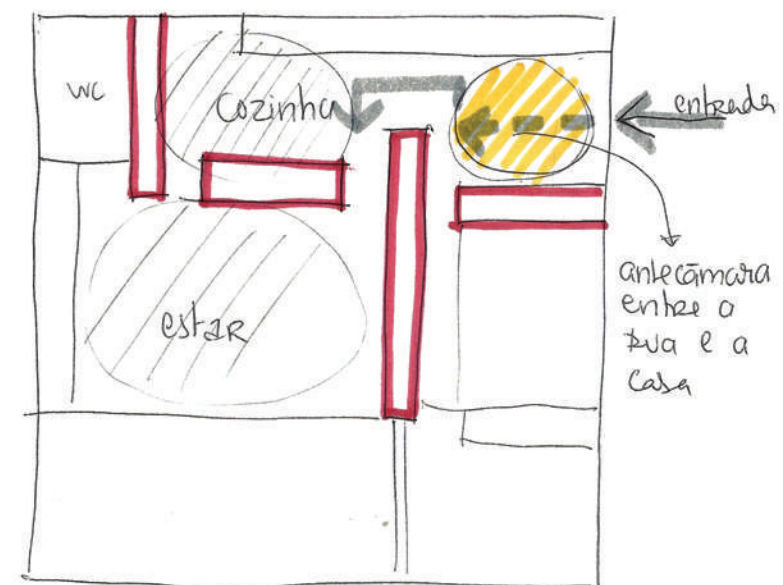
Referência:

Shigeru Ban, «The Furniture House», Yamanashi, Japão, 1995.

Neste caso de estudo a mobília é usada como elemento de divisão de espaços, mas também como elemento estrutural.



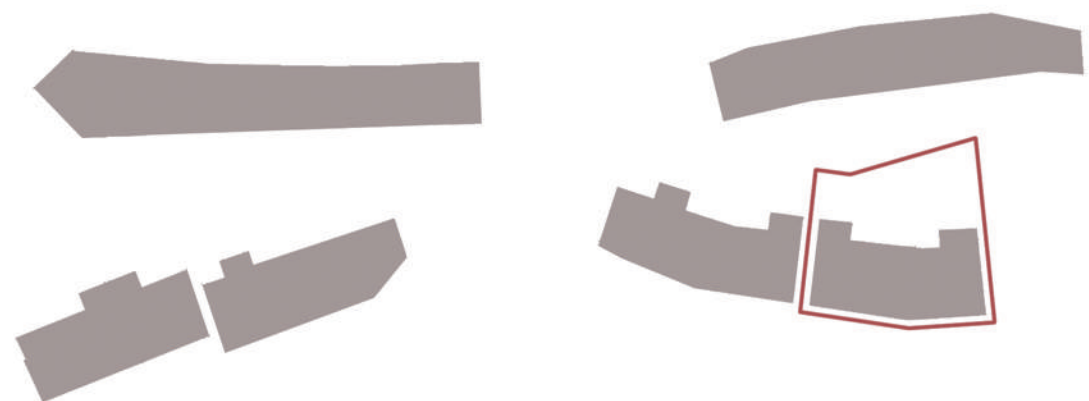
1. Entrada
2. Sala de estar/ comer/ cozinha
3. Terraço
4. Quarto japonês
5. Quarto

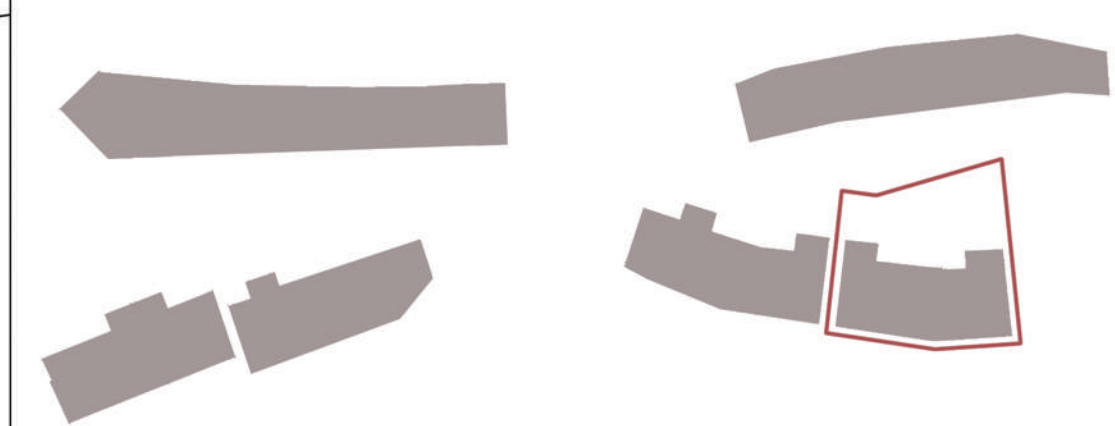
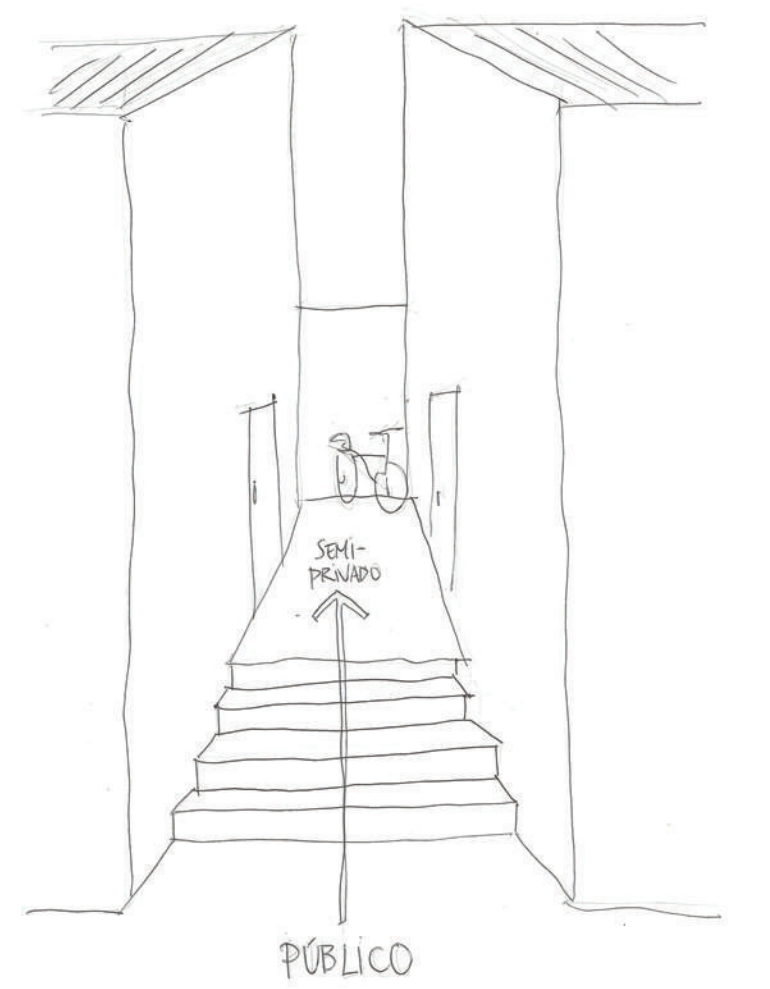
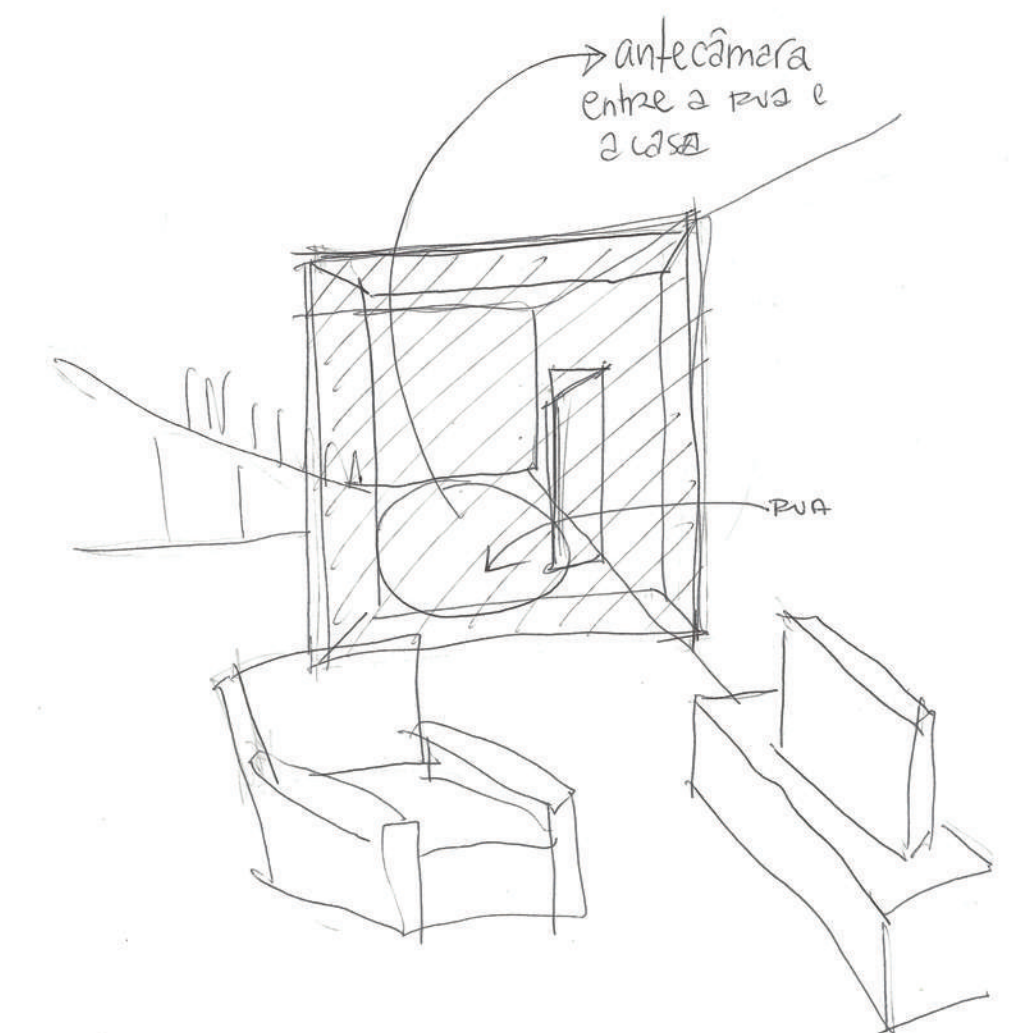
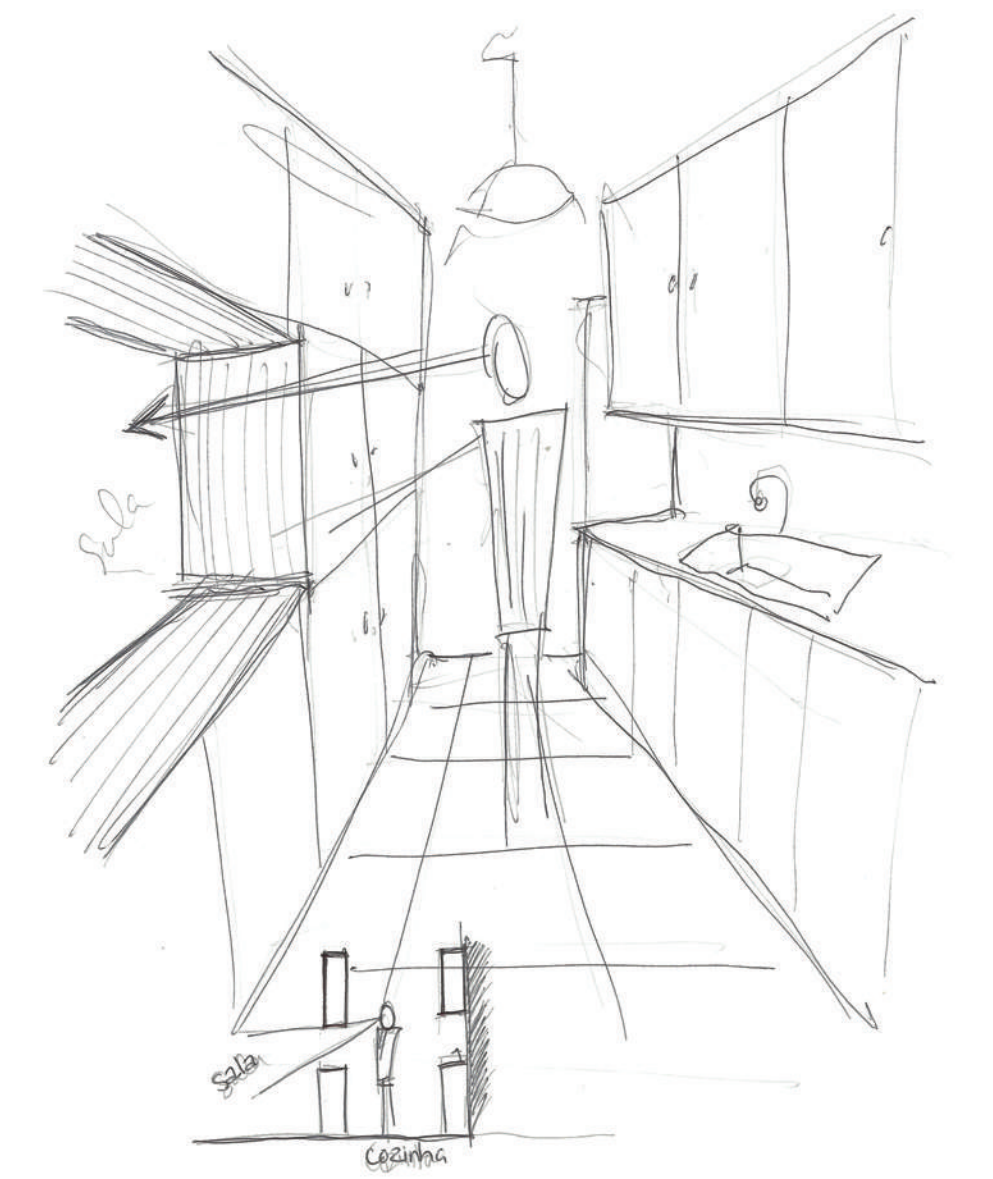
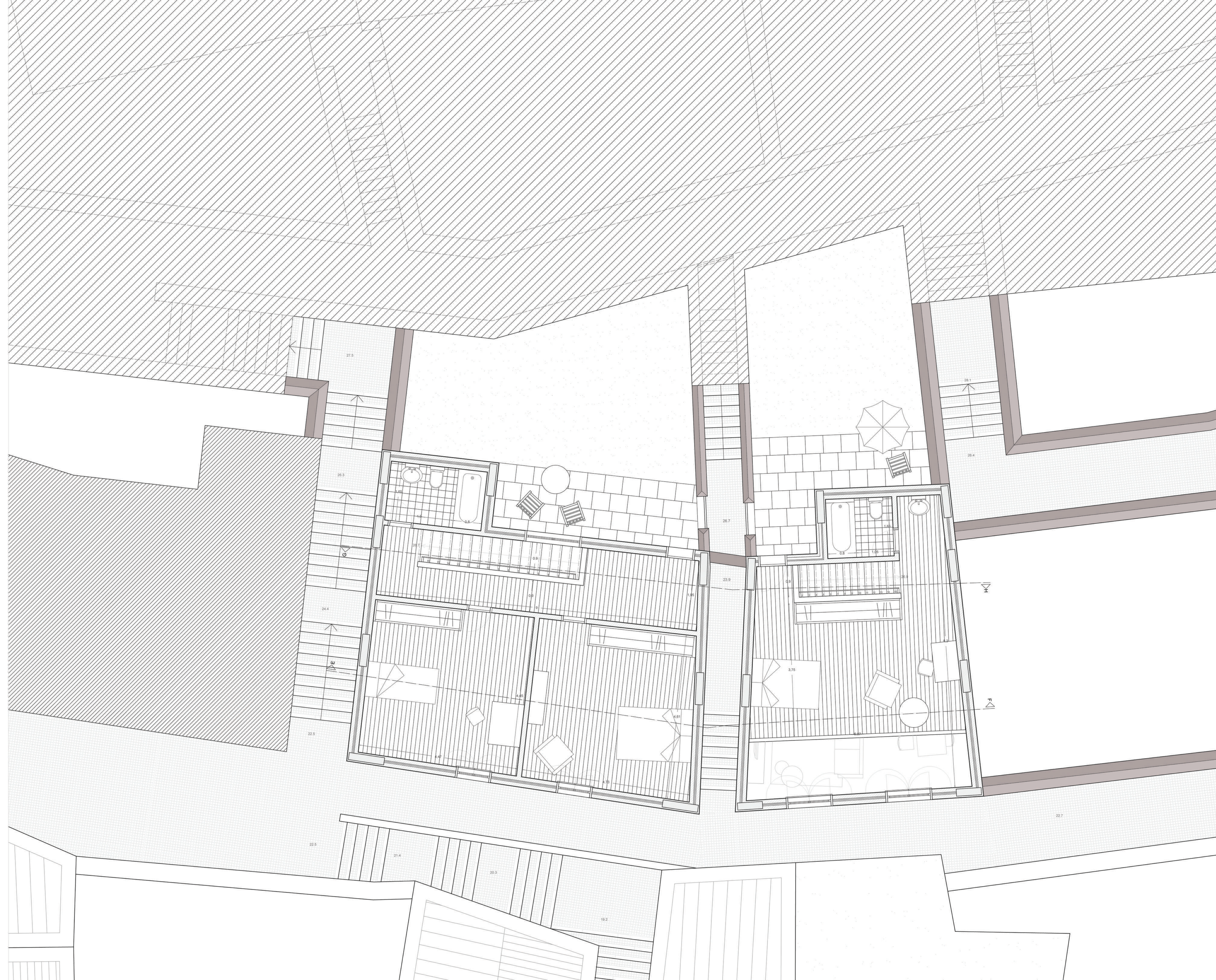


PROPOSTA - PISO TÉRREO

TRANSIÇÃO entre RUA ↓ PRIVADO

elementos separadores dos espaços

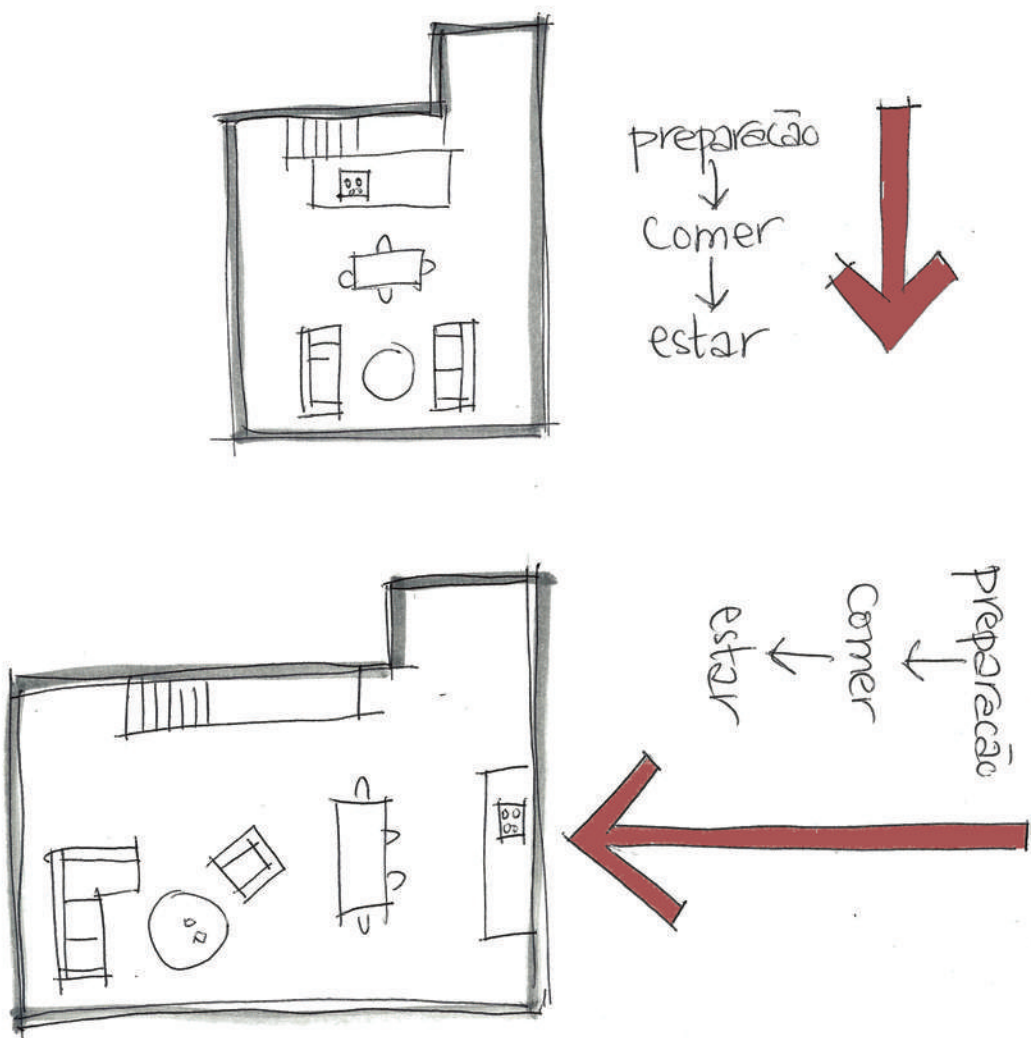




Planta Piso 1 1.50



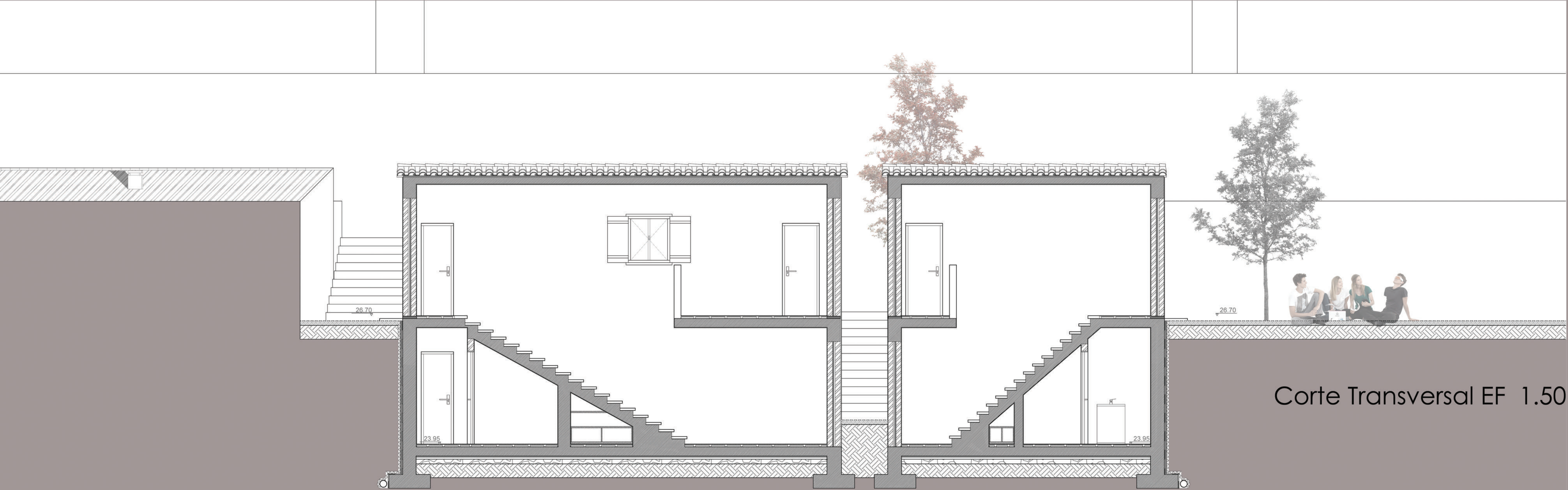
Corte Transversal 1.50



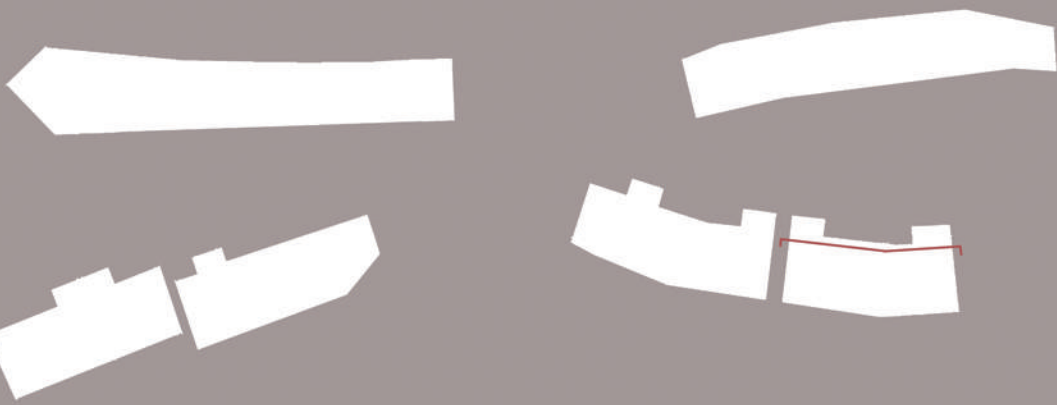
OS USOS DEPENDEM DAS DIMENSÕES DO ESPAÇO. Enquanto que no esboço superior a dinâmica ocorre na vertical, no esboço inferior esta altera-se para a horizontal. Quanto maior o espaço interior, mais a dinâmica se traduz para a horizontal. Esta lógica apenas se traduz no piso térreo, o espaço social onde está a cozinha, o espaço de comer e o espaço de estar.

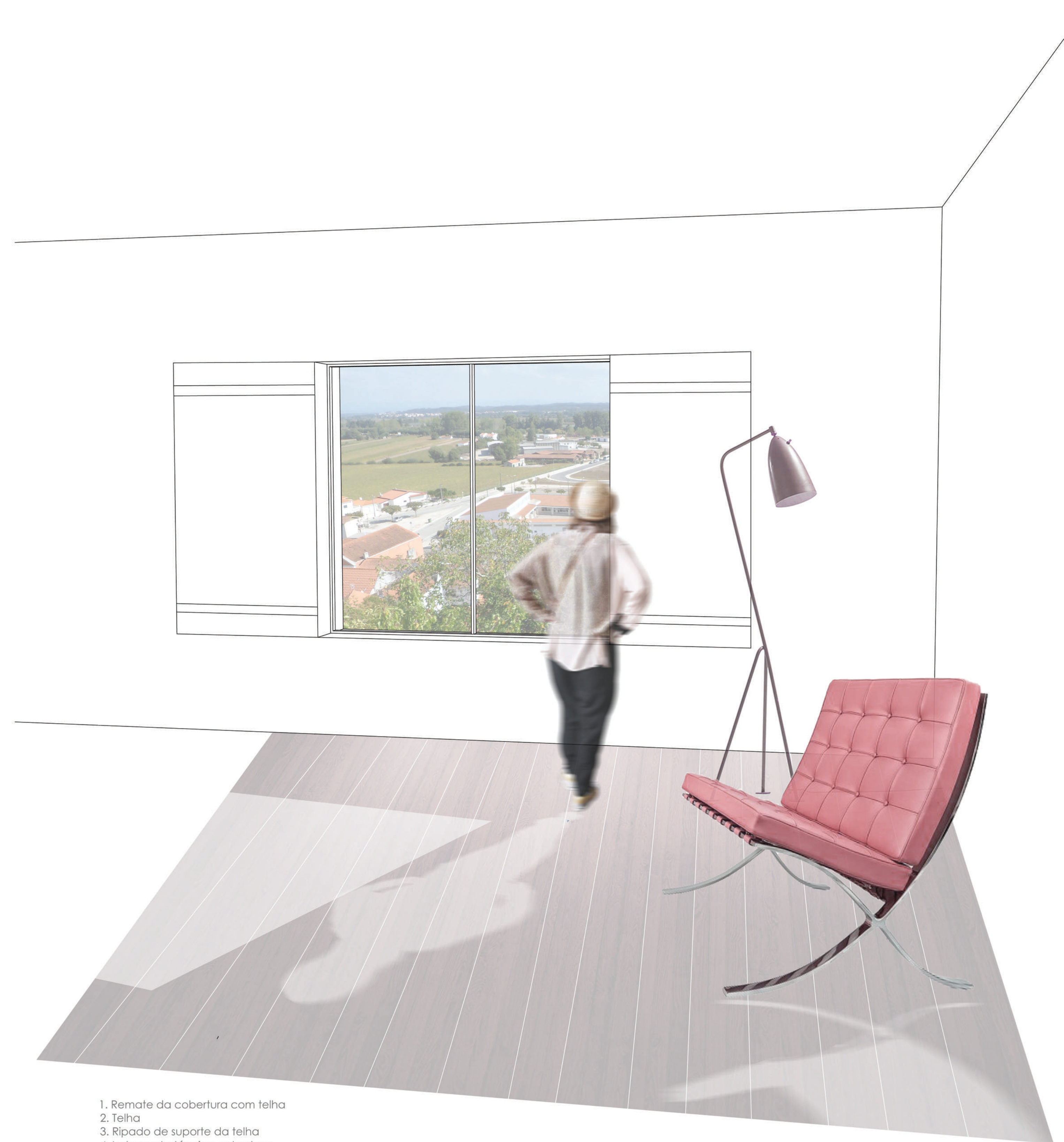
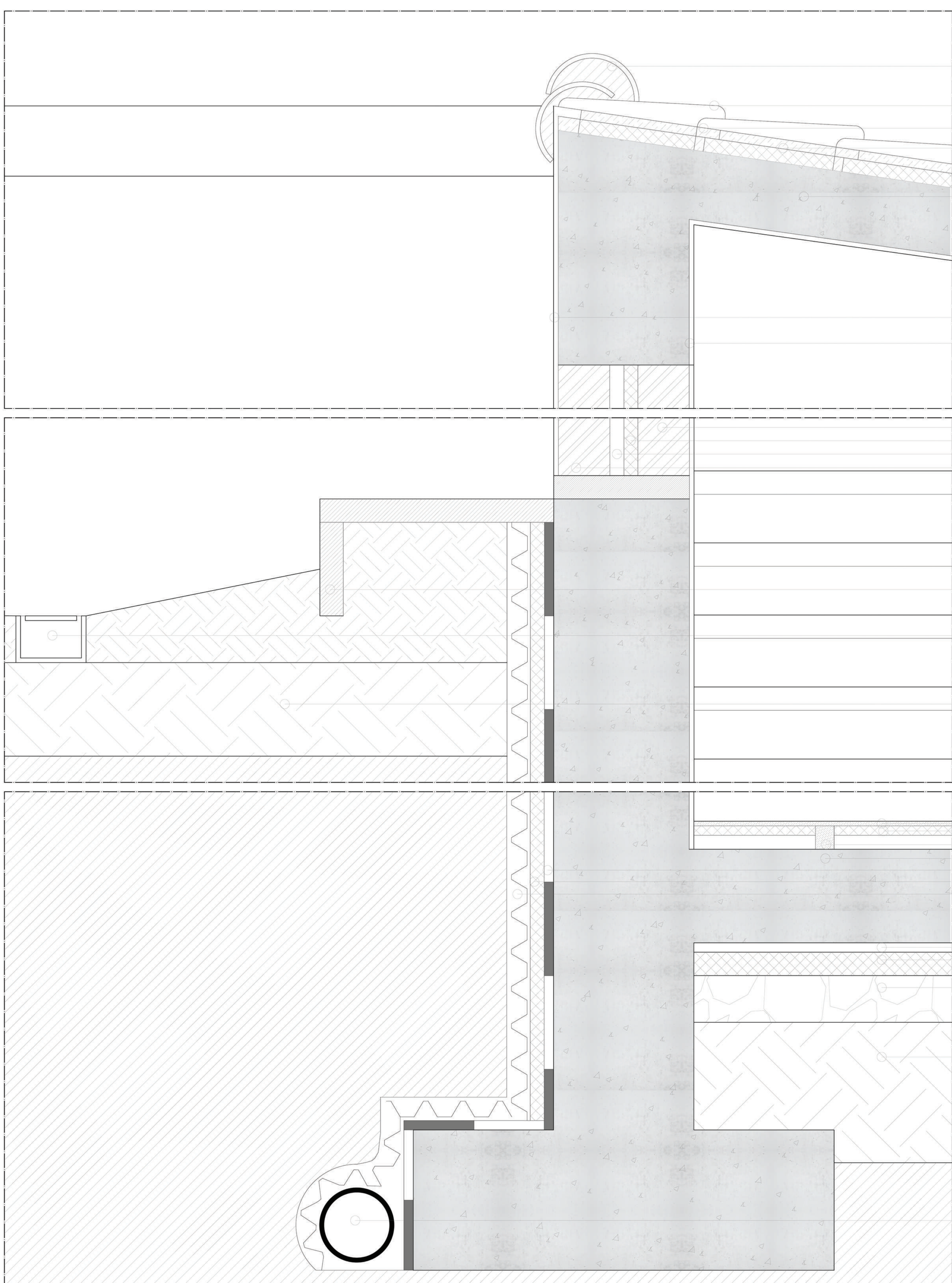


Corte Transversal GH 1.50

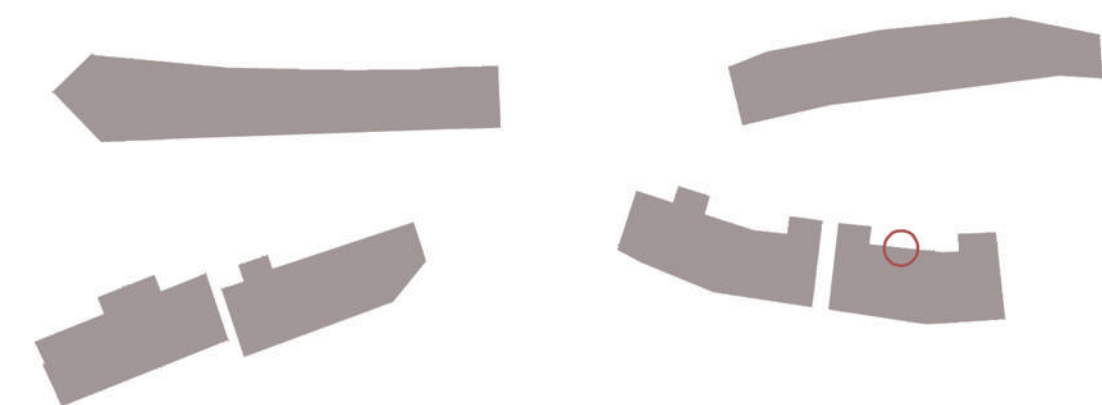


Corte Transversal EF 1.50





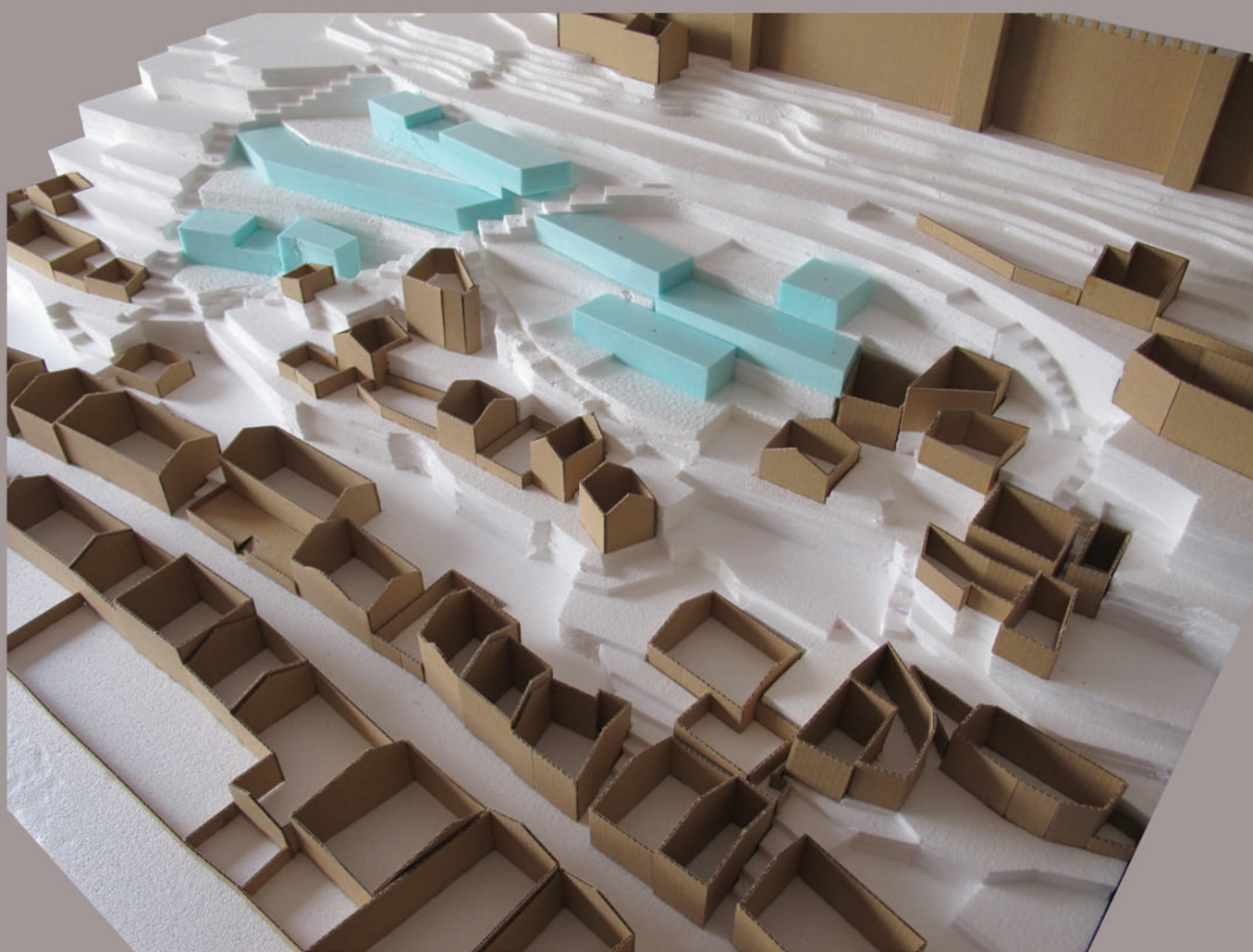
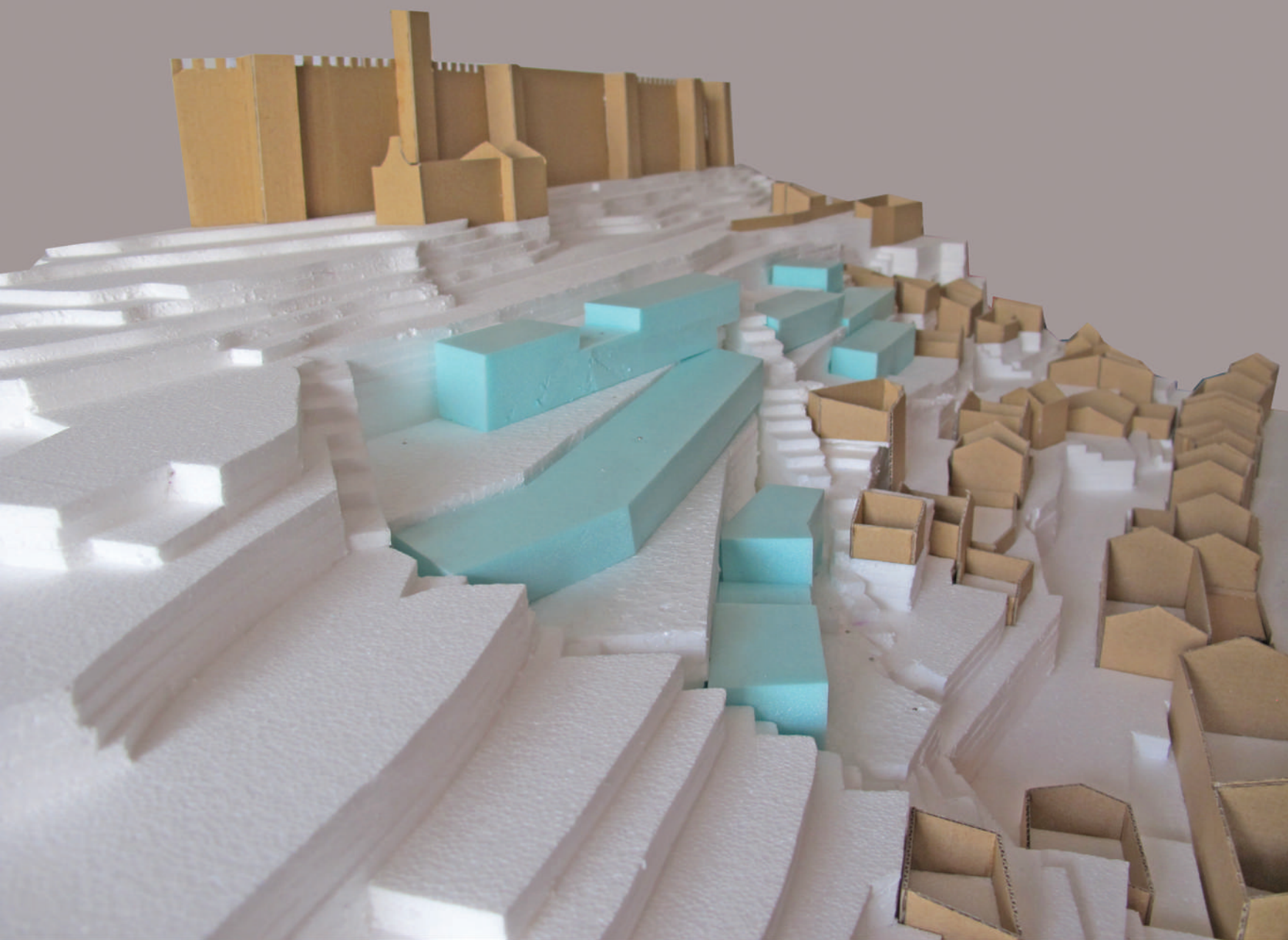
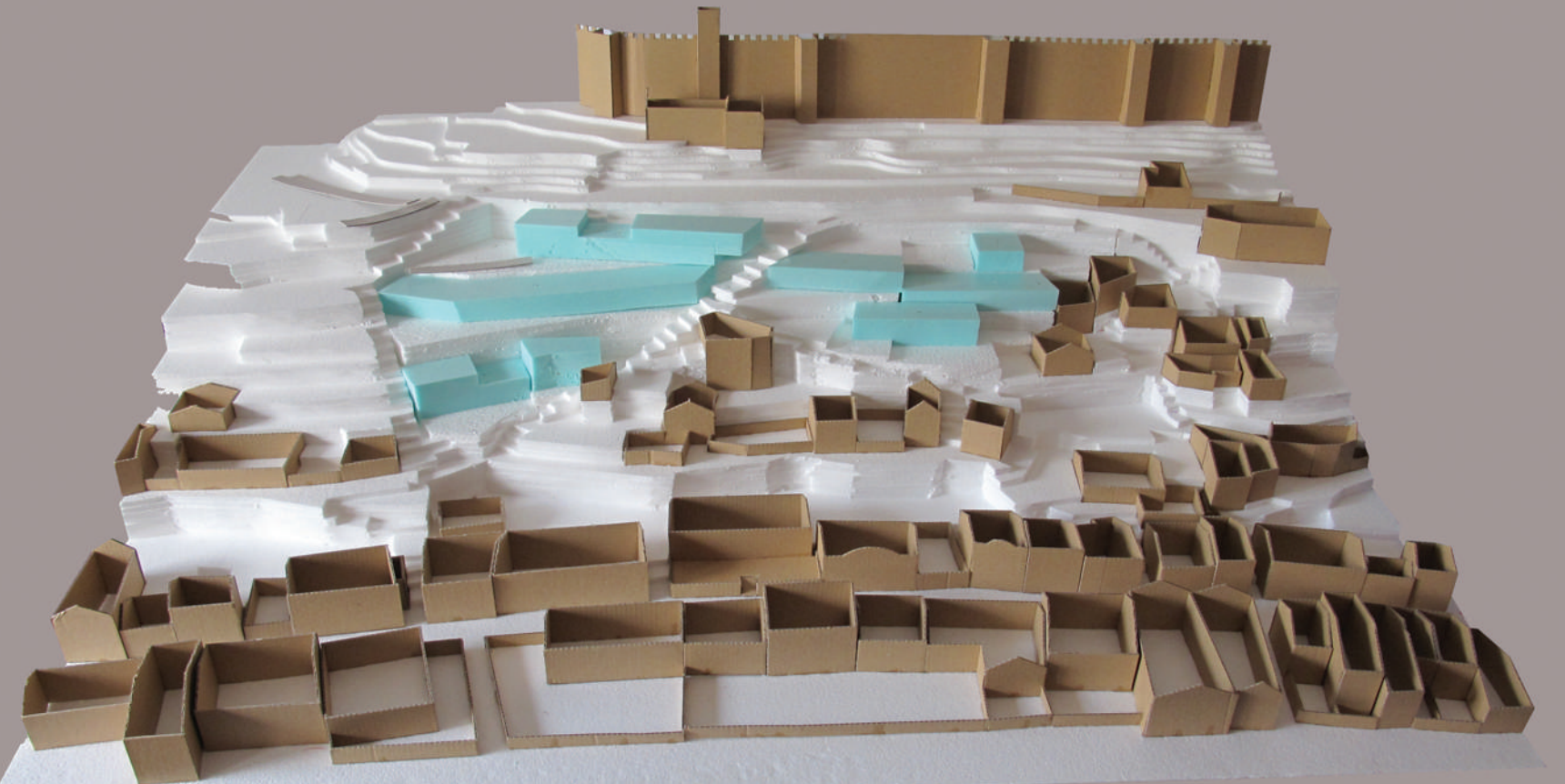
1. Remate da cobertura com telha
2. Telha
3. Ripado de suporte da telha
4. Isolamento térmico cobertura
5. Laje de betão aligeirado
6. Reboco exterior
7. Reboco interior
8. Tijolo perfurado esp 11cm
9. Isolamento térmico esp 3cm
10. Caixa de ar
11. Tijolo perfurado esp 7cm
12. Pedra de remate exterior
13. Ralo de drenagem exterior
14. Terra compactada
15. Pavimento interior em madeira
16. Isolamento térmico
17. Ripado de suporte do pavimento
18. Laje de pavimento
19. Tela impermeabilizante vertical
20. Pannel drenante
21. Tela pitonada
22. Tela impermeabilizante horizontal
23. Betão de limpeza
24. Enrocamento
25. Terra compactada
26. Geodreno



1ª FASE



2ª FASE



PROPOSTA FINAL

